



**A INCLUSÃO DIGITAL NO TERCEIRO SETOR: PERSPECTIVAS
DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maria de Fátima Cavalcanti de Souza

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ÁREA INOVAÇÃO PEDAGÓGICA



UNIVERSIDADE da MADEIRA
A Nossa Universidade
www.uma.pt

RECIFE | 2014

UMa

Inc



UNIVERSIDADE da MADEIRA

**Centro de Ciências Sociais
Departamento de Ciências da Educação
Mestrado em Ciências da Educação - Inovação Pedagógica**

Maria de Fátima Cavalcanti de Souza

**A INCLUSÃO DIGITAL NO TERCEIRO SETOR: PERSPECTIVAS DE PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INOVADORAS**

Dissertação de Mestrado

Recife, 2014

Maria de Fátima Cavalcanti de Souza

**A INCLUSÃO DIGITAL NO TERCEIRO SETOR: PERSPECTIVAS DE PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INOVADORAS**

Dissertação apresentada ao Conselho Científico do Centro de Competência de Ciências Sociais da Universidade da Madeira, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadores: Professor Doutor José Paulo
Gomes Brazão
Professora Doutora Kátia Silva Cunha

Recife, 2014

Dedico este trabalho aos meus pais, Leonor e Antônio, com eterna saudade e uma gratidão imensa, por terem sido eles, os responsáveis pelo início e continuidade de minha existência e pela formação íntegra do meu ser.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter iluminado o meu ser e me fortalecido para que eu pudesse concluir este trabalho de forma humilde, com responsabilidade e persistência.

Ao departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira pela oportunidade de realizar este curso de Mestrado que sempre foi um dos meus objetivos acadêmicos.

À minha orientadora Kátia Cunha, pelas interlocuções que enriqueceram este trabalho; também pelo empenho, competência e dedicação nas orientações; pelo carinho que me fortalecia a cada encontro, fatores indispensáveis para a conclusão desta pesquisa.

Ao professor Paulo Brazão pela orientação inicial que marcou e definiu o rumo que eu deveria seguir na pesquisa. E da mesma forma na conclusão do trabalho.

Ao professor Carlos Fino pelas contribuições para o meu entendimento sobre Inovação pedagógica e pelo acolhimento durante a qualificação do Projeto de Pesquisa em Portugal. Minha gratidão é extensiva também a todos os professores do curso que nos ajudaram na construção dos conhecimentos.

Ao Coordenador do Curso Cleiton Barbosa (*in memoriam*), pelo apoio e pela forma carinhosa e responsável a qual sempre nos orientou.

Grata especialmente aos responsáveis pelo Instituto Maria Madalena de Oliveira Cavalcante, campo de estudo, por ter permitido a minha presença e a realização das observações que sem estas não seria possível sanar minhas indagações. Em particular, a Zolane Lopes, Coordenadora do IMMOC.

Gratidão especial a minha filha Bruna pelo apoio e pelas sugestões na construção deste trabalho.

A minha amiga Maria Josefina, cujo seu companheirismo será inesquecível.

Aos meus filhos, Kátia, Allan e Lucia (nora) por tudo que representam de importante ao meu ser. Igualmente aos meus netos Gabriela, Matheus e Junior que enchem minha vida de alegria e motivação.

Meu carinho especial ao meu amado companheiro Luiz Pádua pela paciência e tolerância com minha ausência nas horas de estudo de finalização da pesquisa, sem o seu apoio sem dúvida seria uma caminhada mais dolorosa.

Agradecimento especial para meus pais Leonor Ferreira e Antonio de Souza (*in memoriam*), que foram responsáveis pela minha formação ética, com base no bom exemplo, e por estarem ao meu lado em todos os momentos de minha vida.

A todos os professores do Curso de Mestrado, que abrilhantaram a construção prazerosa dos conhecimentos.

“Ao fazer um uso imaginoso da mudança para canalizar a própria mudança, podemos não apenas estar nos poupando do trauma representado pelo choque do futuro, mas podemos estar alcançando e humanizando distantes amanhãs”.

Toffler (1970, p. 387)

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Inclusão Digital no Terceiro Setor. A investigação ocorreu no Instituto Maria Madalena Oliveira Cavalcante, em Recife, Pernambuco. O objetivo foi analisar as práticas pedagógicas das ações de Inclusão Digital buscando reconhecer a existência de Inovação Pedagógica. A abordagem adotada foi a de natureza qualitativa com base na orientação etnográfica. Os instrumentos de coleta de dados foram: observação, diário de campo e entrevista semiestruturada. A fundamentação teórica foi ancorada na teoria de Fino, sobre Inovação Pedagógica e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação como contributos do processo educativo; Silveira e Cazaloto, sobre a Inclusão Digital, além dos estudos de Gohn acerca da educação não formal. Para a estrutura metodológica, optou-se por Lapassade, Macedo e Minayo. Após a busca dos dados da pesquisa foi realizada a análise destes a partir da teoria dos autores elencados e da contribuição de outros. Os resultados da pesquisa faz reconhecer a existência de uma prática pedagógica incomum nas ações do Projeto Futuro Digital. Esta por sua vez não se caracteriza como uma simples instrução sobre informática, porque oferece aos alunos a formação de princípios éticos para a emancipação dos sujeitos envolvidos. Constatou-se ainda que a ação educativa de inclusão digital deste projeto está associada à dimensão social.

Palavras-chave: Inclusão Digital; Inovação Pedagógica; Terceiro Setor.

ABSTRACT

The present work deals with the Digital Inclusion in the Third Sector. The research took place at the Institute Maria Madalena Oliveira Cavalcante, in Recife, Pernambuco. The objective was to analyze the pedagogical practices of Digital Inclusion trying to recognize the existence of Pedagogical Innovation. The approach adopted was qualitative in nature based on ethnographic approach. The instruments for data collection were observation, field diary and semistructured interviews. The theoretical foundation was anchored in theory Thin on Innovation and the Pedagogical Use of Information Technologies and Communication as inputs of the educational process; Silveira and Cazeloto on Digital Inclusion, besides the studies Gohn about non-formal education. For the methodological framework, we chose Lapassade , Macedo and Minayo . After searching the survey data analysis such as the theory of the listed authors and contribution of others was held. The survey results do recognize the existence of an unusual pedagogical practice in the actions of the Digital Future Project. This in turn is not characterized as a simple instruction on computing because it offers students the formation of ethical principles for the emancipation of the individuals involved. It was also found that the educational activity of digital inclusion of this project is linked to the social dimension.

Keywords: Digital Inclusion; Pedagogical Innovation; Third Sector

RÉSUMÉ

Le présent travail traite de l'inclusion numérique dans le troisième secteur. La recherche a eu lieu à l'Institut Maria Madalena Oliveira Cavalcante, à Recife, Pernambuco. L'objectif était d'analyser les pratiques pédagogiques de l'inclusion numérique en essayant de reconnaître l'existence de l'innovation pédagogique. L'approche adoptée est de nature qualitative basée sur l'approche ethnographique. Les instruments de collecte de données étaient les suivantes: observation, champ journal et interviews semi-structurées. Le fondement théorique a été ancrée dans la théorie mince sur l'innovation et l'utilisation pédagogique des technologies de l'information et de la communication comme des entrées du processus éducatif; Silveira et Cazaloto sur l'inclusion numérique, en plus des études gohn sur l'éducation non - formelle . Pour le cadre méthodologique, nous avons choisi Lapassade, Macedo et Minayo. Après avoir fouillé l'analyse des données d'enquête telles que la théorie des auteurs cités et la contribution des autres a eu lieu. Les résultats de l'enquête reconnaissent l'existence d'une pratique pédagogique inhabituelle dans les actions de la Digital Future Project. Cela n'est pas caractérisée comme une simple instruction relative à l'informatique, car il offre aux étudiants la formation des principes éthiques pour l'émancipation des individus impliqués. Il a également été constaté que l'activité éducative de l'inclusion numérique de ce projet est lié à la dimension sociale.

Mots-clés: inclusion numérique, innovation pédagogique, le troisième secteur.

RESUMEN

El presente trabajo se ocupa de la inclusión digital en el Tercer Sector. La investigación se llevó a cabo en el Instituto Maria Madalena Oliveira Cavalcante, en Recife, Pernambuco. El objetivo fue analizar las prácticas pedagógicas de Inclusión Digital que tratan de reconocer la existencia de Innovación Pedagógica. El enfoque adoptado fue de carácter cualitativo basado en el enfoque etnográfico. Los instrumentos para la recolección de datos fueron: la observación, diario de campo y entrevistas semiestructuradas. El fundamento teórico estaba anclado en la teoría Thin la innovación y el uso pedagógico de las Tecnologías de la Información y la Comunicación como insumos del proceso educativo; Silveira y Cazaloto de Inclusión Digital, además de los estudios Gohn sobre la educación no formal. Para que el marco metodológico, se optó Lapassade, Macedo y Minayo. Después de buscar en el análisis de datos de encuestas, como la teoría de los autores indicados y contribución de los demás se celebró. Los resultados del estudio reconocen la existencia de una práctica pedagógica inusual en las acciones del Proyecto Futuro Digital. Esto, a su vez, no se caracteriza por ser una simple instrucción en computación, ya que ofrece a los estudiantes la formación de principios éticos para la emancipación de los individuos involucrados. También se encontró que la actividad educativa de inclusión digital de este proyecto está vinculado a la dimensión social.

Palabras clave: la inclusión digital, la innovación pedagógica; Tercer Sector.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	– Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
IMMOC	– Instituto Maria Madalena Oliveira Cavalcante
ONG	– Organização não Governamental
OVPs	– Organizações Voluntárias Privadas
TIC	– Tecnologia da Informação e Comunicação
UFPE	– Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Foto 1 – Alunos em Atividade Aula no IMMOC	128
Foto 1a – Alunos em Atividade Aula no IMMOC	128
Foto 2 – Alunos na Biblioteca no IMMOC	129
Foto 2a – Aluno na Biblioteca no IMMOC	129
Foto 3 – Alunos em Atividade Diversa (1)	130
Foto 3a – Alunos em Atividade Diversa (1)	130
Foto 4 – Alunos em Atividade Diversa (2)	131
Foto 4a – Alunos em Atividade Diversa (2)	131
Foto 5 – Alunos em Atividade Diversa (3)	132
Foto 5a – Alunos em Atividade Diversa (3)	132
Foto 6 – Alunos em Atividade Diversa (4)	133
Foto 6a – Alunos em Atividade Diversa (4)	133
Foto 7 – Alunos em Atividade Diversa (5)	134
Foto 8 – Apresentação do Trabalho em Equipe	136
Foto 8a – Aula de Reforço e Recreação	136
Foto 9 – Confraternização dos Alunos(as)	137
Foto 9a – Alunos em Atividade Social	137
Foto 10 – Apresentação do Trabalho em Equipe	138
Foto 11 – Encerramento da Solenidade	140
Foto 11a – Concluintes Turma IMMOC de 2013	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - POR UMA PRÁTICA DOCENTE INOVADORA	17
1 POR UMA PRÁTICA DOCENTE INOVADORA	19
1.1 Diferenças Conceituais sobre Prática Docente	19
1.2 A Prática Educativa do Professor na Dimensão da Inovação Pedagógica	22
CAPÍTULO 2 - INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL NO TERCEIRO SETOR	31
2 INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL NO TERCEIRO SETOR	33
2.1 Inclusão Digital na Perspectiva de Inclusão Social	33
2.2 Breve Histórico sobre as Denominações do Terceiro Setor.....	35
CAPÍTULO 3 - INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	41
3 INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FORMAL	43
3.1 Concepções teóricas.....	43
3.2 Inclusão digital e exclusão digital: especificidades e críticas.....	51
CAPÍTULO 4 - O CAMPO EMPÍRICO	57
4 O CAMPO EMPÍRICO	59
4.1 Natureza da Pesquisa.....	59
4.2 A Abordagem da Pesquisa.....	60
4.3 O <i>Locus</i> da Pesquisa.....	62
4.4 Os Sujeitos.....	63
4.5 Os Instrumentos da Pesquisa.....	64
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	67
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	69
5.1 A Prática Pedagógica no Viés da Inovação.....	71
5.2 O Protagonismo dos Alunos Face as suas Expectativas.....	82
5.3 As Dimensões Social e Educativa do Projeto Futuro Digital.....	83

5.3.1 Dimensão Social.....	84
5.3.2 Dimensão Educativa.....	89
5.4 Análise Documental: A Proposta do Projeto Futuro Digital.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	105
REFERÊNCIAS SÍTIO DA INTERNET	109
APÊNDICES	111
APÊNDICE A – Entrevista Semiestruturada – Professor.....	111
APÊNDICE B – Entrevista Semiestruturada – Alunos	113
APÊNDICE C – Entrevista Semiestruturada – Coordenador	115
APÊNDICE D – Entrevista Semiestruturada – Psicóloga	117
APÊNDICE E – Diário de Campo	119
ANEXOS	127
ANEXO A – Apresentação da DH2 ao IMMOC	127
ANEXO B – Fotos dos Alunos em Atividade Aula no IMMOC	128
ANEXO C – Fotos dos Alunos na Biblioteca IMMOC	129
ANEXO D - Fotos dos Alunos em Atividade Diversa (1)	130
ANEXO E – Fotos dos Alunos em Atividade Diversa (2)	131
ANEXO F – Fotos dos Alunos em Atividade Diversa (3)	132
ANEXO G – Fotos dos Alunos em Atividade Diversa (4)	133
ANEXO H – Fotos dos Alunos em Atividade Diversa (5)	134
ANEXO I – RELATÓRIO DE ENCERRAMENTO DO IMMOC	135

INTRODUÇÃO

A forma de comunicação do mundo atual tem ocorrido, em grande parte, por meio de equipamentos e máquinas que a cada dia são inovados e potencializados com maior velocidade e avanços tecnológicos. Neste sentido, a relação entre os sujeitos sofre alterações que tem provocado grandes mudanças nos hábitos e nas formas de contatar uns com os outros. Isto requer das pessoas o desenvolvimento de habilidades para atender a esta nova demanda. Tal revolução tecnológica compreende o aumento da inserção de equipamentos que a cada dia são mais sofisticados, porém, essa concentração dos novos recursos da tecnologia é mais evidente nos países que possuem maior poder econômico. As consequências disso se configuram no âmbito social, resultando numa corrida pelo acesso a esses novos instrumentos, que aceleram e transformam as relações do homem com o outro e com o mundo. As pessoas querem o acesso, mas, na maioria das vezes, não têm as condições financeiras necessárias para ingressar nessa trajetória de sucessivos desafios tecnológicos. No entanto, não podemos negar que existem vínculos de natureza educativa entre a produção do conhecimento e o uso dos dispositivos tecnológicos. Ainda é necessário que os indivíduos tenham maior clareza sobre os reflexos desses vínculos na aprendizagem. Pois, sabemos que a história da sociedade se transforma à medida que surgem novas formas de vida e de interação entre as pessoas. A velocidade que chegam as informações nos contextos sociais provoca uma verdadeira corrida pelo acesso aos meios de comunicação e aos recursos tecnológicos que resulta numa ruptura com outras práticas do cotidiano que se tornam desnecessárias com a chegada das novas tecnologias para acelerar e auxiliar no processo de mudança.

Neste entendimento, o homem precisa adquirir um nível de consciência mais elevado sobre a rapidez das mudanças. Pois, o impulso causado pela inovação e pela necessidade de novas posturas perante o mundo moderno, acarretam muitos desafios dos quais fazem parte destes a inclusão digital e social das pessoas que estão sujeitas aos processos competitivos presentes em todos os setores da sociedade. É necessário que os indivíduos desta sociedade se preparem para lidar com as mudanças, pois, com afirma Toffler (1970, p. 30), “o futuro invade o presente em velocidades diversas”, sendo que é o contexto onde vivem as pessoas faz acender os efeitos das ações nestas, isso de forma pessoal e psicológica, e ocorre de tal maneira que se pode até pensar na transformação dos hábitos e costumes da sociedade.

Observando por este ângulo, no decorrer da prática como educadores, constatamos que a escola tem enfrentado diversos desafios em relação ao uso de alguns recursos tecnológicos. Isto ocorre tanto por falta de estrutura, de manutenção e renovação dos equipamentos como pela falta de formação dos professores, para oferecer um bom desenvolvimento dessas habilidades aos alunos. Esse descompasso abriu uma brecha nos setores da iniciativa privada, neste caso, nas Organizações não Governamentais (ONGs), que buscam suprir o que o Estado não tem atendido satisfatoriamente. Tais organizações estão oferecendo aos cidadãos cursos em suas entidades, que buscam incluir essas pessoas no mundo digital. Mas, será que essas oportunidades estão promovendo simplesmente o acesso aos recursos tecnológicos digitais, ou as ações pedagógicas se consolidam em práticas inovadoras e significativas para os alunos? Estas indagações nos impulsionaram a trilhar o caminho para chegar às respostas, das questões que nos inquietavam.

Nesta direção, foi feita a delimitação deste estudo por meio da exploração sobre questões no âmbito da grande área que é o Terceiro Setor, para chegarmos a uma Organização não Governamental (ONG) que tivesse uma ação educativa de inclusão digital. No âmbito do Terceiro Setor. O conhecimento sobre estes aspectos foi importante para termos o direcionamento do projeto proposto. Diante do cenário que encontramos sobre o tema “inclusão digital”, nos propusemos a analisar, de forma sistemática, a realidade que nos interessa no âmbito da educação não formal. Neste sentido, optamos por um espaço educativo que possua alguns requisitos necessários para a realização do estudo investigativo, que, a princípio, são os sujeitos, a existência de ações de inclusão digital e que seja no Terceiro Setor da sociedade civil, especificamente numa ONG. O Instituto Maria Madalena Oliveira Cavalcante (IMMOC), enquadra-se neste perfil, por isto, nos motivou a fazer tal escolha.

A escolha ainda contou com os seguintes questionamentos, que orientaram o caminho que foi tomado, instigante a ser percorrido: quais são as cidades que fazem parte da Região Metropolitana do Recife? Qual dessas cidades possui maior número de organizações sociais que desenvolvem projetos de inclusão digital? Por que a inclusão digital tem sido tão abordada pelas reportagens dos principais meios de comunicação, em particular pela mídia impressa?

O resultado a esse respeito se deu por meio de informações via internet, pois no site oficial da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), onde poderiam ser oferecidos esses dados, apenas são apontadas as organizações associadas a este órgão e em nível estadual, não em nível municipal, como estávamos pesquisando. Recorremos à fonte citada e constatamos que são 17 cidades as que formam a Região Metropolitana do

Recife – contudo, a que possui maior número de ONGs, com projetos de inclusão digital, é a cidade do Recife. Esta constatação começou a ser indicativa de nossa escolha, por apresentar um universo maior para a nossa investigação. Outra razão da escolha foi que as ONGs desse município são as que apresentam maior quantidade de projetos de inclusão digital.

Partindo desse princípio, optou-se pelo local da pesquisa, escolhendo para a realização da investigação o Instituto Maria Madalena Oliveira Cavalcante (IMMOC), situado na cidade do Recife, no bairro de Campo Grande. É uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo principal “promover a capacitação e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, dentro do espírito de responsabilidade e solidariedade, para que se firmem como cidadãos na sociedade”¹. Por intermédio do Projeto Futuro Digital, a ação da ONG, teve início em 2003 visando atender os jovens desassistidos, de comunidades da cidade do Recife. Segundo documento², o do Projeto Futuro Digital oferecem às pessoas de baixo poder aquisitivo a oportunidade de construir conhecimentos para adquirir fluência tecnológica, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que promove o acesso dos alunos ao mundo digital, na perspectiva da educação não formal. Estes jovens recebem a formação tecnológica mediante as aulas dos cursos, além de orientações sobre comportamento, postura em ambientes de trabalho e formas de enfrentar os desafios da atualidade.

Nesta abordagem, como se reporta ao tema inclusão digital, será tratada a fluência dos conhecimentos como um fator importante para a formação dos sujeitos. Esta fluência, vista pelo viés da formação em tecnologia, tem sustentação nos pressupostos de Papert (1997, pp. 54-55), o qual fundamenta que “o modo de alguém adquirir fluência em tecnologia é semelhante ao modo de adquirir fluência numa língua. A fluência vem com a utilização”. Sobre fluência, compreende-se a apropriação e construção de conhecimentos a partir da experimentação, das próprias descobertas, do manuseio de material e em tentativas de erros e acertos. Para que a aprendizagem seja eficiente, é preciso haver harmonia entre o que se aprende na escola e na vida. Esse processo atua dialeticamente e está composto de uma estrutura sistêmica, pois todos os elementos necessários à aprendizagem estão inter-relacionados.

Para esta pesquisa, observou-se, vinte e sete alunos do curso do Projeto de Inclusão Digital, os quais estão inseridos num universo em expansão, que é o da tecnologia.

¹ Dados retirados do site do Instituto Maria Madalena Oliveira Cavalcante (IMMOC), www.jbr.eng.br/immoc/

² A Proposta do Projeto de Futuro Digital fornecida pela coordenação do IMMOC, para ser analisado neste estudo.

Esta tem ocupado diversos espaços da sociedade de forma rápida, porém, ainda não se pode contar com este privilégio na área da educação, porém, este aspecto da inserção das tecnologias é observado na educação não formal. Com a intenção de investigar esta demanda, procurou-se saber através das observações e entrevistas se estes jovens têm o conhecimento da importância dessa aprendizagem para a construção da cidadania, assim como, buscou-se saber se estão cientes dos desafios que enfrentarão para realizar o curso do Projeto Futuro Digital do IMMOC. Entretanto, enfatiza-se, que o uso dos equipamentos de informática não se constitui no acesso amplo e de forma consciente, tampouco que esta utilização tenha os efeitos no tempo e na forma como são esperados. Sobre este aspecto, a professora Maria Eduarda da Rocha (UFPE), na reportagem “Além da simples inclusão digital”³, afirma que:

[...] as pessoas já se voltam à tecnologia, preocupadas com seus usos imediatos e triviais. Para que vislumbrem outras possibilidades, é preciso investir em uma formação humanista; e acrescenta que “os usos da tecnologia são condicionados pelo repertório cultural do indivíduo.

As afirmações da professora Maria Eduarda Rocha são relevantes e desafiadoras ao ponto em que instigam à pesquisa, pois a percepção de valores e a sensibilidade das pessoas são fatores que interferem em suas decisões. Deste modo, é oportuno saber o que deve ser feito para preparar os indivíduos para lidar com esses desafios da modernidade e enfrentar os instrumentos tecnológicos cada dia mais avançados. Considerando que é preciso ensinar aos jovens a dialogar com o mundo e com a realidade em que estão inseridos de forma responsável. Sendo assim, entendeu-se que não é suficiente só existirem projetos de inclusão digital; é importante que esses projetos apresentem inovação no processo educativo para que haja o desenvolvimento do potencial do aluno. Portanto, investigou-se se existe inovação nas ações pedagógicas desenvolvidas com os alunos, para esclarecer alguns pontos da investigação. Desta forma, os resultados obtidos dão a clareza necessária para a reflexão e interpretação, mesmo sabendo que estes ao final da pesquisa não devem ser considerados enquanto verdades absolutas, mas, pontos de partida para novas buscas. A curiosidade que move as descobertas nas ações educativas, também pode ser considerada como um fio condutor para que o ensino e a aprendizagem sejam materializados mediante um processo o qual não se esgota simplesmente ao encontrar a resposta para as indagações. Contudo, passa a ser o indicativo de outras questões sobre a realidade que se pretendia conhecer *a priori*. Foi tecendo este caminho, que surgiu a necessidade de se obter maior conhecimento sobre a forma

³ Reportagem feita por Luisa Ferreira, Jornal do Commercio, Suplemento Tecnologia, em 28 de março de 2012.

como os professores do Projeto Futuro Digital têm conduzido a prática docente, em particular do curso de informática.

Segundo Freire (1992) é preciso reflexão acerca do que é ensinado e aprendido. Não é estando satisfeito com as injustiças do mundo que se deve viver, mas buscando estar nele e lutando para que melhore. Sendo assim, os sujeitos não podem se adaptar aos interesses dos que dominam, pois, se o fazem, estão contribuindo para a possibilidade de não alcançar a sua realização pessoal e é importante inquietar-se para que ocorram as mudanças. O autor ressalta que “não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança” (FREIRE, 1992, p. 91). Ainda sobre este ponto de vista freireano, é necessário o respeito pela autonomia do educando, e isto não pode ser considerado uma concessão ou favor. É preciso respeitar a inquietude deste, o bom senso deve prevalecer e o processo educativo precisa ocorrer de acordo com princípios éticos e de liberdade.

Partindo deste princípio, surgiu o interesse pelo tema, para saber de forma mais consistente sobre sua importância, tanto em nível pessoal quanto em sua relevância em prol da sociedade na qual vivencia as experiências pessoais e profissionais. Porém, não basta apenas saber sobre estes aspectos – a pretensão foi mesmo de se debruçar sobre este tema com um olhar investigativo para que as questões da pesquisa fossem contempladas com respostas claras. Mesmo que estas não fossem as que se esperava obter.

Para tanto, se fez necessário estar motivado para esta incessante busca e, ao mesmo tempo, fazer parte dela, criando mecanismos que facilitassem o convívio com o ambiente e os contextos a serem explorados, bem como desenvolver uma boa interação com as pessoas que participaram da construção dos conhecimentos considerados não tanto investigados.

Não há novidade em dizer que a educação permeia a vida das pessoas ao longo de toda a sua existência e ocorre em vários contextos e de formas diversas. A relação com a família e com o mundo faz com que os sujeitos experimentem e se apropriem de conhecimentos que são considerados relevantes à aprendizagem escolar, formalizada e sistematizada por meio das práticas pedagógicas e nas vivências que ocorrem a partir da interação com o outro. Porém, existem, ainda, as experiências em processos formativos realizadas de maneira não formal, que, por sua vez, exercem um papel fundamental na vida das pessoas. Todavia, o Estado vem deixando de cumprir uma parte de sua responsabilidade no que se refere ao processo educativo, o que tem dado possibilitado a entrada e a ação do Terceiro setor nesse espaço de formação educativa.

Nesta lógica, compreende-se que a educação não se reduz às instituições escolares nem aos recursos por ela utilizados, no entanto, inclui-se numa dimensão diversificada, em outros espaços, cujas iniciativas ampliam as possibilidades de construção dos conhecimentos necessários a uma formação cidadã e ao ingresso no mundo contemporâneo, que exige mais esforços das pessoas pelo seu caráter competitivo, para que, dessa forma, haja a transformação das condições de vida e do meio em que esse cidadão está inserido. Mesmo assim, ainda há pessoas que acreditam que a escola seja o lugar exclusivo de produção do conhecimento. Contrário a isto, destacamos Fino (s/d) que aborda esta questão enfatizando que,

[...] há muito que sabemos que a escola já deixou de ser o *locus* da informação a que alguns chamam, ingenuamente, *conhecimento*, desconhecendo que o conhecimento é uma construção do aprendiz e não uma substância independente e descontextualizada [...] ninguém precisa recorrer à escola para ter acesso às fontes de informação [...] o mundo é o *locus* da informação, e a vida, incluindo obrigatoriamente a interação social, é um processo de adaptação permanente. (s/d, p. 3).

Sendo assim, a escola não pode ser a única opção de espaço de aprendizagem, nem pode ser uma rival dos outros espaços onde o conhecimento também pode e deve ser construído. Os conhecimentos, independente de onde são obtidos, no que se referem à Inovação Pedagógica e ao seu significado para uma sociedade em constante transformação, precisam ser adquiridos mediante práticas pedagógicas que se constituam a partir de processos pedagógicos inovadores. Neste trabalho de pesquisa, estes processos são discutidos por Fino (2010) numa perspectiva que considera a investigação direcionada para um sentido transformador. Desta forma, não interessa saber apenas se as práticas pedagógicas são ou não inovadoras, ou descrevê-las como tal – é preciso fazer uma ligação com o desejo de inovar. Assim, o pesquisador faz o papel de um agente de transformação, sem ter a noção exata do início e do fim de cada uma dessas funções. O referido autor esclarece que o espaço para aprendizagem pode ser a escola ou outro ambiente formativo que se constitua com a finalidade educativa. Então, não é o espaço formal ou simplesmente a incorporação de tecnologia que se traduz em inovação. Para o autor, a inovação pedagógica pode estar sustentada pelas idas e vindas das práticas ou ações pedagógicas, que efetuam uma ruptura com práticas anteriores consideradas tradicionais.

Para compreender as demandas da inclusão digital diante de uma nova sociedade com valores que se fazem presentes por meio das posturas de cada um perante seu meio,

precisa-se lançar um olhar crítico sobre as mudanças que ocorrem no mundo e as necessidades dos indivíduos ante as exigências atuais de cada setor da sociedade. Sendo assim, se percebe que, a cada época, a sociedade procura adequar-se ao novo e tende a transformar-se, em virtude da aceleração das mudanças e da necessidade de estar em condições de igualdade.

Numa sociedade que luta para adequar-se ao mundo contemporâneo, a inclusão digital precisa ser entendida numa concepção de democracia e autonomia dos sujeitos para ser efetivada. Da mesma forma, precisa estar inserida no processo de mudança, assim como o que tem ocorrido universalmente de forma acelerada com as inovações tecnológicas. No contexto o qual exploramos esta questão da inclusão digital, também foi observado e analisado se a partir desta, havia a inclusão social dos sujeitos inseridos na ação do Projeto Futuro Digital.

Nenhuma mudança social ocorre de forma mágica, no entanto, é observado nos espaços educativos que têm como objetivo a inclusão digital a oferta de cursos que instrumentalizam os alunos para manusear as máquinas com rapidez, sem oportunizá-los a uma apropriação crítica dos conhecimentos sobre o uso da tecnologia, para assim provocar uma mudança comportamental no indivíduo e em seu grupo social. Nesta perspectiva, julga-se necessária uma política de universalização do acesso ao mundo digital para que haja o desenvolvimento sustentável e contínuo, com a melhoria da qualidade de vida, reduzindo, por sua vez, as desigualdades sociais e econômicas da população.

Segundo Sousa e Fino (2008), o início de algumas experiências pedagógicas com uso de computadores esteve preso a condicionamentos criados a partir de experiências na área educativa com a iniciativa do ensino feito por meio de máquinas – como o que ocorreu, segundo os autores, em 1924, com a invenção de uma máquina de corrigir testes de múltipla escolha, por S. Pressey. Buscando nos aproximar no tempo, no início de 1950, a máquina apresentada para ensinar foi ideia de B. F. Skinner. O equipamento era programado e dividia o material de ensino em módulos pequenos, assim, os conceitos eram passados para os alunos em sequência, baseados também em condicionamento. Como afirmam os autores, esta ideia foi mais popularizada no final de década de 1950, porém, por questões operacionais e escassez de material, o sucesso e a popularização não atingiram o resultado esperado. Muito embora tenham ocorrido imprevistos na operacionalização, com a chegada dos computadores, é válido ressaltar que houve a criação de muitos programas instrucionais de informática, os quais foram nomeados de “ensino assistido por computadores” (SOUSA & FINO, 2008, p. 8). Neste caso, tendo o computador como auxiliar do estudo, ao aluno caberá a oportunidade de adquirir conceitos computacionais, nesse caso, a escola disponibilizaria um computador para

cada dois alunos, na mesma modalidade de curso de computação. Pensado e executado dessa forma, não temos a garantia de um trabalho formal com um conhecimento específico, antes qualquer assunto poderá ser abordado sem objetivos que direcionem a aprendizagem mediante a informática numa perspectiva educativa, em que os conteúdos escolares se relacionam com o uso do computador.

Sousa e Fino (2008, p. 9) salientam que “Estamos, portanto, a atravessar um estado de crise que convida à reflexão e à ação. O contrário seria ficarmos de braços cruzados a assistir ao colapso mais que previsível da velha instituição escolar sobre as nossas cabeças”. Segundo os autores, com a chegada dos computadores, tinha-se a ideia de que era aquele novo contexto que poderia causar inovação e melhoria quantos aos resultados educativos atrelados do ato de ensinar, mas, na concepção destes, é preciso que haja reflexão sobre as condições de atuação com a tecnologia. Também é necessário que o ambiente educativo tenha o comprometimento com as atividades, possibilitando aos envolvidos a interação e a inovação do processo educativo. Nesta nova era, onde a tecnologia ganhou um espaço consideravelmente promissor, a adaptação das pessoas aos usos dos recursos tecnológicos precisa ocorrer de forma rápida, porém, eficiente, tanto nos contextos escolares formais quanto nos espaços educativos não formais, para dar conta dos desafios criados pelas exigências da própria sociedade.

Porém, questiona-se: apenas oferecer cursos de informática a um determinado grupo de alunos pode se configurar como inclusão digital? Esta oferta garante que socialmente esses indivíduos sejam inseridos no mundo informatizado? Os seus direitos ao acesso e continuidade dos estudos estão garantidos nos espaços competitivos da sociedade? Será que colocar as pessoas diante do computador para que desenvolvam habilidades técnicas do domínio da máquina corresponde aos novos paradigmas de formação dos processos de inclusão em relação à aprendizagem? Pressupomos que a aprendizagem ocorre mediante a interação, como resultado da formação do homem por meio de influência recíproca com a sociedade. Esses questionamentos foram sendo atendidos à medida que as observações fluíam no campo de pesquisa.

Entretanto, como alerta La Passade (2005) é preciso que o pesquisador mesmo imerso no universo dos participantes mantenha o distanciamento necessário para que não seja influenciado na hora de analisar os dados. Por isso, a metodologia aplicada com seriedade será uma aliada durante o processo. Observar o que ocorre nas ações das pessoas envolvidas em uma pesquisa requer do pesquisador um olhar amplo, pois, nos contextos sociais as mudanças são constantes e não ocorrem apenas no âmbito tecnológico.

Nesse sentido, Toffler (1970) afirma que a tecnologia não é a única maneira de impulsionar a mudança das pessoas na sociedade, pois existem outros fatores que também são considerados relevantes, por exemplo, as questões de alterações atmosféricas que podem modificar a fertilidade do solo, assim como diversos outros. No entanto, postula que a tecnologia é uma “força preponderante” no que diz respeito à aceleração do processo de mudança. Afirma, também, que a compreensão do termo “tecnologia” precisa ser visto além de máquinas e ferramentas, por estar presente em outros contextos que não nas linhas de montagem de uma fábrica, como exemplifica o autor: “A invenção da cangalha para as bestas de carga na Idade Média levou a mudanças importantes nos métodos agrícolas e foi um avanço tecnológico” (TOFFLER, 1970, p. 34). Segundo ainda esse autor, a tecnologia pressupõe o uso de técnicas que necessitam ou não de máquinas para funcionar ou existir. Não pode ser ao contrário, em que a rapidez e a automação ocorrem nas indústrias com a produção em série na fabricação de produtos.

Considerando esta maneira de inserir as pessoas no mundo da tecnologia, aqui neste caso, teve-se a pretensão de saber quais são as inovações pedagógicas no âmbito da inclusão digital. Sobre esse aspecto, os meios de comunicação – jornais, revistas, internet e televisão – têm apresentado diversas reportagens que tratam do tema. Um dos casos que chamou mais atenção, por ter sido apresentado de forma contundente, foi quando o professor Antônio Carlos Xavier, da UFPE, em entrevista ao Diário de Pernambuco sobre o tema “Inclusão Digital no Nordeste”⁴, afirma que “é hora de compensar a imoralidade” e, ao ser indagado se o Nordeste está incluído digitalmente, sua resposta é que “tecnicamente sim, pragmaticamente, nem tanto”. Na percepção do professor, ainda falta muito para que isto venha a se consolidar, mas não nega que existam sinais de avanço neste sentido. E discorre sobre a questão da inclusão digital, salientando que as pessoas estão buscando resolver estes desafios por outros meios que não são os do governo, pois, se for por este viés, a inclusão no mundo tecnológico digital ainda demorará a acontecer de fato. É importante frisar o que expressa a fala do professor, na qual, de forma convicta, acrescenta “se forem dadas *oportunidades* para os sujeitos, mesmo em condições desfavoráveis, eles poderão aproveitá-las e transformar a sua realidade e a dos que o cercam”. Compreende-se a partir desta afirmativa que faltam iniciativas políticas que viabilizem o acesso dos alunos aos ambientes de aprendizagem tecnologicamente equipados para atender às novas demandas, tendo em vista que esses sujeitos, mesmo em condições adversas, têm predisposição para aprender.

⁴Entrevista concedida a Silvia Bessa, Jornal Diário de Pernambuco, Caderno Política A3, 12 de março de 2012.

Nesta direção, foi considerado importante ressaltar que não é suficiente apenas existir projetos de inclusão digital. É necessário que esses projetos apresentem inovação no processo educativo para que ocorra sucesso e transformem a realidade de vida das pessoas envolvidas e não somente preencham o tempo livre destas, como forma de justificar sua existência. Nesta perspectiva, as crianças e os jovens passam a ser os protagonistas dessas práticas de caráter assistencial, oferecidas em locais diversos, como igrejas, e outros segmentos da sociedade civil como, o Terceiro Setor.

Acrescentou-se ainda que a necessidade da incorporação de alguns elementos para melhorar a aprendizagem é destacada por Moran (2007, pp. 24-25): “A aprendizagem precisa cada vez mais incorporar o humano, a afetividade, a ética, mas também as tecnologias de pesquisa e comunicação em tempo real”. O autor menciona esta demanda, embora reconheça que no Brasil ainda há muita dificuldade em relação à inserção dos alunos no mundo digital. Também realça a questão das mudanças na educação, no sentido da qualidade e do enfrentamento dos desafios do cotidiano. Contudo, deixa claro que, para esta efetivação, é preciso que as pessoas envolvidas no processo educativo tenham o comprometimento com a questão social. Aqueles que já ultrapassaram a fase do receio da mudança experimentam práticas pedagógicas que estimulam o desenvolvimento de uma comunicação favorável à aprendizagem dos alunos. As referidas práticas podem ser mais atrativas se estiverem associadas ao uso adequado das tecnologias.

De acordo com Mercado (1999, p. 46) a escola vem perdendo o seu papel hegemônico inicial de “transmissão e distribuição da informação”. Outros atrativos promovidos pelos meios de comunicação ocupam lugar de destaque e estão a disposição das pessoas trazendo grandes quantidades de informações e numa velocidade máxima. Para o autor, isto faz com que o aluno tenha a seu dispor, uma quantidade enorme de material informativo, porém, isto não significa que os conhecimentos sobre tais conteúdos tem significado como aprendizagens para eles. É preciso que haja a transformação deste capital de informações por meio de atividades interativas e produtivas para que os alunos trabalhem em conjunto desenvolvendo sua aprendizagem da forma mais efetiva e reflexiva. Esse autor destaca que é muito importante fazer com que os professores se aprimorem, de forma crítica sobre a aplicabilidade dos meios de comunicação, utilizando as ferramentas tecnológicas educacionais. Assim, descubrem as possibilidades que estas colocam a disposição dos alunos, e com esta postura poderão realizar uma reflexão sobre a recriação de sua própria prática.

Se o papel do professor é recriador e sistemático, pois, no momento em que repensa sua prática pedagógica, precisa levar em consideração o aluno e o contexto em que

está ocorrendo à ação. Da mesma forma, deve considerar importantes os meios que serão utilizados para chegar à finalidade, com isto obter o alcance dos objetivos de maneira consciente. Diante dessas evidências, compreendemos que Mercado (1999), quis dizer que os professores precisam ver os alunos, como sujeitos da ação educativa, sendo os protagonistas de sua história, e considerando a realidade onde estão inseridos.

Conforme afirma Cruz (2004), o mundo digital evidenciado atualmente diz respeito ao acesso aos recursos tecnológicos de forma global e a exclusão digital não pode ser compreendida apenas em relação ao indivíduo, pois não é só a escola que sofre da deficiência destes recursos, as próprias empresas também passam pelos mesmos problemas. Para o autor, os desafios para suprir esta defasagem ainda são grandes. Dentre eles, apresenta a distribuição de renda de forma inadequada e o baixo nível de escolaridade das pessoas como fatores importantes.

É importante que haja reflexão sobre as condições dos sujeitos considerando como destaca Toffler (1970, p. 31), “o futuro, [...], invade o presente em velocidades diversas. Assim, torna-se possível comparar a velocidade de diferentes processos à medidas que eles se desenvolvem”, sendo o contexto que favorece os efeitos das mudanças nas pessoas, e ocorre de tal maneira a acontecer problemas de adaptação ou ainda “um choque do futuro” que para o autor “não é mais um distante perigo em potencial, mas uma doença verdadeira que já está afetando um número crescente de pessoas. (*ibidem*, p. 14). Assim, definindo essa grande mudança nos hábitos da sociedade. O mais grave é que muitas pessoas não se preparam para lidar com as mudanças que ocorrem tanto no meio ambiente quanto em suas próprias vidas. Por outro lado, sabe-se que a resistência às mudanças agrava-se para uns, enquanto outros tentam reorganizar a vida e o cotidiano.

Para o autor, as origens destas resistências para enfrentar o novo, demandam fatores de vivências que influenciaram tais posturas, e a sugestão é que essas pessoas aprendam a lidar com as mudanças, tanto pessoais quanto sociais, de forma que a adaptação seja menos dolorosa e não ocorra repentinamente, pois é um processo que faz parte da transitoriedade da história da sociedade. Acrescenta que, dessa mesma forma, ocorre com a tecnologia, em que o progresso impulsiona as inovações e, assim, cada vez “menos tempo é necessário para que uma nova ideia chegue até o mercado, também ao mesmo tempo vai se tornando necessário para que ela se difunda na sociedade” (*ibidem*, p. 36).

Neste sentido, o autor considera que a tecnologia é uma “máquina” (*ibidem*, p. 37) de aceleração do conhecimento, e o conhecimento é o “combustível” (*idem*) que a move. Conclui que o homem constrói o conhecimento de forma mais rápida e abrangente do que há

alguns anos. Por isso, considera a inovação como a segunda chave para compreender a nova sociedade, sendo a transitoriedade a primeira.

Quando o homem sai da rotina para encarar a mudança, ele está se lançando ao imprevisível. Julga que “a transitoriedade e inovação são uma mistura explosiva”. (TOFFLER, 1970, p. 39). Portanto, consideramos, assim como indicam os pressupostos desse autor, que sair da rotina para buscar a compreensão da inovação nas práticas pedagógicas fortalece o objetivo de compreender que esse tema possui, além da importância de cunho pessoal e profissional, uma relevância científica, pois os dados aqui coletados e analisados, com base no referencial teórico que sustenta as afirmações, poderão ser desdobrados em novos estudos acadêmicos, tanto pela importância social a qual envolve a temática, como pela natureza com que conduz a questão da inclusão das pessoas no mundo, neste caso, por meio da tecnologia.

Entende-se que uma pesquisa desta natureza possa contribuir para a inovação pedagógica por ser tratada aqui não apenas de forma conceitual, mas em sua efetivação, no que diz respeito à implementação de práticas inovadoras. Ainda intencionamos discutir esta temática, diante da necessidade de novas formas de ensinar e aprender numa abordagem “construcionista”, defendida por Papert (1994), em que o aluno elabora as estratégias que mais facilitem a sua aprendizagem. A meta é “ensinar de forma a produzir a maior aprendizagem a partir do mínimo de ensino”. (PAPERT, 1994, p. 124), embora o autor negue que a redução da quantidade de ensino não é o que define o alcance de maior aprendizagem.

Foi considerado que a aprendizagem ocorre em situações resultantes da relação do sujeito com o mundo e de forma sistemática na escola. Desta forma, a vontade de aprender é ativada e, quanto mais os contextos de aprendizagem em que o aluno esteja inserido forem motivadores, maiores serão as possibilidades da aquisição do conhecimento.

Tendo em vista este cenário, que trata de um tema sugestivo pela relevância social que apresenta e, sobretudo, por meio do estudo que será feito à luz da teoria a qual dará suporte a esta pesquisa, firmamos o nosso compromisso em contribuir para o aprofundamento deste estudo, a fim de que faça parte do debate no âmbito acadêmico, motivando outras pessoas a dar continuidade e ampliação ao estudo do tema, assim como faremos neste projeto de forma ética e objetiva.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas das ações de Inclusão Digital buscando reconhecer a existência de Inovação Pedagógica.

Fez-se a opção por descrever a realidade observada, mediante a abordagem etnográfica, por entender que ela possibilita a investigação de um contexto social, de um

determinado grupo de pessoas, com naturalidade, na busca pela obtenção dos dados que resultem nas respostas às indagações que compuseram a questão principal da pesquisa: As práticas pedagógicas das ações do projeto de inclusão digital do IMMOC favorecem aos alunos uma aprendizagem inovadora?

Assim definimos os objetivos específicos, sem esquecer que estes buscam responder ao que se pretende e quais propósitos se deseja alcançar com determinada pesquisa. De acordo com Deslandes (2012, p. 44), “é fundamental que estes objetivos sejam possíveis de ser atingidos”, pois, se estamos empenhados num trabalho investigativo, é notório que se almeje alcançar respostas. O objetivo geral deve ser elaborado numa dimensão ampla, para contemplar o embasamento geral do estudo em relação ao objeto, enquanto a formulação dos objetivos específicos relaciona-se com a forma como as ações são desdobradas para a obtenção dos objetivos. Nesta direção, foram desdobradas as ações que conduziram aos pormenores inseridos no objetivo geral e nos específicos, bem como estabelecer a articulação entre os mesmos. Dessa forma elegemos como objetivos específicos: investigar se o Projeto Futuro Digital apresenta inovação no processo educativo dos alunos; analisar qual a importância da aprendizagem para os alunos; analisar a proposta do projeto de Inclusão Digital.

Visamos dessa forma, à compreensão e à análise das informações, onde foi realizada a interpretação dos fenômenos e seus significados na vida das pessoas, identificando assim, os elementos que contribuíram com a elucidação dos questionamentos a respeito das ações dos agentes envolvidos na ação pedagógica. O registro dos acontecimentos e eventos do cotidiano dos sujeitos pesquisados a partir das observações, foram registradas no Diário de Campo (Vide Apêndice E), o qual é considerado em geral como,

Um caderno de anotações de campo, com registros de observação, informações sobre o método de pesquisa, pensamentos catárticos em forma de diário no sentido restrito, ou ainda anotações retratando o papel do investigador de campo. (BRAZÃO, 2007, p. 290).

O autor complementa que “as anotações do pesquisador etnográfico são feitas dia a dia, implicando uma observação participante junto dos membros da comunidade”. (*idem*). Nesta pesquisa, a utilização desse instrumento da metodologia aplicada foi um dos facilitadores da busca pela inovação no ambiente educativo não formal. Posteriormente serviram para a consolidação do registro fiel das respostas a partir do que foi anotado no decorrer das visitas ao campo de pesquisa. A construção do diário de campo requer do autor

organização e uma prática diária para que todos os acontecimentos sejam registrados ao longo do período da pesquisa. Desta forma, o observador se apropria do material coletado para que seja feita a interpretação e análise desses dados com uma visão ampla do espaço e das ações dos sujeitos.

Assim, foi necessária a ampliação e reflexão sobre o referencial teórico conceitual dos autores referenciados, bem como, a análise criteriosa da coleta de informações do contexto que foi observado no campo de pesquisa com os atores das ações pedagógicas.

A presente Dissertação está organizada em cinco capítulos, os quais fazem uma abordagem sobre as categorias que viabilizaram o estudo desta pesquisa, levantando dados da realidade investigada, onde estavam os sujeitos da prática educativa.

No primeiro capítulo, aborda-se a prática docente considerando que a partir desse marco teórico foi possível a discussão sobre as observações realizadas situando a problemática de que trata a questão da pesquisa. Isto ocorreu para verificar se a prática docente favoreceu a aprendizagem de forma inovadora. Foi necessário saber como esta prática docente foi exercida no Projeto Futuro Digital, como ocorrera a mediação do professor buscando saber se houve nesta ação educativa a participação e a interação dos alunos.

Já no segundo capítulo apresenta-se um breve histórico sobre Terceiro Setor discutindo Inclusão Digital na perspectiva de Inclusão Social dos alunos na educação não formal. O que nos possibilitou a construção de aprendizagem dos alunos nas observações durante as experiências educativas do cotidiano destes sujeitos, bem como, nos relatos destes quando foram entrevistados. Houve a necessidade de expandir os conhecimentos deste aspecto para conhecer sobre esta forma de construção da aprendizagem em locais da sociedade civil que na concepção de Gohn (2010) nos espaços formais ainda existem lacunas, em particular no âmbito da educação. Houve de nossa parte a curiosidade que permeia a possibilidade de construção de conhecimentos fora do ambiente escolar, ideia esta defendida por Fino (s/d).

O terceiro capítulo trata da Inovação Pedagógica no âmbito da educação não formal com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, no curso de informática para os alunos do Projeto Futuro Digital, com foco na importância do uso adequado dos recursos tecnológicos no ambiente educativo não formal, no discurso ou como prática. O embasamento teórico ancora-se principalmente em Fino (2010).

O quarto capítulo explicita o percurso metodológico, com a descrição e explicação sobre o processo do levantamento dos dados para que seja apresentada a análise do material coletado com base em Minayo (2012) e Lapassade (2005).

No quinto capítulo fez-se a análise e a discussão dos resultados desta pesquisa. Foi realizada também uma análise documental, a respeito da proposta do Projeto Futuro Digital, para constatar as possibilidades e/ou a existência da Inovação Pedagógica. Este é considerado, segundo a coordenadora do referido projeto, como um “programa” voltado para adolescentes e jovens que se encontram em condição de vulnerabilidade social.

Com base nos resultados foram feitas as considerações finais, nestas apresentamos nossa compreensão sobre o objeto de pesquisa que se trata da inovação pedagógica em um contexto de aprendizagem não formal.

Espera-se que a estrutura proposta neste trabalho facilite ao leitor percorrer conosco o caminho estabelecido e o incentive ir conosco descobrindo, questionando e aprendendo, nesse movimento de aprender a ser pesquisador.

No capítulo a seguir abordamos a prática docente buscando subsídios no autores que tratam dessa questão para que nos ajudem a desvelar a existência de ações inovadoras no cotidiano do contexto pesquisado.

CAPÍTULO 1 – POR UMA PRÁTICA DOCENTE INOVADORA

1 POR UMA PRÁTICA DOCENTE INOVADORA

Este capítulo aborda a categoria Prática Docente, por considerarmos necessário analisar se ações das práticas pedagógicas no Projeto Futuro Digital tem caráter inovador e se estas estão contribuindo com a aprendizagem significativa dos alunos. Para o estudo da prática docente nesta investigação científica, tivemos a contribuição da teoria de Fino (2010) que nos deu clareza no aspecto da descoberta por ações inovadoras da prática pedagógica. Nesta construção também é feita uma breve referência aos saberes docentes na concepção de Tardif (2008). Também buscamos em alguns autores como Libâneo (1994) o suporte teórico para dar maior consistência a esta temática, principalmente no que se refere à conceituação do termo prática docente. Sendo assim, as atividades pedagógicas devem se concentrar no processo de ensino e aprendizagem quer seja no âmbito da educação formal ou educação não formal, bem como independente do nível de ensino, mas, em todos os lugares, orientando e ensinando as pessoas em suas atividades cotidianas, individuais ou sociais.

1.1 Diferenças Conceituais sobre Prática Docente

A prática pedagógica, na concepção de alguns autores, dentre estes Libâneo (1994) e Tardif (2008), convergem quando dizem que esta não pode ser compreendida simplesmente nas atitudes do professor. Com isso, queremos dizer que quando nos referimos à prática, no âmbito da atividade pedagógica, assim estamos focalizando a questão das relações que são construídas ao longo do exercício docente, como parte do trabalho, das ações e das interações realizadas.

Libâneo (1994, p. 16) afirma que: “o trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social”. Os professores através de suas práticas, exercem um poder que influencia o contexto social, por meio dos conhecimentos construídos junto com os alunos, ao ponto de poder transformar a realidade destes em seu meio social. A prática educativa para o autor,

[...] não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade. (*ibidem*, p. 17).

Quanto a este aspecto que foi destacado podemos afirmar também, que em contextos de aprendizagem pode ocorrer a reinvenção das práticas educativas, por meio das relações dos professores com outros sujeitos, neste sentido ressalta o necessário investimento, para que a partir da interação haja um processo de rompimento do estado de acomodação para se projetar em algo diferente. O que poderia se caracterizar enquanto um indicativo de inovação, na perspectiva apresentada por Fino (2010).

Buscou-se abordar a prática docente também em Santos *et. al.* (2012, p. 148), que enfoca a questão a quebra de paradigma, afirmando ser um desafio “pessoal” e profissional” para os docentes, o enfrentamento com o novo, pois, isso demanda não só o fato de abandonar o que “não mais responde às exigências educacionais atuais, mas que está impregnado na prática docente desse professor e que foi sendo consolidado ao longo de sua trajetória formativa” (*idem*). Assim, podemos compreender que a prática docente não é apenas uma atividade pedagógica, e não obstante, ocorre mecanicamente, mas, é o marco de um encontro social, resultante do contato com sujeitos sociais.

Para realçar a compreensão sobre a prática docente buscou-se o que preceituam e Batista Neto e Santiago (2006, p. 13) ao afirmarem ser esta uma atividade dinâmica mediante os termos como se colocam:

A prática pedagógica é a prática social própria da educação. Nesse sentido, ela é atividade por excelência do professor. A prática pedagógica enquanto prática social pressupõe a construção de objetivos, finalidades e conhecimentos educacionais.

Nesse sentido a prática é intencional, ancorada em um fazer que possa ser justificado, que busca atender determinados objetivos e que explicita um desejo em uma ação planejada e construída. Tardif (2002), sobre no exercício da prática docente, afirma que o professor é considerado como um “sujeito ativo de sua própria prática” (p. 232), segundo o autor, “ele aborda sua prática e a organiza a partir de sua vivência, de sua história de vida, de sua afetividade e de seus valores”. (*idem*) Pois, as intervenções feitas por este quando atuando em sala de aula possui uma característica mediadora, como salienta o autor,

[...] a maneira como o professor resolve e assume os conflitos de autoridade na sala de aula com os alunos não pode se reduzir a um saber instrumental, mas envolve inevitavelmente sua própria relação pessoal com a autoridade, relação essa que é necessariamente marcada por suas próprias experiências, seus valores, suas emoções. (TARDIF, 2002, p. 232).

Assim a prática, enquanto ação mediadora, além de ser intencional, é relativa a um sujeito, revelando as crenças, valores, experiências e emoções de quem a construiu. Acrescentamos ainda, as considerações de Libâneo (2000), ao considerar que o professor no exercício da docência não pode ficar desatualizado, precisa se interessar pelos acontecimentos que estão ao seu redor, onde a participação deste no contexto, principalmente através dos recursos proporcionados pelas TICs e Internet, apresenta a forma mais rápida de se obter informações.

O uso das informações de forma profissional, além de possibilitar a atualização docente, poderá transformar a sala de aula em um espaço de análise, crítica e compreensão do mundo, ampliando os conhecimentos dos alunos. Portanto, é fundamental, que o professor esteja preparado de forma crítica e reflexiva para o uso de novas maneiras de ensinar, pelas próprias exigências da contemporaneidade. Para o autor, cabe ao professor, dos tempos atuais compreender que,

Na vida cotidiana, cada vez mais número de pessoas são atingidas pelas novas tecnologias, pelos novos hábitos de consumo e indução de novas necessidades. Pouco a pouco, a população vai precisando se habituar a digitar teclas, ler mensagens no monitor, atender instruções eletrônicas. (LIBÂNEO, 2000, p. 16).

Como se pode observar na sociedade tecnológica, as mudanças são consideráveis, e estas afetam direta e indiretamente a vida cotidiana das pessoas, dessa forma, o professor precisa procurar despertar o interesse em se atualizar e melhorar a qualidade da educação por meio dos avanços tecnológicos.

A reflexão nesse sentido, sobre a prática docente não significa o simples pensar sobre o que se está ensinando, mas, de forma mais ampla levar em consideração a conscientização para a compreensão de seu pensamento, suas atitudes e as consequências que resultem de sua atuação. Em Freire (1996, p. 39), encontramos que o fundamental é a reflexão crítica. Afirma o autor: “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre sua prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Compreendemos que este ato reflexivo deve ser sobre o presente, o passado e o que se espera mudar na prática do futuro. Assim, tudo isto

passa também pela predisposição do professor, como um formador de opiniões e, sobretudo, de seres pensantes, em querer mudar sua forma de agir a partir de ações comprometidas com a educação, que ultrapassa o ensino de conteúdos, para investir na formação de sujeitos participativos e críticos.

1.2 A Prática Educativa do Professor na Dimensão da Inovação Pedagógica

Nas relações educativas, o movimento de idas e vindas de construção das aprendizagens na escola e também fora dela, pode chamar a atenção de pesquisadores para descobrir os aspectos inovadores desses contextos educativos. Mas, de acordo com Fino (2010, p. 2) o trabalho investigativo sobre a inovação da prática pedagógica não deve ser “para se saber se determinadas práticas são inovadoras ou não, nem muito menos, de descrever práticas, que se supõe inovadoras”. O que o autor afirma é “a ideia é aliar a investigação, sem a qual os processos pedagógicos não serão completamente inteligíveis, ao intuito de inovar, a partir de um juízo macro sobre a escola na sua generalidade, fundado na investigação” (*idem*). Sem dúvida, o que nos cabe entender é que o professor é um investigador de sua prática, como refere o autor, “um agente transformador”. (*idem*). Nesse sentido, podemos encontrar em Fino (s/d) a concepção que para a materialização a inovação pedagógica em espaços educativos é necessário, que os “agentes de mudança”, (Fino, s/d p. 1), considerados pelo autor como aprendizes e professores, criem contextos de “*aprendizagem* incomuns” (*idem*) aos que já existem nos ambientes escolares. Neste caso, analisado por nós, não se trata de uma escola, mas de um ambiente educativo, que tem os seus objetivos voltados para a formação dos alunos a partir das práticas pedagógicas que devem ser mediadoras de conhecimentos.

Para tanto, considerando esta fundamentação do autor, pressupomos também que o investigador de práticas docentes inovadores deverá buscar os fatos, estudar e conhecer a realidade contextual, fundamentando-se na teoria específica com a rigorosidade necessária, possa alcançar os objetivos da pesquisa. Mas, antes de tudo reconhecer que os docentes são pessoas que vivem num determinado meio social interagem com este e constroem conhecimentos inerentes ao seu convívio com outros sujeitos.

Podemos ainda encontrar em Fino (s/d, p. 1) a concepção que para a materialização a inovação pedagógica em espaços educativos é necessário, que os “agentes de

mudança”, considerados pelo autor como aprendizes e professores, criem contextos de “*aprendizagem* incomuns” (*idem*) aos que já existem nos ambientes escolares. No caso, analisado nesta pesquisa não se trata de uma escola, mas, de um ambiente educativo, que tem os seus objetivos voltados para a formação dos alunos a partir das práticas pedagógicas que devem ser mediadoras de conhecimentos.

Quando falamos em inovação pedagógica estamos tratando de prática construída por professor e aluno e nos percursos feitos durante o processo de aprendizagem. Nesta perspectiva, a prática pedagógica é compreendida por Veiga (1989), “como uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social”. (VEIGA, 1989, p. 16). Salienta ainda, que esta deve pressupor a relação “teoria-prática” (*idem*). Em sua opinião, a prática pedagógica considerada nessa perspectiva, possui dois lados, um teórico e outro o prático. O primeiro por ser mais objetivo pode ser representado por “um conjunto de ideias constituído pelas teorias pedagógicas”. (*op. cit.*, p. 17). Já o segundo, representado pelos anseios onde se encontra a subjetividade humana. Ainda na concepção da autora, a prática pedagógica tem um “caráter criador”, (*op. cit.*, p. 21) que além deste aspecto, possui como marco inicial e final a prática social fazendo com que haja a compreensão da realidade que está a sua volta e ainda procura realizar a criação e a produção da mudança, onde uma nova história se cria e também pode ser recriada com uma visão de mundo mais elaborada que faz do aluno sujeitos da sua própria história. Para concluir este pensamento a autora trata a prática pedagógica como uma ação reflexiva que pressupõe:

- o vínculo da unidade indissolúvel entre teoria e prática;
- acentuada presença da consciência;
- ação recíproca entre professor, aluno e a realidade;
- uma atividade criadora;
- um momento de análise e crítica da situação e um momento de superação e de proposta de ação. (*Ibidem*, pp.21-22).

A prática pedagógica do professor analisada na perspectiva da condição de uma prática pela transformação precisa ser considerada como um ato ativo e sujeito a reflexões. Acreditamos que isto é possível se for percebido como afirma de Freire (2011, p. 18), “A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”. Portanto, vendo por este ângulo a ação pedagógica não pode ser vista como um ato passivo. O professor na condução do seu trabalho pedagógico pode ser considerado como um sujeito que reflete sobre sua prática, imerge no seu mundo e também se distancia deste. Faz isso para compreender o mundo do aluno e dos saberes e nessa trajetória poder

transformar a realidade educativa e ao mesmo tempo social de forma comprometida. Para fundamentar esta análise buscamos ainda no mesmo autor a sua contribuição:

Somente um ser que capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isso de comprometer-se. (FREIRE, 2011, pp. 19-20).

Freire (1996) traz a reflexão que a educação no aspecto que diz respeito às condições que favorecem a aprendizagem crítica, diante da necessidade de transformar o ensino pelo ato reflexivo e criativo, cabe que estes educadores também sejam tenham suas inquietações anseios e desejos de aprender dos alunos. Assim, a prática pedagógica vista na dimensão da inovação terá que romper com as posturas docentes que não condizem com o sentido crítico da construção de conhecimentos, para ir além dos saberes acadêmicos, e desta forma serem utilizados na vida. Este rompimento, ou a descontinuidade das posturas frente a ousadia de se lançar ao novo, pode ser o indicativo de uma inovação. Para isto a aprendizagem deve ser com base no sentido de troca de experiências e também de aprofundamento teórico. Neste movimento feito entre a teoria e a prática requer a consciência do educador de que os conhecimentos são resultados de um conjunto de situações que precisam ser testemunhadas e acima de tudo vivenciadas. Onde prevaleça o bom senso como potencializador da prática pedagógica.

Encontramos no pensamento de Morin (2002), alguns pontos de convergência com Freire, onde reforça que os saberes precisam ter uma um elo com as recentes concepções de ensino que versam sobre a construção dos conhecimentos e a educação. Segundo o autor, os saberes tradicionais ao longo do tempo foram reduzidos parecendo sobre o que se refere à multiplicidade e a diversidade. Além disso, afirma que o conhecimento com bases tradicionais sofre limitações pela sua compartimentação. E a falta de interação entre o que é ensinado causa este desconforto. Se para Morin (2002), a escola em sua singularidade possui a presença de toda a sociedade, também se acredita que a sociedade é resultante da escola em que se insere.

Os professores na condução das atividades pedagógicas também são parte integrante da sociedade e possuem saberes que são construídos ao longo de sua vida social. Estes por sua vez, não podem ser dissociados da vida profissional. Os saberes construídos socialmente tem uma estreita relação com as representações dos docentes em suas ações do cotidiano. Isso ocorre a partir das reflexões do que foi experimentado na vida pessoal, na

formação inicial em contato com as ciências da educação e na construção dos conhecimentos nos contextos educativos como os alunos. Segundo Tardif, (2008, p. 36) “a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações.”

Assim, os conhecimentos são tratados na perspectiva de construção mútua entre alunos e professores.

Quanto à incorporação da tecnologia atualmente necessária à vida do homem, é fundamental que este como profissional da educação, reestruture suas expectativas e crie possibilidades de inserir-se na sociedade de maneira igualitária. Nesta perspectiva, alunos e professores devem manter-se em constante processo de atualização tanto no que diz respeito à formação permanente quanto aos novos conhecimentos, principalmente os que se referem à melhoria da prática docente com o uso das tecnologias para que ocorram mudanças na forma de ensinar e aprender. Contudo, as mudanças na educação mediante as inovações tecnológicas também dependem da participação dos alunos, como afirma Moran:

Alunos curiosos e motivados facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor-educador. Alunos motivados aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los melhor. Alunos que provêm de famílias abertas, que apoiam as mudanças, que estimulam afetivamente os filhos, que desenvolvem ambientes culturalmente ricos, aprendem mais rapidamente, crescem mais confiantes e se tornam pessoas mais produtivas. (MORAN, 2007, p. 29).

Com isso, é preciso o processo educacional esteja voltado para o ensino que englobe todas as dimensões do aluno, entre os interesses pessoais e sociais, diante das ações e mudanças em que o aluno está inserido, por meio das diversas situações de aprendizagens, pela integração de atividades presentes no ambiente presencial ou virtual.

A prática docente, na concepção de Tardif, (2008) faz parte de um processo de constante atualização, ao longo da trajetória do educador. Compreende-se que a escola, ainda está caminhando a passos lentos nesse sentido, ou seja, em ser um espaço possibilitador de formação e reflexão.

Entretanto, com a incorporação da tecnologia à vida do homem está cada vez mais tomada por instrumentos tecnológicos, exige das pessoas conhecimentos que antes não eram precisos. Assim também ocorre com o professor, para sua atuação em sala de aula, cabe a este reestruturar suas expectativas e criar possibilidades de inserir-se tecnologicamente em termos

dos saberes necessários à realidade de sua prática docente. Essa prática está em constante movimento que pode ser em relação ao tempo, espaço e cultura predominante tanto no ambiente onde ele vive quanto no que atua como profissional.

Para entender o que é a prática docente em sua essencialidade, é necessário que haja uma interpretação sobre a natureza das relações dos saberes docentes com os estabelecidos no âmbito do seu espaço de trabalho. Estes saberes são inerentes à natureza humana, portanto, ao professor e aos alunos. Para o autor,

[...] os *saberes profissionais dos professores parecem se, portanto, plurais, compósitos, heterogêneos*, pois trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-ser bastante diversificados e provenientes de fontes variadas, as quais podemos supor também que sejam de natureza diferente. (TARDIF, 2008, p. 61).

Como as ações educativas não se isolam da realidade do mundo e das pessoas, e também passam pelos processos de transformação, como ocorre em todas as áreas da sociedade, não poderia ser diferente com a área da educação. De acordo com Papert (1994), algumas áreas constituídas pelo fazer humano passaram por “megamudanças” a exemplo, as tecnologias, os transportes e outras. No entanto, isso não ocorre com a escola na mesma proporção. Esse fato leva o autor ao seguinte questionamento: “Por que, durante um período em que as atividades humanas foram revolucionadas, não vimos mudanças comparáveis na forma como ajudamos nossas crianças a aprender? (PAPERT, 1994, p. 10). Para que a aprendizagem tenha significado para o aluno, é preciso que a educação acompanhe a demanda dos avanços da atualidade, seja democrática por opção para promover a participação, acessibilidade e a permanência do aluno. Além disso, inovadora em suas práticas educativas.

Neste entendimento, para que a aprendizagem seja significativa para o aluno, não pode deixar de haver a sua participação no processo de aprendizagem, nem tão pouco pode ocorrer a existência do ensino voltado apenas para a instrução. Entretanto, a escolha dos instrumentos e estratégias que asseguram o desempenho de habilidades, precisa ser de acordo com as características e necessidades que o grupo apresenta. Assim, os alunos devem participar dessas escolhas, em decisões coletivas, para romper com as práticas autoritárias que não permitem que o conhecimento se dê num processo interativo e de inesgotável busca. Nesta interatividade, os sujeitos envolvidos adquirem significado do que aprendem.

Tardif (2008) afirma que é na prática pedagógica que se trata o saber construído de forma significativa. Assim sendo, nos traz a sua contribuição teórica:

[...] o principal problema da atividade docente não é provocar mudanças causais num mundo objetivo – por exemplo, no cérebro dos alunos –, mas obter empenho dos atores considerando os seus motivos, isto é, os seus desejos e os significados que atribuem à sua própria atividade de aprendizagem. (*ibidem*, p. 137)

Com isso, os professores que desejam inovar sua prática focalizam a realidade em que os alunos estão inseridos, buscam saber quais são os seus conhecimentos prévios sobre os conteúdos que serão estudados e rompem com as práticas que ao longo de anos foram utilizadas, sem que se fizesse uma reflexão sobre a sua ação pedagógica.

Apesar disso, também precisamos salientar que a ação e saberes docentes são de certa forma influenciados pelas suas concepções pessoais, profissionais e historicamente formulados e reformulados em sua formação inicial. Essas concepções poderão refletir nas experiências pedagógicas com os alunos. Os recursos tecnológicos, bem como o uso da internet também têm modificado o cenário educativo em diversos espaços onde ocorrem as aprendizagens. Com o avanço da tecnologia, diversos meios de informação e comunicação da atualidade são usados como instrumentos de apoio, porém, não devem ter o propósito de substituição do professor.

No entanto com a velocidade da que esse aparato tecnológico chega à sociedade, os papéis do professor se multiplicam e a demanda por novas estratégias de ensino são uma recente exigência para que também sejam materializadas novas formas de aprender e de ensinar, principalmente com relação ao computador e a internet. Essas mudanças têm surgido e ampliado o processo pedagógico, ou seja, como ressalta Moran (2007), a Internet amplia as possibilidades da modificação do processo de aprendizagem, quer seja por meio dos cursos presenciais quanto nos cursos à distância, a qual tem contribuído com o avanço e a inovação do processo educacional, fazendo com que a qualidade da educação no país possa adquirir um nível de qualidade superior ao que temos atualmente.

No entanto, isso não é um determinante para que haja uma prática docente inovadora. Mas, assim como ocorrem as crescentes mudanças principalmente econômicas e culturais na sociedade, na educação e nas práticas pedagógicas não poderia ser diferente. Destacando assim, a contribuição teórica de Santos *et. al.* (2012), é fundamental que o professor faça uso de estratégias de ensino e utilize diversos recursos para que o aluno sinta-se estimulado em construir os conhecimentos. Para que isto ocorra é importante que a busca deste professor seja constante. Neste percurso intencional do ensino/aprendizagem, são necessárias estratégias que estimulem a curiosidade do aluno e o desafie para as suas descobertas. Para a autora, “a prática docente é caracterizada pelo constante desafio dos

profissionais de educação, em estabelecer relações entre a teoria e a prática e manter um bom relacionamento com os educandos” (SANTOS, 2012, p. 146). Nesse sentido, a sociedade atual está cada vez mais caminhando para uma sociedade onde as pessoas aprendem através de diversas maneiras, por novos caminhos, quer seja por meio de práticas educacionais presenciais ou virtuais, em seus mais diversos mecanismos, métodos ou tecnologias, momento em que a escola está mudando aos poucos as suas práticas educativas a partir da superação de práticas que não condizem mais com a realidade das expectativas das pessoas sobre o que pode ser inovador e eficiente na educação.

Entretanto, a introdução de novas tecnologias na educação escolar não pode ser considerada apenas como uma mudança tecnológica ou a simples substituição do quadro negro ou dos livros pelas novas tecnologias da informação, tendo em vista que a sua utilização no contexto educacional se exige a criação de novas estratégias, habilidades, métodos, materiais e formas de se ensinar e construir o conhecimento, as quais possibilitem a transformação do sistema educacional e da aprendizagem.

Portanto, a inovação das práticas pedagógicas deve atender as necessidades dos alunos para que possa beneficiar o processo de aprendizagem destes, para que haja a construção do saber, por meio da integração das novas tecnologias e as atividades inovadoras presentes nos recursos tecnológicos.

Nas palavras de Mercado pode-se perceber que as inovações tecnológicas permitem

[...] o desenvolvimento de ambientes centrados nas atividades dos alunos, na importância da interação social e no desenvolvimento de um espírito de colaboração e de autonomia nos alunos, princípios coerentes com uma visão construtivista da educação. (MERCADO, 2000, p. 119).

O professor em sua prática pedagógica precisa acreditar no potencial do aluno, e desafiá-lo a produzir o conhecimento, como podemos verificar na afirmação de Freire (1996): “a construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da curiosidade” e acrescenta que “o fundamental é que o professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é *dialógica*, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala e enquanto ouve”. (FREIRE, 1996, p. 86). A educação no mundo contemporâneo precisa ser nesta percepção com afirmou o autor, no entanto, também deve voltar-se para a realidade que compõe o cenário econômico, cultural e político. Esta pode uma luta para se alcançar uma sociedade mais justa que trate a inclusão de todos. É possível que isto ocorra quando o

governo assumir suas responsabilidades sociais de maneira efetiva. Com isto a escola poderá ser um espaço suficiente para que o processo educativo aconteça por meio de práticas pedagógicas comprometidas e inovadoras. Enquanto isto não ocorre, outras esferas como a da educação não formal fazem o papel que é de exclusividade da escola, por conseguinte, do governo.

Nesse sentido, as experiências de educação nos espaços não formais têm buscado representação nas comunidades mais carentes das ações do poder público. Como alerta Gohn (2010, p. 35),

O processo político-pedagógico de aprendizagem e produção de saberes da educação não formal possui várias dimensões: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos, ou aprendizagem para a cidadania; aprendizagem dos indivíduos para atuarem no mercado de trabalho, por meio da aprendizagem das habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades em oficinas e laboratórios.

Entretanto, afirma a autora, ser necessário fazer a distinção das “práticas cidadãs” de “outras que consideram os indivíduos apenas como mão de obra para realizar ações que o Estado não realiza, ou para gerar renda em trabalhos sem direitos sociais regulamentados” (*Idem*). Para essa mesma autora, “a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor é fundamental na não formal”. (*Idem*)

Partindo desse princípio, é possível entender nos pressupostos dessa autora que as pessoas que fazem parte de um contexto comunitário devem construir conhecimentos que favoreçam habilidades para lidar, defender e solucionar problemas coletivos. Estas habilidades podem se efetivar em processos educativos que não sejam exclusivamente na escola. Mas é importante ressaltar que a relação entre a educação formal e não formal é na percepção de alguns autores uma realidade. Dentre estes elencamos Libâneo, (2005, p. 95, *apud* GOHN, 2010, p.37)

A educação formal e não formal interpenetram-se constantemente, uma vez que as modalidades de educação não formal não podem prescindir da educação formal (escolar ou não, oficiais ou não) e as da educação formal não podem separar-se da não formal, uma vez que os educandos não são apenas “alunos”, mas participantes das várias esferas da vida social, no trabalho, no sindicato, na política, na cultura etc. Trata-se, pois, sempre, de uma interpenetração entre escolar e o extraescolar.

Para a autora essa esfera da educação não formal como foi destacada anteriormente, ainda está sendo construída, conforme o que foi citado, esta busca da articulação entre a escola e comunidade, torna-se necessária, no que diz respeito aos projetos sociais, através de suas ações, que buscam propiciar em muitos casos, a complementação da aprendizagem escolar de crianças, jovens e adultos.

Portanto, a educação não formal pode ser vista como um valioso instrumento para a formação das pessoas em processo de inclusão social, pois, desencadeia o resgate aos bens culturais e a diversificação das práticas coletivas nos inúmeros setores da sociedade.

No próximo capítulo será tratado de um desses setores da sociedade civil que optou-se para este estudo, o Terceiro Setor, com a abordagem da inclusão digital na perspectiva social, trazemos para a discussão autores como Cazaloto (2008), Warschauer (2006) e Gohn (2010), dentre outros.

CAPÍTULO 2 – INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL NO TERCEIRO SETOR

2 INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL NO TERCEIRO SETOR

A inclusão digital tem sido debatida por diversos setores da sociedade como sendo uma “nova necessidade”. Este termo foi usado por Cazeloto (2008, p. 17), no intuito de mostrar que precisam ser tomadas providências, “corretivas”, (idem) a respeito de ações de informatização de forma igualitária, pois, ao contrário, tenderá a haver maior distanciamento das pessoas menos favorecidas financeiramente ao acesso dos equipamentos informáticos. Neste capítulo, procuraremos mostraremos enfatizar que a inclusão digital deve ser vista como um alicerce para o engajamento das pessoas aos recursos tecnológicos e ao mesmo tempo como uma abrangência social. Por este motivo, o debate sobre a inclusão digital na área da educação faz-se necessário, principalmente, por ser um espaço de formação de indivíduos para atuação na sociedade. A questão sobre o aspecto da busca desenfreada por inclusão digital na educação, é apresentada aqui também, em particular trata-se portanto, do uso dos computadores, também sendo um dos focos da análise em que versa a teoria de Warschauer (2006).

2.1 Inclusão Digital na Perspectiva de Inclusão Social

Quando os indivíduos participam plenamente da sociedade e tem o domínio de suas ações, no âmbito da economia, a inclusão social permeia este cenário de forma igualitária. Salientamos, entretanto que a inclusão digital não é por si só inclusão social. Uma vez que as pessoas que têm acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e não utiliza de forma reflexiva ao seu favor e do outro, não está sendo incluído socialmente, pois este uso, na perspectiva de inclusão social, na concepção de Warschauer (2006, p. 24) “não é apenas uma questão de partilha adequada de recursos”. Para esse autor, pode ser considerada como algo que “sobrepõe-se sobre o conceito de igualdade socioeconômica”, (*Ibidem*, pp. 24-25), porém, não é equivalente a este.

Partindo deste ponto, foi possível ter o entendimento de que, é necessário dar ênfase a autonomia aos alunos em sala de aula para o uso das tecnologias, ao invés da simples instrumentalização ou até mesmo da inserção de equipamentos tecnológicos nos ambientes

escolares ou extraescolares, como é o caso de algumas instituições não governamentais que possuem ações isoladas de cursos de informática. Estas garantem o direito ao acesso, porém, não promovem a participação desses indivíduos para o enfrentamento com a realidade social, nem no âmbito do mercado de trabalho.

Segundo Warschauer (2006) é preciso que educação busque a utilização de um currículo inovador para que o uso eficaz da tecnologia como um meio, reforce os fins educativos de forma ampla. O autor considera que,

Os principais locais associados à educação reforçada por computador são as escolas públicas e os cursos superiores de todo o mundo. Esses sistemas educacionais, com centenas e milhões de estudantes, representam uma arena crítica de combate à marginalização em relação à sociedade da informação. Se as escolas públicas ajudam a compensar o acesso desigual aos computadores em casa podem proporcionar um meio importante de promover a inclusão e a igualdade social (WARSCHAUER, 2006, p. 177).

Na concepção deste, em muitos países desenvolvidos o uso dos computadores para a inclusão social, por vezes, pode ser um modo de piorar a situação e, ao invés de “superar da estratificação social”, (*ibidem*, p. 178), esta é reforçada. Acrescenta ainda que se

por um lado, a tecnologia pode ser uma força niveladora, dando a todos os estudantes acesso a uma ferramenta/mídia essencial para a educação atual. Por outro lado, se os recursos tecnológicos são distribuídos ou utilizados desigualmente nas escolas, as TIC podem servir para estratificar desigualdades já existentes (*idem*).

Ao que se refere o autor entende-se que a tecnologia tanto pode beneficiar as pessoas como reforçar as desigualdades de acesso, caso não haja cuidados com o processo de distribuição igual, principalmente nas escolas, desses instrumentos tecnológicos.

Cazeloto (2008, p. 82), postula que a “inclusão digital” se assemelha a “inclusão na cibercultura”. Para este, a cibercultura é o “contexto no qual se dá a experiência de mundo das sociedades contemporâneas tecnologicamente avançadas” (*idem*). Busca ainda ressaltar, que na esfera do senso comum, o que se discute sobre a inclusão digital, é para que haja a ampliação das habilidades necessárias dos sujeitos, para o ingresso no mercado de trabalho, o qual já se encontra movido pelas tecnologias devido ao elevado grau de disseminação e também para acompanhar a modernidade que vem ocorrendo em todos os setores da sociedade. Porém o autor adverte que “no campo da produção, a inovação, como sua destruição de habilidades, sempre foi sentida como uma ameaça” (*ibidem*, p. 89). Pois, com a

chegada da máquina, nos setores de produção, sempre causa o medo do desemprego pela substituição da mão de obra humana.

Ainda sublinha que “o impacto estrutural da informatização na economia é objeto de estudos frequentes”. (*idem*). Para este autor existem as questões que apontam riscos e insegurança para a produção material no âmbito do trabalho e o domínio das máquinas passa a ser uma condição para permanência do indivíduo no mundo do trabalho.

Assim, o debate sobre a inclusão digital não pode fugir de ações reflexivas sobre a inserção dos sujeitos na esfera trabalhista. Então, não deixa de ser uma forma necessária de se tratar também a inclusão social como uma condição para a consolidação da autonomia pleiteada por todos que lutam pela promoção da igualdade de direitos.

A inclusão digital do ponto de vista da oferta pelo Estado está distante de alcançar a sua plenitude. Esta por mais que seja proliferada nos projetos de ações sociais sempre estará atrelada ao lado individual e não de maneira interligada a uma rede maior de amplitude. Sempre são projetos isolados uns dos outros. Segundo esse mesmo autor, estes benefícios não são garantidos e nem distribuídos de forma igualitária para os indivíduos, porque a instituição pública não está preparada para esta ação de inclusão digital na generalidade. Este autor trata com convicção dessa realidade ao afirmar que

Se o aceso e a velocidade são formas de riqueza, assim como o capital econômico, eles também tendem sempre a se concentrar nas mãos de grupos relativamente pequenos, desconectados de interesses sociais mais amplos, abandonando à própria sorte o conjunto dos cidadãos. (Cazeloto, 2008, p. 182)

Mas, sabe-se que alguns setores da sociedade civil têm marcado presença quanto ao papel de agente disseminador da luta pela cidadania. Sendo um destes, o Terceiro Setor, que a seguir teceremos sobre algumas concepções teóricas que embasam as suas diferentes denominações.

2.2 Breve Histórico sobre as Denominações do Terceiro Setor

O Terceiro Setor tem sido alvo de diversas denominações, o que é justificado pela variedade de sua composição e pela natureza de englobar inúmeras áreas de atuação. Isso tem dificultado a compreensão de sua identidade, perante a sociedade civil em que atua, e na qual

se encontra inserido. Diante de seus diversos significados, faz-se necessário distingui-lo do Primeiro Setor, representado pelo que é público, e do Segundo Setor, constituído pelas atividades do mercado. É, portanto, um campo de atuação amplo não gerido pelo governo.

Para embasar este projeto de pesquisa em relação à educação não formal, neste caso o Terceiro Setor, elencou-se Gohn (2010), entre outros autores, para revestir teoricamente o que foi analisado quanto ao tipo de educação, considerado por ela como uma ferramenta indispensável para os sujeitos alcançarem a sua cidadania mediante o processo educativo.

Gohn (2010, p. 75) salienta que “o terceiro setor é uma expressão com significados múltiplos e é também uma construção histórica”. Este setor não pode ser confundido com o setor terciário da economia, que, por sua vez, é composto pelo comércio. Neste entendimento, a autora afirma que este Terceiro Setor possui uma ordem social. Considera que o Primeiro Setor é representado pelo Estado, o Segundo tem representação pouco mencionada – o mercado. O Terceiro Setor possui características dos primeiros, é público e não é regido pelo Estado. Pelos seus traços de múltiplos sentidos e com abrangência de entidades sem fins lucrativos, e em sua maioria envolvendo trabalho não remunerado, foi entendido como voluntariado. Depois disso, inicia a fase de se inseri-lo, no âmbito considerado público, chamado de “esfera pública não governamental, não estatal”. (*idem*).

Afirma a autora que, em países como Estados Unidos e Inglaterra, o Terceiro Setor tem uma longa história, com sentido de caridade, assistencialismo, memória religiosa ou mecenato, tendo na filantropia a sua origem. Ainda segundo a autora, este setor na atualidade é um dos participantes da economia e sua representatividade é vista como modelo econômico.

Desta forma, como também afirma Coelho (2002), é possível perceber que o termo “terceiro setor” é utilizado em muitos sentidos. Segundo a autora, esta denominação contribui para distinguir as organizações umas das outras nos contextos da sociedade. Faz um alerta, por se tratar de uma literatura ampla, em que existe a tendência de agrupar todas as organizações do setor privado que não têm fins lucrativos e visam ao desenvolvimento do bem coletivo. Este motivo pode acarretar uma dificuldade de identidade para o setor citado. Segundo a autora, o termo “terceiro setor” foi usado a princípio por pesquisadores dos Estados Unidos na década de 1970, precisamente, e depois se expandiu em pesquisas feitas pelos europeus, na década de 1980. A referida autora reporta-se ao termo e afirma que, diante das considerações de autores que recorrem a esta denominação, é a mais nova e a que menos tem uso.

Denomina-se o Primeiro Setor como a esfera do mercado, o Segundo Setor, a área governamental e o Terceiro Setor como as organizações com características dos outros dois setores citados. Menciona que as atividades no Terceiro Setor não têm característica coercitiva ou lucrativa: o que prevalece são os interesses coletivos de um determinado grupo social, enquanto as atividades que sevem ao interesse público são de caráter mais amplo e sua abrangência é para o conjunto da sociedade.

No campo da educação formal, surgem os problemas no sentido da qualidade de oferta e de ensino, devido à ausência de uma política efetiva que promova a inclusão social de todo cidadão, principalmente o das camadas sociais menos favorecidas financeiramente, as instituições mantidas pelo Estado, neste caso, referindo-se a escola pública, não conseguem acompanhar a demanda educativa com qualidade no que diz respeito aos avanços tecnológicos instalados na sociedade. Isto fez com que emergisse outro campo, considerado como educação não formal, o qual atua em comunidades e locais necessitados de crescentes anseios pela participação nos processos democráticos para o acesso e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Gohn (2010, p. 64) aponta que “podemos observar a presença da educação não formal em múltiplos campos da vida social, especialmente na área do associativismo”. Inicia-se, assim, um processo de organização nas comunidades locais onde projetos sociais são desenvolvidos para suprir a lacuna existente. As referências da autora sobre esses movimentos sociais são no sentido de que precisam ser espaços organizados, onde seus objetivos indiquem o respeito pelas “culturas” e pelas “diversidades locais” (*ibidem*, p. 63). Assim, as relações se fortalecem entre a comunidade em nome da emancipação de todos que ali estão inseridos.

Entretanto, no Brasil e em países da Ásia e da África, segundo Gohn (2010), este setor adquiriu uma configuração contraditória, pois as ONGs tinham a missão de apoiar os movimentos sociais, envolvendo-se em lutas contra a ditadura militar. A partir da década de 1990 começa uma fase de mudança, quando esses espaços do Terceiro Setor passam por uma transformação na sua relação nos contextos sociais com a criação de leis específicas que normatizam a atuação propriamente dita, implantando um novo modelo de gestão pública no que se refere às políticas de cunho social.

Quanto à composição do Terceiro Setor brasileiro, a autora destaca que a formação ocorre a partir de diversas associações e entidades que não possuem o mesmo perfil. São mantidas financeiramente por empresas, tanto nacionais quanto internacionais, pelo setor bancário, bem como pelas entidades sociais civis. Os projetos sociais oferecidos para as pessoas são de diversas naturezas e se desenvolvem principalmente nas comunidades

carentes. Efetivam-se à luz de iniciativas de promoção de ações, na maioria das vezes com o intuito de trabalho e renda, com a finalidade de inserir socialmente esses sujeitos vulneráveis da sociedade em contextos produtivos. Referindo-se à educação, a autora reitera que seus pressupostos aqui abordam a educação com o objetivo de inclusão social, direitos à cidadania que precisam ser lembrados pela sociedade.

A educação não formal, oferecida pelas entidades do Terceiro Setor, é entendida por Gohn (2010) como algo que não é herdado, mas construído e adquirido através da capacitação dos sujeitos, respeitando seus interesses para atuar no mundo. A autora ressalta que na educação não formal existe uma intenção na ação que está ocorrendo. A finalidade desta é oportunizar conhecimento sobre as coisas do mundo e suas relações com o meio social. Quanto aos objetivos, “eles se constroem no processo voltado para os interesses, gerando um processo educativo” (GOHN, 2010, p. 19). Na construção deste, as relações sociais têm por base os “princípios de igualdade e justiça social” (*Idem*), ocorrendo desta maneira o fortalecimento da construção da cidadania. Portanto, a maneira de educar deve ser construída com base nos interesses e nas necessidades dos participantes do processo de aprendizagem, tendo como meta a disseminação da informação e do direito da formação de ordem política e sociocultural. Para a autora, este tipo de educação geralmente é ofertado com o objetivo da preparação do cidadão com vista à formação humanista para a civilidade. Nos projetos sociais, a diversidade cultural deve ser considerada como foco das ações da coletividade, e precisa ser promovida como uma condição para garantir aos sujeitos, o direito à cidadania e a formação de pessoas autônomas.

Os pressupostos de Cardoso (2005, p. 8) buscam diferenciar o Terceiro Setor dos demais, da forma como descreve:

Um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social. Sua afirmação tem um grande mérito de romper a dicotomia entre público e privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Estamos vendo o surgimento de uma esfera pública não estatal e de iniciativas privadas com sentido público. Isso enriquece e complexifica a dinâmica social.

A referida autora, quando conceitua o Terceiro Setor, o faz na perspectiva de Gohn (2010) e Coelho (2002), para diferenciá-lo dos dois primeiros setores. Acrescenta ao aspecto das atividades do Segundo Setor o mercado, o caráter lucrativo. Ao mesmo tempo em que a autora classifica de forma autônoma o Terceiro Setor, faz também menção a não submissão deste, à lógica do mercado e à do governo. Considera amplo, o referido setor, pela

diversidade de “atores” e “formas de organização” (GOHN, 2010, p. 8), por isso promissor, pela postura responsável e seu comprometimento por melhores condições de vida da comunidade.

Da mesma forma, Rifkin (2005) reforça que este setor das Organizações não governamentais (ONGs), está em crescimento porque o governo cada vez mais se afasta das comunidades, delegando a outros setores o papel que antes assumia. Para este autor, o Terceiro Setor ainda não tem uma identidade própria e sem esta não existe “poder”.

Também nesta perspectiva, Coelho (2002) frisa que, diante das considerações de autores que recorrem a esta denominação, “terceiro setor” é a mais nova, porém, a que tem menos uso. Acrescenta que, embora as organizações existam há muito tempo, só a partir da década de 1980 emerge o interesse das pessoas por este setor. Aponta exemplos de autores americanos como Salamon e Wuthcnow, além de outros, que analisam os dois primeiros setores da sociedade civil em ordem inversa ao que postula Gohn (2010). Para aqueles autores, o Primeiro Setor é a esfera do mercado, o Segundo Setor, a área governamental e o Terceiro Setor, como foi ressaltado, são as organizações com características dos dois setores anteriores. A lógica para justificar a inversão é que o mercado se constituiu historicamente antes do governo.

As denominações sobre o Terceiro Setor são realçadas por Salamon (2005, pp. 90-91), quando cita as diversas denominações deste: “Terceiro Setor, setor sem fins lucrativos, setor da sociedade civil, setor voluntario, setor social-econômico, setor ONG, setor de caridade etc.”. Diante disto, comenta que é necessário compreender o que é o Terceiro Setor, para depois entender os seus desafios. O autor reforça desta forma, a ideia de que este setor possui três faces: a primeira seria o Terceiro Setor como ideia, conceito e ideal; a segunda face é este setor como realidade; a terceira é o seu sentido ideológico. Considera que o enorme desafio para o Terceiro Setor é, atualmente, o que trata sobre questões de sustentabilidade, portanto, em termos financeiros.

Mediante esta pesquisa, buscou-se encontrar aproximações relevantes sobre o que é o Terceiro Setor e também o que ele representa em termos de organização e serviços prestados nas comunidades, a partir das concepções de alguns autores que referenciam e elucidam as indagações.

A partir do que foi apresentado na dimensão da educação não formal do curso de Inclusão digital oferecido pelo Instituto Maria Madalena de Oliveira Cavalcante (IMMOC), houve a necessidade de se fazer uma análise da proposta pedagógica do projeto que está inserido no âmbito do Terceiro Setor, fato de interesse de estudo desta pesquisa. Essa análise

do documento neste caso consiste em verificar a fonte original de informações, para que estas sejam elucidadas num paralelo com a realidade observada e se encontra no quinto capítulo deste trabalho.

A Inovação Pedagógica e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC serão discutidos no capítulo seguinte, no âmbito da educação não formal, visando também apresentar algumas especificidades da inclusão digital e da exclusão digital.

**CAPÍTULO 3 – INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO ÂMBITO DA
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

3 INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Para discorrer sobre o tema Inovação Pedagógica fora do âmbito da educação formal, precisamos compreendê-la a princípio como ela ocorre dentro da escola. Para isto buscamos o referencial teórico com base em Fino (2010) que nos mostra a possibilidade de haver também práticas consideradas inovadoras em outros espaços em que haja ação educativa. Acreditamos que isto é possível desde que a escola, e em particular os professores, busquem centrar o planejamento pedagógico nas atividades a serem realizadas pelos estudantes. Com mesma intensidade acreditem que o seu papel não é meramente de dar instruções, mas, ao contrário, pode ser uma prática transformadora que apresenta uma nova conotação a aprendizagem: de um processo dialógico e autêntico.

3.1 Concepções Teóricas

A Inovação Pedagógica tem sido debatida de formas diversas e mediante os pressupostos teóricos de conceituados autores. Entre esses podemos citar Fino (2010) e Toffler (1970). As colaborações para este entendimento neste estudo iniciam-se tratando a inovação das práticas pedagógicas no espaço formal, neste caso, a escola, partindo para outra dimensão, que visa analisar a sua presença em contextos educativos não formais. De acordo com Fino (2010), a escola ainda permanece com os vestígios do paradigma fabril, que é o principal modelo da organização escolar.

Nos postulados de Toffler (1970), constatamos o que se refere o paradigma fabril, em que compara a organização e o comportamento das pessoas que frequentam a escola aos modelos de organização dos operários das indústrias. No auge da Revolução Industrial surge a escola pública, que foi modelada para atender às demandas do trabalho nas fábricas. As pessoas começaram a se aglomerar nas cidades, deixando a vida no campo para começar uma nova vida, em contextos sociais cujos valores foram modificados, assim como o foco educativo. A escola passa a ser necessária para formar os jovens para a vida adulta. Essa nova era precisava de pessoas preparadas para exercer atividades com especialidade técnica.

Contudo, o trabalho era exercido pelos operários sem as mínimas condições de segurança e em grau elevado de desigualdade econômica e social com os patrões. Na escola ainda se encontram elementos semelhantes à dinâmica do cotidiano de uma indústria, pela forma rígida de organizar os alunos no espaço escolar e especificamente em sala de aula, bem como o autoritarismo do professor. Esta herança não foi rompida ainda e a sobrevivência deste paradigma move o processo educativo até os dias atuais.

O referido autor ressalta que “em nossa época liberamos uma força social totalmente nova – uma corrente de mudança tão acelerada que influencia o nosso próprio senso de tempo, revoluciona o *timing* da vida diária, e afeta o próprio modo como “sentimos” o mundo a nossa volta”. (*Ibidem*, 28) A vida não é sentida da mesma forma como os homens que nos antecederam, isso é o que diferencia o homem contemporâneo de seu antepassado. Nesse entendimento, a inovação pedagógica tendo por base essa concepção, perpassa pela ideia de que as pessoas vivem num processo de mudança constante, pelo próprio movimento da sociedade e dos recursos existentes e renovados com muita rapidez. Isto faz com que os indivíduos acompanhem esse ritmo acelerado e ao mesmo tempo busquem o rompimento de suas práticas para obter resultados mais efetivos em suas ações. Sendo assim, as pessoas também precisam ter um ritmo adequado ao que está ao seu redor. Nessa perspectiva, rompem-se as ligações com “as velhas maneiras de pensar, de sentir, de se adaptar” (*Ibidem*, p. 28). O autor conclui, “ao mudar nosso relacionamento com os recursos que nos cercam, ao expandir violentamente o âmbito das mudanças e, mais crucialmente, ao acelerar seu ritmo, rompemos irrevogavelmente com o passado” (*ibidem*, p.28.). Neste sentido em que o autor se reporta, compreendemos que a o princípio da inovação pedagógica, materializa-se nos pressupostos de mudança de postura e de rompimento com maneiras de pensar e agir no fazer pedagógico.

Retomando a concepção de Fino (2010), a inovação pedagógica está atrelada ao fator da descontinuidade das ações das práticas pedagógicas, que, uma vez consideradas tradicionais quebram os paradigmas do modelo anterior partindo para outro na perspectiva de posturas críticas que causem mudança no contexto escolar e ofereçam alternativas que visem a autonomia do estudante no que se refere ao exercício da participação constante dos alunos. Nesta linha de pensamento buscamos em Papert (1994), que não é com a invenção de novos métodos que a escola e suas práticas se tornam inovadoras. Para este autor, quando o aluno não é o sujeito do processo de aprendizagem, as tentativas de implementação de uma “*educação progressista*” (PAPERT, 1994, p. 20), entendendo por isto, uma “*educação*

aberta, centrada na criança” (*idem*) que oportuniza na maioria dos casos, não conduzem os alunos a construção do conhecimento ativo e democrático.

Nessa direção, vimos que a inovação pedagógicas, pode ser compreendida numa dinâmica que no interior da escola, no percorrer de um caminho de idas e vindas das práticas pedagógicas, havendo neste meio tempo a ruptura com o que tem sido praticado de forma tradicional, sendo necessário haver inspiração que promova criatividade e atitudes críticas. Mas, como mover os professores a realizarem mudanças extraordinárias em suas posturas, se durante muito tempo conviveram com uma escola que mesmo emergindo da “modernidade” não alterou “os seus processos?” Para este autor, a “incorporação das tecnologias novas, nomeadamente de informação e comunicação (TIC), estão a mudar a escola” (*ibidem*, pp. 2-3). Nesse viés, este aspecto será aprofundado mediante a teoria dos autores que tratam desses conhecimentos acerca do uso das TIC na educação.

A utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem sido um passo adiante para combater o paradigma fabril e tornar a educação efetiva e democrática. Teoriza o autor que esses aparatos tecnológicos não podem vir apenas para injetar tecnologia na escola, pois, se não houver mudança na organização curricular e postura dos professores sobre os usos que devem ser feitos destes equipamentos, o mínimo que pode ocorrer é um ensino eletrônico, em que as máquinas lideram o sentido da inovação na educação e o currículo se torna pobre e limitado aos conteúdos das diversas disciplinas. Neste caso, para haver mudanças que possam romper com as posturas autoritárias, é necessário que a escola passe por um processo transformador, principalmente na relação entre professores e alunos, e seja movida por atitudes democráticas e pela efetiva contextualização das práticas pedagógicas.

No entanto, ainda existem escolas em que, mesmo equipadas com os recursos tecnológicos que chegam para auxiliar o trabalho pedagógico, constatam-se ocorrências das mesmas posturas da escola tradicional. Por isso, é preciso ressaltar que o uso que se faz dos equipamentos da tecnologia é o que ajuda a conduzir ações significativas no que diz respeito à aprendizagem do aluno.

Segundo Vygotsky (1998) a aprendizagem acontece por meio da interação, que resulta da formação do homem mediante as influências recíprocas do seu meio social. O autor salienta que o homem só pode se construir como homem na presença do outro. A partir deste ponto de vista, consideramos que a formação dos sujeitos ocorre dialeticamente. Bem como, pelas trocas de experiências que acontecem através dos contatos com o contexto onde está inserido. Por isso, compreende-se que a partir das interações entre os alunos, estes constroem

novos conceitos para significá-los na prática. Com isto, adquirem autonomia e desencadeando de ações mais solidárias e humanas que permitem a formação ampla do homem. O autor defendeu a ideia que o ensino deve ser anteceder ao saber do aluno, ou seja, no que ainda não sabe. Também não concebe que este possa aprender sozinho, a aprendizagem deve acontecer com a interação entre o aprendiz e a ajuda de uma pessoa adulta.

O ato de aprender pode ser concebido como o resultado de ações educativas que em situações diversas podem ocorrer tanto na escola como em outros locais que tratem a construção dos conhecimentos como uma maneira dialógica entre os conteúdos trabalhados e as práticas exercidas na vida.

Nessa dinâmica que ocorre no ambiente escolar, permeada por práticas pedagógicas que dão significado e ritmo as atividades, pode haver mudanças significativas nas atitudes do professor ao ponto de lançar-se uma nova postura, considerada como inovadora.

Assim, na concepção de Fino (2010), para haver inovação é preciso que haja uma “descontinuidade” acerca do que já havia anteriormente sido instaurado. Por essa razão o autor acrescenta que “na primeira metade do século XIX, os sistemas e os métodos de ensino sofreram grandes transformações, das quais, a que conduziu à instrução simultânea e à taylorização terá sido a mais importante e a mais radical, assumindo-se como verdadeira descontinuidade em relação ao modelo anterior”. Isso para este autor é “um processo de inovação pedagógica”. (FINO, 2010, p. 4).

Kuhn (1962, *apud* FINO, 2010) Fino (2010) busca em Kuhn (1962) atribui a tal inovação um sentido de ruptura paradigmática que é considerada, portanto, como um salto, uma descontinuidade. Desta forma, o autor nos faz refletir a partir de sua teoria que é na forma como o professor exerce sua prática docente e nela é que ocorrem as mudanças:

[...] a inovação pedagógica passa por uma mudança na atitude do professor, que presta maior atenção à criação dos contextos de aprendizagem para os seus alunos do que aquela que é tradicionalmente comum, centrando neles e nas atividades deles, o essencial dos processos. (FINO, 2010, p. 5).

É importante que as mudanças das práticas pedagógicas se façam de maneira inovadora e criativa, além disso, devem ter bases em atitudes críticas. Por isto, o processo de mudança não pode nem deve ser uniforme. Assim, nesse rompimento do modo da construção das aprendizagens, tendo em vista a transformação das ações direcionadas às pessoas, é previsível que ocorra nova reformulação da sociedade desvinculando-se das velhas posturas.

O autor faz referência à importância nas mudanças de atitudes do professor como agente de transformação, para que o trabalho pedagógico apoiado nas novas tecnologias vise a um currículo não centralizado ou burocrático por meio do qual seja fortalecido o processo educativo e, em virtude disto, o aluno possa ter a oportunidade de explorar esses recursos tecnológicos da modernidade em favor de um melhor desempenho escolar. De acordo com Sousa e Fino (2001), com a chegada dos computadores nos ambientes escolares, a utilização destes equipamentos foi direcionada para elevação da eficácia do ato de ensinar. Porém, na opinião destes autores é preciso que haja um processo reflexivo pelos professores no sentido de ultrapassar os seus limites e criar situações de aprendizagens significativas e atraentes para os alunos.

Neste sentido, Sousa e Fino (2008, p. 9) contribuem com uma abordagem que evidencia uma mudança do paradigma educacional instrucionista para o construcionista. Enquanto o primeiro visa apenas à transmissão de informações, o segundo propõe a construção do conhecimento por meio de processo mental.

De acordo Papert (1994, p. 124)

a palavra *instruccionismo* visa significar algo muito diferente de *pedagogia*, ou a arte de ensinar. Ela deve ser lida num nível mais ideológico ou pragmático como expressando a crença de que a via para uma melhor aprendizagem deve ser o aperfeiçoamento da instrução – se a escola é menos que perfeita, então sabemos o que fazer: ensinar melhor. O Construcionismo é uma filosofia de uma família de filosofias educacionais que nega esta “verdade óbvia”. O Construcionismo é gerado sobre a suposição de que as crianças farão melhor descobrindo (...) por si mesmas o conhecimento específico de que precisam.

Nesse entendimento, o autor quer dizer que a aprendizagem pelo viés do instrucionismo, será melhor se houver “aperfeiçoamento da instrução” (idem), enquanto no construcionismo, a valorização das descobertas para aprender, e segundo o autor “atribui especial importância ao papel das construções no mundo”. Portanto, compreendemos a partir da teoria destacada que o conhecimento adquirido ou construído com base nas situações concretas tem um significado que decorre de construção e usos e não apenas em questões materiais.

No âmbito da educação, e de forma específica na escola pública, observamos que o discurso sobre a preparação dos alunos é para que possa participar efetivamente dos eventos da vida social. Isto ocorre na visão de Libâneo (1994, p. 33), via “instrução e ensino”. A

instrução para este significa “o domínio dos conhecimentos sistematizados e promove o desenvolvimento de capacidades intelectuais dos alunos”. Enquanto o

[...] ensino corresponde às ações indispensáveis para a realização da instrução; é a atividade conjunta do professor e dos alunos na qual transcorre o processo de transmissão e assimilação ativa de conhecimento, habilidades e hábitos, tendo em vista a instrução e a educação. (*Idem*).

Quanto a esta diferença apresentada pelo autor, entre instrução e ensino, acrescentamos que o ensino para ser exitoso precisa que os objetivos elencados tanto os do professor quanto os que se referem à aprendizagem do aluno sejam convergentes. E as relações entre estes sujeitos precisam ser recíprocas. Desse modo, podemos entender que diante das mudanças estabelecidas nos contextos sociais, a prática pedagógica também tende a mudar em relação ao uso de equipamentos que sirvam como apoio as finalidades do ensino.

O uso da tecnologia em sala de aula, neste caso o computador, atualmente é concebido por muitas pessoas como benefícios que ao ser associado ao ensino de forma democrática possam contribuir com a melhoria da aprendizagem, no entanto. Essa conotação era diferente do que se concebe atualmente.

Na concepção de Sousa e Fino (*ibidem*) a referência que fazem ao uso dos computadores é que por volta dos anos finais de 1950 e nos anos iniciais de 1960, sendo aquele novo contexto a forma de causar elevação do ato de ensinar. Assim, chamam a atenção de todos que estão nesses espaços escolares para que reflitam sobre as condições de atuação com as tecnologias para o ensino antes que ocorra uma verdadeira falência na educação. Isto porque é necessário, segundo estes autores, que o ambiente educativo tenha um comprometimento com as atividades escolares, possibilitando aos envolvidos com o processo de aprendizagem a interação e a inovação da escola.

Toffler (1970) defende em sua teoria que o avanço tecnológico proporciona às pessoas a facilidade de aquisição de equipamentos pela diminuição dos custos de compra em comparação aos consertos do objeto em uso. Por outro lado, enfatiza que existe em cada indivíduo a percepção de durabilidade das coisas desde sua infância e isto ocorre de forma contínua e variável entre as culturas. Estas expectativas são reviradas pela aceleração da mudança no ritmo de vida, por isto, muitas vezes tentam permanecer nas mesmas situações. Não importa a idade nem o nível social e intelectual – entre cada um também são detectadas posturas resistentes às mudanças. Nestes novos tempos, os efeitos da transitoriedade podem

causar algum desconforto na adaptação numa sociedade que vive de experiências do passado e fazer com que venha a ocorrer um grande choque com o futuro.

Conforme os postulados deste autor, as leituras sobre essa temática não intencionam provocar uma mudança repentina na postura do leitor, mas sim de forma suave e significativa, pois a transitoriedade já faz parte da história da sociedade. O que pode ser feito é enfrentar a realidade, preparando-se para as inovações do presente visando o futuro. Desta forma, alerta que é assim que ocorre com a tecnologia: o progresso impulsiona as inovações e cada vez mais essa maneira acelerada de difusão das ideias na sociedade contribui para que o sujeito necessite se aprimorar constantemente com a mesma intensidade com que chegam os avanços da tecnologia. Nesta perspectiva, entende-se que aparece uma nova sociedade, a tecnológica, a qual tem uma relação diferenciada entre seus pares pela forma de comunicação universalizada, pela capacidade de descobertas para melhorar a vida das pessoas no cotidiano e por meio da mudança na maneira como é adquirido o conhecimento. Portanto, a referência feita ao termo “tecnologia” pode ser entendida no sentido de totalidade. Neste caso, não se leva em conta apenas os aparelhos e equipamentos, apesar de considerar o uso adequado destes um eficiente aliado, mas os papéis desempenhados pelos sujeitos em busca da superação dos desafios impostos pela sociedade.

Constatou-se mediante a teoria de Fino (2010, p. 5) que essas mudanças apresentam também um significado em relação à Inovação Pedagógica como “mudança” e “transformação” numa perspectiva qualitativa:

[...] a inovação pedagógica não é uma questão que possa ser colocada em termos estritamente quantitativos ou de mera incorporação de tecnologia, do género mais depressa, mais eficazmente, mais do mesmo. Muito menos pode ser colocada em termos de mais tecnologias disponíveis na escola, nomeadamente quando a proposta da sua utilização consiste em fazer com que ela exactamente o que se faria na sua ausência, embora, talvez, de forma menos atractiva. A inovação pedagógica só se pode colocar em termos de mudança e de transformação.

Desta forma, a partir da teorização feita pelo autor, a inovação pedagógica no espaço escolar é considerada como o rompimento do modo de construção da aprendizagem, mas para que isso ocorra é preciso partir do princípio das transformações relacionadas às ações voltadas às pessoas, em que emerge a previsibilidade de uma nova organização da sociedade para desfazer-se de antigas concepções tradicionais. Além disso, Fino (s/d, p. 2) argumenta que a inovação pedagógica precisa ser entendida como “ruptura de natureza cultural”. O contexto escolar deve estar aberto para novas culturas que possivelmente serão

motivo de estranheza aos que estão acomodados à forma tradicional, por práticas rotineiras que dificultam para estes o entendimento e o consenso sobre a inovação pedagógica. Segundo o autor, “o caminho da inovação raramente passa pelo consenso ou pelo senso comum, mas por saltos premeditados e absolutamente assumidos em direção ao muitas vezes inesperado” (FINO, s/d, p. 2). Estes saltos a que o autor se refere, podem ser compreendidos por ações intencionais que resultam no rompimento das práticas pedagógicas habituais, partindo para outras práticas consideradas efetivas e significativas para a aprendizagem dos alunos.

Nesta perspectiva colocada pelo autor, a inovação pedagógica necessariamente abrange as práticas, por isso, não se deve procurar a inovação em “reformas de ensino” ou nas “alterações curriculares ou programáticas” (*idem*). Estas podem ajudar na construção das mudanças da qualidade da atuação pedagógica. Para o autor, a inovação pedagógica não se restringe à formação de professores e não pode ser entendida num processo externo, mas internamente, a partir da reflexão de posturas criativas num movimento de criticidade e auto criticidade e dentro dos contextos escolares. Nesta direção, é importante frisar que a inovação pedagógica, por estar inserida no âmbito escolar, pode chocar-se com o currículo, mas não pode ser comparada com “inovação tecnológica” (*ibidem*, p. 3). Para que possamos compreender esta diferença, é pertinente atribuir à inovação pedagógica o obrigatório envolvimento com as práticas e não necessariamente com instrumentos tecnológicos. Porém, as possibilidades oferecidas pelo uso da tecnologia na educação podem mostrar como afirma Papert (1996, p. 83) que “A melhor aprendizagem é a que se compreende e dá prazer”. Portanto, comungamos com a ideia do autor, quando ressalta em seus postulados que, tanto as crianças quanto os adultos gostam de ser desafiados, dessa forma, é preciso que existam questões com grau de dificuldade adequado para que os estudantes possam percorrer os caminhos que os levem aos novos conhecimentos de maneira atrativa e transformadora.

No entanto, sabemos que o homem possui suas limitações à mudança. Na prática pedagógica cotidiana do professor, não poderia ser diferente, o tempo é um fator importante neste processo, uma vez que a natureza humana tem o seu ritmo próprio para mudar ou se adequar as novas situações. Na concepção de Toffler (1970, p. 288) “a chegada do futuro, sob a forma da inovação e mudança, faz com que todas as suas rotinas de comportamento, arduamente acumuladas, se tornem obsoletas”. Assim, na percepção do autor, o nível de tolerância às inovações são diferentes entre as pessoas. Para esse mesmo autor, a mudança exige de nós a mudança de hábitos para nos adequarmos aos novos ambientes e relações com outras pessoas. Dessa forma, também consideramos ser a mudança de práticas pedagógicas quando passam pelo processo da inovação. A inovação pedagógica neste sentido, requer do

professor a reprogramação de suas posturas diante do contexto de aprendizagem. É preciso traçar estratégias que assegurem o equilíbrio na tomada de decisões, para que favoreçam o bom desempenho das atividades de rotina, sem alterar a harmonia do ambiente escolar. Por este ângulo podemos perceber que são necessários instrumentos da tecnologia para auxiliar o processo de aprendizagem, uma vez que eles estão presentes na vida social dos alunos.

Retomando o que afirma Fino (2010), os recursos tecnológicos não devem entrar no ambiente escolar para somar em número de equipamentos, mas, é necessário haver mudanças tanto na estrutura curricular quanto na visão construída pelos professores sobre a utilização dessas máquinas.

3.2 Inclusão Digital e Exclusão Digital: Especificidades e Críticas

A inclusão digital, na concepção de Cazeloto (2008, p. 125), “já denota uma hierarquização”, portanto, é “um *artifício de engenharia social* criado para estender ao maior número possível de cidadãos os eventuais benefícios que uma elite já desfruta integralmente, como parte natural de sua inserção na sociedade” (*Idem*). Na perspectiva crítica do autor, este aspecto recai sobre o atendimento e a oferta de condições de acesso às ferramentas tecnológicas para uma maioria de pessoas inseridas num contexto desassistidas socialmente pelas políticas públicas de inclusão digital. A partir dessas possibilidades, esses sujeitos desfrutarão de alguns benefícios que para uma minoria já ocorre naturalmente.

Para Silveira (2008, p. 44), é importante que haja discussão sobre “o valor, a aplicação e contextos dos usos”, que envolvem os usos tanto da inclusão digital quanto os da exclusão digital. Ressalta que a inclusão digital não pressupõe boas condições de acesso, desenvolvimento de habilidades e não garante a qualidade do êxito individual e coletivo nos processos formativos. O autor cita quatro importantes assimetrias para serem consideradas nos processos de inclusão digital, tanto de modo individual quanto coletivo: “1) o acesso à banda larga; 2) o conhecimento da língua inglesa; 3) a bagagem cultural e 4) a habilidade tecnológica e os saberes técnicos” (*Ibidem*, p. 57). Estes princípios citados pelo autor nem sempre são seguidos nos processos inclusivos que se apresentam enquanto éticos e igualitários.

Sobre a exclusão digital, o referido autor afirma que esta se relaciona com um processo de cunho social e econômico, criando o impedimento para que as pessoas participem

de forma plena das esferas que compõem a sociedade. Por ser a sociedade um horizonte complexo, este termo “exclusão” toma um aspecto dimensional amplo em relação ao meio social, principalmente quando se refere ao “bloqueio do direito de uso autônomo da comunicação de rede” (SILVEIRA, 2008, p. 54). Assim, a exclusão social ocorre, segundo o autor, nos setores de consumo e de trabalho, bem como no setor público, como, por exemplo, no impedimento de acesso e do direito à gratuidade do ensino público.

Para reforçar a ideia de Silveira (2008), buscou-se em Cazeloto (2008) algumas considerações sobre a questão da exclusão digital. Salienta o autor que esta se acentua com a concentração do acesso aos recursos tecnológicos para uns, enquanto outros são impossibilitados do acesso e da garantia do direito à comunicação virtual em rede. O mencionado autor salienta que, se não forem tomadas algumas medidas para impedir que ocorra esse “abismo tecnológico” (Cazeloto, 2008 p. 17), em sua concepção, só aumentará a distância entre a riqueza e a pobreza das pessoas, consolidando o processo de injustiça social.

Silveira (2008, p. 64) considera que é necessário haver do poder público a garantia sobre “o direito à comunicação informacional”. Em sua opinião, isto já está emergindo de forma consensual, contudo,

o direito universal à comunicação em rede, como elemento essencial da cidadania na sociedade informacional, e a defesa da emancipação das comunidades neste contexto podem defendidas com o uso da ideia de uma inclusão digital subordinada. (*idem*, p. 64).

Este direito é considerado pelo autor, imprescindível à cidadania na “sociedade informacional” (*op. cit.*, p. 62), precisa ser visto como um tipo de inclusão digital com autonomia – este é fator preponderante na emancipação das pessoas de um contexto comunitário. Opondo-se a esse tipo, o autor cita a inclusão digital subordinada e explica: subordinada “ao mercado, aos oligopólios, aos vendedores de produtos e licenças de *copyright*, ao consumo de conteúdos exógenos, ao imaginário de submissão aos colonizadores digitais” (*ibidem*, p. 64). Deste modo, compreendemos que, se a inclusão social está atrelada à autonomia na dimensão do direito à comunicação; a restrição e a subordinação do sujeito não se estabelecem apenas fisicamente, porém, de forma cultural.

Neste sentido, Cazeloto (2008) ressalta que os programas de inclusão digital ocorrem nos segmentos diversos da sociedade e se apresentam como uma nova forma de luta pela igualdade de opções e de participação efetiva das pessoas no mundo tecnológico. A defesa do autor é que os programas de inclusão digital, com objetivo de informatizar o povo,

também criam algumas estratégias de manuseio das máquinas e conhecimentos básicos para os menos favorecidos economicamente. Para isto, são criados alguns meios na intenção de inserir as pessoas no processo digital:

Acesso coletivo, subsídio para a compra privada, cursos profissionalizantes, *softwares* de baixo custo e toda uma parafernália institucional e tecnológica são meios utilizados para tentar fechar o abismo e permitir que o computador avance por todo o tecido social. (CAZELOTO, 2008, p. 18).

No entanto, estes meios citados pelo autor não têm atendido ao que se espera do papel da inclusão digital, principalmente no que diz respeito aos benefícios para o processo de aprendizagem, que compreendem a materialização da inserção ao manuseio eficiente dos equipamentos e a consciência do uso adequado e produtivo em favor da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Também se deve desenvolver nos sujeitos a capacidade de interagir com outros e compartilhar decisões/informações que propiciem a lógica da informação de forma interativa. Mas, se as ações que promovem a inclusão digital intencionam apenas o avanço do uso do computador por todo o meio social, existe assim a possibilidade de vedar os olhos das pessoas para que não enxerguem a importância de atitudes éticas em favor de todos os sujeitos, visto que, é necessário fazer o percurso reflexivo sobre o uso da máquina quando isto se transforma em necessidade – que, na visão do autor, está incorporada por todos que têm interesse na demanda causada pelo uso expressivo da tecnologia. Outro ponto faz sentido para a reflexão das pessoas, que é a justiça social, a qual oferece aos excluídos a possibilidade de resgate dos direitos numa perspectiva de emancipação dos sujeitos.

A questão principal do viés da inclusão digital é fazer uma avaliação sobre o processo de inserção das pessoas no mundo digital para identificar onde houve vantagens e desvantagens na relação entre inclusão digital e informatização (CAZELOTO, 2008), portanto, ressalta-se a relevância de uma discussão e teorização sobre o papel da inclusão digital nas sociedades contemporâneas. Para isto, é necessário também levar em consideração as transformações das sociedades no decorrer de algumas décadas mais recentes.

Comparando os programas de inclusão digital e os cursos de formação profissional de operários a outros oferecidos para qualificação industrial, Cazeloto (2008, pp. 61-62) postula que “os programas sociais de inclusão digital emergem em um ambiente distinto, ocupando, portanto, uma posição igualmente distinta na forma de reprodução do capital”. O autor acrescenta que não dá para entender esses programas sem analisar a reprodução

capitalista. Partindo deste entendimento, é possível chegar à compreensão da pós-modernidade e das mudanças do cotidiano.

A inclusão digital, numa concepção de democracia e autonomia dos sujeitos, para ser efetivada, precisa estar inserida no processo de mudança que tem ocorrido no mundo de forma acelerada, pois, nenhuma mudança social ocorreu de forma mágica. O que tem ocorrido nos espaços educativos que têm como objetivo a inclusão digital é a oferta de cursos que instrumentalizam os alunos apenas para manusear as máquinas com rapidez, sem oportunizá-los, no entanto, à apropriação crítica sobre o uso da tecnologia, para, com isto, provocar mudança comportamental no indivíduo e em seu grupo social. Nesta perspectiva, julga-se necessária uma política de universalização do acesso ao mundo digital, a fim de que haja o desenvolvimento sustentável e contínuo com a melhoria da qualidade de vida, reduzindo, por sua vez, as desigualdades sociais e econômicas da população.

Esse distanciamento social pode ser diminuído com a forma interativa que ocorre através da comunicação por meio dos recursos tecnológicos entre as pessoas em espaços físicos distantes. De acordo com os postulados de Warschauer (2006, p. 47), as TIC estreitam estes laços inclusive em relação ao que se fala e ao que se escreve. Para o autor, “pela primeira vez na história da humanidade, as pessoas podem interagir rapidamente e a distância utilizando-se da escrita”. Por esse ângulo podemos compreender que algumas barreiras foram destruídas em relação à inclusão digital. Entretanto, o referido autor, destaca que,

À medida que mais formas de comunicação, estabelecimentos de redes sociais, organizações comunitárias, debates políticos de tomadas de decisões políticas são atraídos para a mídia online, mais as pessoas sem acesso à tecnologia serão excluídas das oportunidades de exercer a plena cidadania. (*Ibidem*, p.51).

Sobre as TIC no âmbito da educação, esse mesmo autor considera que a tecnologia ajuda os alunos a aprender, mas, desde que esta não seja o foco principal. Compreendemos que ele quis ressaltar que os recursos tecnológicos são meios para a melhoria da aprendizagem, mas não o fim. O computador e a internet auxiliam os alunos a chegarem às fontes com mais rapidez e interação. Neste entendimento, a relação das TIC com a educação, na perspectiva de Warschauer (2006), é considerada positiva, quando ocorre em programas de inclusão social para grupos considerados marginalizados.

Dentro desta perspectiva, as tecnologias no âmbito educativo possibilitam a articulação entre a prática do professor e as exigências da sociedade, pois em um mundo de intensas transformações científicas e tecnológicas a escola e outros ambientes que promovem

o desenvolvimento de práticas de aprendizagens, funcionam com a mola das transformações sociais, porque exercem o papel fundamental de articular a interação entre o ensino e a construção do saber.

Nesse capítulo discutiu-se sobre a Inovação Pedagógica e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC no âmbito da educação não formal, visando também apresentar algumas críticas e especificidades sobre a inclusão digital e da exclusão digital na visão dos autores elencados principalmente Cazeloto (2008). No próximo capítulo será apresentado o campo empírico por meio do qual percorremos nosso caminho metodológico.

CAPÍTULO 4 – O CAMPO EMPÍRICO

4 O CAMPO EMPÍRICO

4.1 Natureza da Pesquisa

Para a concretização deste estudo, foram investido esforços para analisar as práticas pedagógicas nas ações de Inclusão Digital para a constatação da existência de Inovação Pedagógica.

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, por entender que desta forma teríamos a possibilidade do encontro das questões da pesquisa e do contexto onde estão inseridos os sujeitos e as ocorrências da realidade concreta. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa é aquela que fornece respostas às questões bem particulares. Está inserida no âmbito das Ciências Sociais, portanto, trata dos fenômenos da realidade social. Para a autora, o que constitui parte desta realidade social dos sujeitos é o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (*op. cit.*, p. 21). Assim, a distinção do ser humano passa pelas atitudes de pensar e agir sobre as ações perante outros indivíduos.

Na concepção da autora, não pode haver uma hierarquia para instituir uma comparação entre os tipos de pesquisa quantitativa e qualitativa, pois o que diferencia essas abordagens é a natureza do tipo de trabalho científico executado. Com base nestes argumentos, consideramos que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o indivíduo, isto é, um elo indissociável entre a realidade do mundo e a subjetividade; sendo assim, algumas coisas não podem ser traduzidas em números. Por isso, o tipo de pesquisa escolhido prevê a interpretação dos fenômenos e a atribuição de seus significados constatados no ambiente natural como fonte principal da coleta de dados. O pesquisador será o instrumento imprescindível para descrever esses elementos e analisá-los. A investigação para determinada pesquisa necessita de rigor científico, portanto, é preciso haver uma linha de raciocínio que direcione o processo investigativo. Minayo (2012) divide o processo de construção do trabalho científico nas seguintes etapas: a fase exploratória, o trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

Foi com base nestes princípios que iniciamos o trabalho de campo que nos propusemos realizar no Instituto Maria Madalena de Oliveira Cavalcante (IMMOC). O

contato inicial ocorreu por telefone para saber se existia a possibilidade de conhecer o espaço educativo, o qual foi escolhido para ser pesquisado. Após a aceitação por parte de Coordenadora do Projeto de Inclusão Digital, foi agendada a primeira visita com o propósito de obter as informações básicas de funcionamento do curso, do espaço físico e do Projeto em si, o qual foi o propulsor da curiosidade de encontrar a inovação pedagógica. A partir desse contato foi traçada a organização dos dias que seriam mais adequados para as visitas, tendo vista que os alunos tinham uma programação de estudo, que envolvia visitas aos pontos turísticos da cidade do Recife. Definimos que as observações seriam feitas as segundas e sextas-feiras, principalmente porque tinha aulas no laboratório de informática, pois era de interesse da pesquisa saber o que os alunos estavam construindo a partir do uso das TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação). A boa relação com os alunos, professores e demais funcionários influenciou na permanência harmoniosa e proveitosa a qual favoreceu a obtenção dos dados necessários à presente pesquisa. A conquista foi o melhor caminho para ganhar a confiança dos sujeitos pesquisados. Compreende-se que tenham sido fatores importantes, os quais contribuíram com o desenvolvimento e o resultado exitoso, o da humildade por parte do pesquisador e do respeito aos envolvidos diretamente com esta investigação. Assim, as portas foram abertas, para que pudesse ser explorado o espaço onde supostamente haviam indícios de Inovação Pedagógica, mas, para isto era necessário ser feito o trabalho de forma criteriosa.

Conforme os pressupostos de Minayo (*op. cit.*) na etapa inicial, é a construção do projeto de pesquisa e dos procedimentos que definirá como será a chegada ao campo – esta dá um direcionamento e um tom de organização ao trabalho de pesquisa. É uma fase que exige dedicação e esforço do pesquisador, pelas diversas ações que deverão ser postas em prática, tanto as teóricas quanto as metodológicas. Diante disso, a pesquisa teve prosseguimento.

Visando uma das ações desta fase, buscamos delimitar o objeto de estudo, neste caso, as ações das práticas pedagógicas de inclusão digital no Terceiro Setor.

4.2 A Abordagem da Pesquisa

Neste estudo optou-se pela abordagem etnográfica com base em Macedo (2006, p. 10), que afirma ser a etnopesquisa “um modo intercrítico de se fazer pesquisa antropológica e

educacional”. Além disso, afirma que os sujeitos são percebidos pela sua espontaneidade, construída em meio às interações socioculturais, sendo assim, não são desconsiderados em nenhum momento da pesquisa. A importância do respeito aos princípios éticos é amplamente considerado, uma vez que, para ter o acesso ao campo e a garantia da realização com sucesso da pesquisa, é preciso deixar claro para os sujeitos pesquisados os riscos que podem ocorrer com a participação dos mesmos no estudo. Além disso, deve haver igualmente o cuidado com esses indivíduos, para protegê-los das ameaças que possam afetá-los tanto de forma psicológica como social. Numa perspectiva de construção do sujeito, é preciso que esta ocorra num processo de co-construção, em que o outro esteja em condições de igualdade. Macedo (*op. cit.* p. 25) destaca: “Quanto maior a diferença em relação às culturas dominantes, maior o sentimento de estranheza e, às vezes, de repugnância”. Na concepção do autor, o outro é construtor e constituinte da cultura, porém, deve haver um processo de negociação entre a própria cultura e o que a identifica. A cultura é para o autor citado “*um conjunto de interpretações que as pessoas compartilham e que, ao mesmo tempo, fornece os meios e as condições para que essas interpretações aconteçam.*” (*Idem*).

Por isso, Macedo (2006) chama a atenção daquele que faz etnopesquisa em educação, pois o outro se torna indispensável na construção dos conhecimentos, portanto, é diferente de todos, não faz parte de uma homogeneização. Se os indivíduos de uma sociedade vivem em situações contextualizadas, isto não significa, para o autor, o mesmo lugar, os mesmos espaços, porém, estes meios representam a interação das pessoas que fazem a contextualização, portanto, a interatividade ocorre no âmbito da dinâmica dos relacionamentos.

A pesquisa etnográfica é considerada “um encontro social” (LAPASSADE, 2005, p. 82). Neste tipo de pesquisa, o trabalho realizado em campo é traçado pelo pesquisador, que determina como devem ser as relações com os sujeitos observados, os limites e a frequência que devem ter os contatos. O tempo também é definido por quem está pesquisando, até mesmo quando deve finalizar a presença no campo de pesquisa. É considerado pelo autor que a etnografia, como um estilo e método, não pode reduzir-se ao levantamento de dados e questionários. Assim, o etnógrafo deve dar atenção às falas das pessoas – quando contam sobre o seu cotidiano – precisa fazer o registro das informações sem limitar-se a isto e construir através dos dados colhidos a descrição final sobre a vida do grupo observado.

Entendendo-se que, numa investigação, o pesquisador deve ter controle sobre algumas distorções na hora de coletar os dados, para que isto não interfira na validação dos resultados. Assim, deverá seguir as regras gerais previamente estabelecidas, mas que estas

sejam adaptadas às circunstâncias próprias do grupo em estudo. Quanto a isto, é preciso promover um ambiente em que o investigado sinta-se à vontade para contribuir com a pesquisa. Nesta perspectiva, Lapassade (2005) fundamenta em sua teoria que a socioanálise e a etnografia convergem em alguns pontos. A primeira atende ao que anteriormente foi encomendado sempre numa situação crítica, enquanto na segunda, o etnógrafo solicita a permissão para adentrar no contexto que pretende observar. Na observação etnográfica se negocia o acesso ao campo, isto já demonstra que existem problemas a ser investigados.

A intenção não foi modificar a realidade, porém, tirar dela o possível para elucidação dos questionamentos propostos e motivar outras pessoas a conhecer mais sobre o tema desta pesquisa e expandir ao máximo as oportunidades de estudos acadêmicos ousados, porém, éticos.

Neste projeto, foram abordadas teorias que no decorrer de sua trajetória histórica e social contribuíram e contribuirão para aprofundar o conhecimento sobre o desvelar das práticas educativas que, se forem renovadas, desafiarão a organização escolar, particularmente no âmbito da educação não formal – assim, que se desenhe um novo panorama para a educação de novos cidadãos que interagem com as múltiplas experiências de um mundo tecnologicamente moderno – e esse deverá se preocupar com a formação humana ampla e consistente. Portanto, precisa ser percebido, também, como é um processo de inovação pedagógica, ou seja, terá que romper com paradigmas anteriores e enfrentar outras posturas mais democráticas e evoluídas para acompanhar o ritmo acelerado do mundo contemporâneo. A escola formal, por meio de sua organização rígida, fortalece as desigualdades mediante o seu currículo, que, por sua vez, não é neutro. Enquanto outros setores da sociedade civil promovem educação e investem em mudanças, estas serão analisadas a partir deste estudo por meio da interpretação dos dados coletados. A educação não formal foi alvo de indagações, tendo em vista a sua eminente ampliação no âmbito do Terceiro Setor. Somos conscientes das mudanças constantes que ocorrem nos contextos sociais, tanto no modo de agir como no modo de pensar das pessoas, e o ambiente pesquisado não foge a esta perspectiva.

4.3 O *Locus* da Pesquisa

O local da pesquisa foi o Instituto Maria Madalena Cavalcante (IMMOC), o qual está situado nas dependências da empresa JBR Engenharia⁵. O referido instituto consiste

⁵ Empresa de engenharia consultiva que abriga a Instituto Maria Madalena de Oliveira Cavalcante, locus desta pesquisa.

numa organização não governamental ONG, oferece um curso de inclusão digital para os alunos que residem nas comunidades circunvizinhas a este. O espaço é composto de um laboratório de informática, sala de aula ampla com mobiliário confortável e climatizada. Possui recursos tecnológicos para uso pedagógico: datashow, microssistem e microfones para uso de apresentações tanto das aulas quanto das atividades recreativas e comemorativas.

Ainda possui uma biblioteca para o uso dos alunos onde foram costatados jogos que são usados para fins pedagógicos e interativos. Este espaço está situado na Região Metropolitana do Recife, no bairro de Campo Grande, no município de Recife, estado de Pernambuco. O critério de escolha para a definição do campo de observação deu-se por entender que existem, neste local, aspectos que consistem em nosso interesse: uma ação educativa de inclusão digital no Terceiro Setor – no âmbito da educação não formal, fato que nos despertou grande interesse quanto a possibilidade de encontrar naquele contexto, a Inovação Pedagógico, foco do interesse maior desse trabalho investigativo. Outro aspecto importante é a presença dos sujeitos para a realização da pesquisa que sem estes não poderíamos fazer tal investigação com as características e o nível pretendido que são: professores, alunos e outros atores envolvidos no processo de aprendizagem que vivenciam e participam ativamente das experiências educativas do curso do Projeto Futuro Digital. A duração deste curso é de dez meses.

Constatou-se também que é um local que oferece além do curso de informática, outros curso relacionados às práticas educativas necessárias para a formação dos jovens que buscam este ambiente de aprendizagem.

4.4 Os Sujeitos

Os sujeitos que fizeram parte desta pesquisam foram vinte e sete alunos, sendo 17 do gênero feminino e dez do gênero masculino. Todos eles fazem parte do Projeto Futuro Digital do IMMOC. São jovens oriundos de comunidades do entorno da empresa JBR Engenharia que mantém a ONG. Além destes sujeitos mencionados, tivemos também o professor de informática e a Coordenadora do projeto como integrantes ativos neste universo pesquisado. Outros atores educativos também foram entrevistados como, uma das psicólogas e a estagiária da JBR, que foi aluna do projeto e atualmente é monitora e colaboradora da turma que ora foi observada nesta pesquisa.

4.5 Os Instrumentos da Pesquisa

Foram adotados diferentes instrumentos e procedimentos de investigação científica. A coleta dos dados para a obtenção das respostas as nossas buscas nesta pesquisa foram a observação, a entrevista semiestruturada como perguntas abertas e semiabertas e fechadas com, um professor, alunos, coordenadora do projeto, psicóloga e com a colaboradora. O diário de campo foi utilizado para os registros das observações. Sobre estas, Minayo (2012) afirma ser uma atividade de cunho social com fim científico, pois o observador se comunica diretamente com o interlocutor – além disto, é um instrumento flexível e se caracteriza pela praticidade e liberdade de quem observa no sentido de não forçá-lo a questões prescritas.

Foram observadas, atividade de socialização, as aulas teórico/práticas de informática, uma atividade cultural, atividades físicas, e o uso da biblioteca.

No referido local, as observações realizadas foram no intuito de obter as informações necessárias para responder aos questionamentos advindos de nossas inquietações, tanto pessoais quanto profissionais. Pretendeu-se saber se em outras ações pedagógicas fora do âmbito escolar existem práticas inovadoras. Se estas existem, como as ações conseguem mobilizar os alunos a aprender de forma significativa?

Para isto, foram necessários os registros sobre o que ocorre nesse espaço educativo, os quais auxiliam no processo posterior de análise dos dados. O diário de campo foi o instrumento que viabilizou as anotações necessárias nos momentos de observação desta pesquisa. Buscou-se, por meio de entrevista, estabelecer o contato direto com os sujeitos da ação investigativa. Houve a elaboração de um roteiro contendo alguns itens que implicam em respostas livres, mas, para facilitar a captação fiel da conversa, a mesma foi gravada com a autorização dos entrevistados.

Segundo Minayo (2012, p. 64), entrevista é “uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador”. Na concepção da autora, a entrevista tem como objetivo elaborar informações que tenham pertinência com o objeto pesquisado e o enfoque dado ao tema pelo entrevistador. Quanto às características, a entrevista pode ser: (a) *sondagem de opinião*, (b) *semiestruturada*; (c) *aberta ou em profundidade*; (d) *focalizada*; (e) *projetiva*. (*Idem*). Neste projeto, optamos pela entrevista semiestruturada, por possibilitar perguntas fechadas e abertas e o sujeito entrevistado ter a liberdade de se expressar sobre o tema sem estar preso a perguntas prontas.

A segunda etapa, denominada trabalho de campo, consiste em “levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa.” (*Ibidem*, p. 26). Nesta direção, nos propomos a dedicar trinta dias para esta atividade. Pressupomos, desta forma, ter sido tempo suficiente para realizar as observações e entrevistas com os alunos, professores e coordenadora dos cursos da ação de inclusão digital do IMMOC. Durante esta ação, foi estabelecida uma relação entre o material coletado e a teoria proposta. Para a autora, esta fase é o trabalho central de uma pesquisa social, pois possibilita uma aproximação de quem realiza a pesquisa com a realidade a ser pesquisada e favorece a interatividade entre os participantes da ação investigativa. Segundo Minayo (*op. cit.*), esta segunda etapa é bem sucedida a partir do desempenho da fase exploratória.

Para realizar as observações no ambiente onde se encontram os sujeitos da pesquisa, como já foi mencionado, foram feitas as anotações no diário de campo, que têm como finalidade para o pesquisador o registro de informações e relatos dos atores envolvidos no processo de investigação nas situações do contexto pesquisado. Também é utilizado como um espaço para as reflexões do pesquisador em momentos de contatos com os sujeitos no ambiente onde está sendo realizada a pesquisa. Para Macedo (2006, p. 133), a técnica do diário de campo oportuniza o “aprofundamento reflexivo sobre as experiências vividas no campo de pesquisa e no campo de sua própria elaboração intelectual, visando apreender, de forma profunda e pertinente, o contexto do trabalho de investigação científica”. Quando registramos algo e refletimos sobre o que escrevemos, estamos, ao mesmo tempo, relembando e analisando os fatos, procurando compreender de forma substancial a realidade e a pertinência do que foi observado com a realidade do ambiente da pesquisa, muito embora haja a consciência de que a intenção não é modificar a realidade, porém, extrair o que for possível para a elucidação das questões inerentes à pesquisa.

Por fim, a última etapa do trabalho científico, abordada por Minayo (2012, pp. 26-27), é a análise e o tratamento do material empírico e documental, compostos pelo “conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto ou outras leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo”. Por ser um período que envolve diversas atividades, estas devem ser feitas de forma criteriosa, para que os resultados obtidos sejam analisados de maneira transparente e, ao final, mantenham sua originalidade. Designamos o período de trinta dias para o cumprimento desta etapa do projeto, pois é preciso fazer a ordenação dos dados, a classificação destes, bem como a análise minuciosa do material colhido. Buscamos, nesse espaço de tempo, a compreensão e a interpretação dos dados à luz

das teorias construídas cientificamente pelos autores que abordaram anteriormente os assuntos desta pesquisa, procurando explicar os fenômenos ou estudar a realidade.

Para determinar por quanto tempo as atividades se realizariam no decorrer do processo investigativo da pesquisa, elaboramos um cronograma constando as atividades, os meses e os anos que seriam necessários para a produção de cada uma delas. Constatamos por meio da teoria de Deslandes (2012) que todo projeto deve conter em sua estrutura um cronograma de atividades cuja determinação do tempo possibilite a realização das etapas elencadas. As atividades, no entanto, podem ocorrer de forma simultânea, como foram no caso desta pesquisa, desde que o estudo focalize o alcance dos objetivos.

Neste percurso percorrido foi fundamental saber quais os propósitos que pretendíamos alcançar. Para isto elencamos o objetivo geral o qual já se encontra mencionado na introdução deste trabalho, bem como os objetivos de natureza específica. De acordo com Deslandes (*ibidem*, p. 44), “é fundamental que estes objetivos sejam possíveis de ser atingidos”, pois, se estamos empenhados num trabalho investigativo, é notório que se almeje alcançar respostas. O objetivo geral deve ser elaborado numa dimensão ampla, para contemplar o embasamento geral do estudo em relação ao objeto, enquanto a formulação dos objetivos específicos relaciona-se com a forma como as ações executadas para a obtenção dos objetivos. Nesta direção, foram desdobradas as ações que conduziram aos pormenores inseridos no objetivo geral e nos específicos, bem como estabelecer a articulação entre os mesmos.

Neste capítulo, são discriminados o percurso metodológico que deu a direção necessária para encontrar as respostas aos questionamentos da pesquisa pontos de chegada, mas, também de partida. Pois, não foi considerado os contextos educativos como estáticos, estes sempre mostram faces novas, pois, envolvem pessoas e estas são por natureza seres em construção. A partir da obtenção dos dados acerca da inovação pedagógica no contexto pesquisado, estes, serão analisados neste próximo capítulo, tecendo o discurso com a teoria elencada que favoreceu teoricamente esta construção.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e discussão dos resultados pretende situar os dados obtidos mediante a observação da pesquisa, a partir da realidade da prática educativa que envolve alunos e professores, assim como, do ambiente onde ocorre a formação dos jovens, objetivando a inclusão digital. Esta fase da pesquisa não versa em transcrever o que as pessoas inseridas naquele contexto expressaram em suas conversas ou em suas opiniões. O foco desta parte do trabalho foi como disse Gomes (2012, p. 79), explorar o “conjunto das opiniões e das representações sociais sobre o tema que pretende investigar”. Portanto, não feito o estudo de tudo que foi coletado, mas foram selecionados os extratos mais relevantes para o estudo. O autor destaca que “devemos caminhar tanto na direção do homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social”. (*ibidem*, p. 80). Dessa forma, evidenciar a interação com o sujeito pesquisado é uma forma de tornar o seu interesse de pesquisador uma realidade com um fim específico, o de se envolver com o entrevistado, porém, com a objetividade necessária. Nesta pesquisa dez alunos foram entrevistados, um professor, uma psicóloga, uma coordenadora. Além destes, uma funcionária colaborou com informações importantes, mas, não com a formalidade da entrevista.

Para organizar e analisar os dados coletados, adotamos o sistema de categorias. Estas representam blocos de respostas dadas pelos sujeitos às principais questões contidas no roteiro das entrevistas. Foi pertinente a este trabalho investigativo, analisar o documento denominado de Proposta Pedagógica do Projeto Futuro Digital.

Foi elencada três categorias, a saber: a) A prática pedagógica no viés da inovação; c) O protagonismo dos alunos face as suas expectativas; d) As dimensões social e educativa do Projeto de inclusão digital.

Para fazer a referida análise da amostra dos dados coletados, como já mencionado utilizou-se as informações colhidas nas questões direcionadas aos alunos e aos professores. Além disto, buscou-se saber de outras pessoas que contribuem cotidianamente com o seu trabalho e estão constantemente envolvidos nas atividades das quais participam os alunos do Projeto Futuro Digital. Outra forma de captar o que se pretendia nesta trajetória foi ter um olhar investigativo sobre as atitudes dos alunos, em momentos informais, ou seja, fora de sala de aula, pois, interessava saber também por meio dessas conversas o que pensam estes jovens sobre a importância desse espaço educativo para a sua formação. Assim, buscou-se o que se

compreende ser relevante para alcançar os objetivos da pesquisa, uma vez que estes ajudam através de sua formulação a alcançaras as respostas do que se pretende na pesquisa. Por isso, foram formulados com a clareza necessária visando a possibilidade de serem atingidos

Buscou-se nesta etapa apresentar a definição das informações que obtivemos de modo a fortalecer as conclusões relacionadas à busca da Inovação Pedagógica no âmbito educativo do Projeto de Inclusão Digital do Instituto Maria Madalena de Oliveira Cavalcante – IMMOC. Isto pode ocorrer mediante a sistematização do que foi estudado na pesquisa durante todo o processo da elaboração até a conclusão da pesquisa. Primeiro teremos uma descrição do contexto investigado e posteriormente a análise das categorias elencadas para este estudo.

Antes de descrever os acontecimentos iniciais transcorridos nas primeiras observações sobre a ação docente, e passar para a análise das categorias estabelecidas neste estudo, recorreu-se a Lapassade (2005), acerca de alguns elementos necessários para adentrar a um espaço onde se pretende fazer uma investigação científica. O autor trata sobre o distanciamento necessário que deve manter o pesquisador, e afirma ser este, um pressuposto elemento da etnografia encontrado em todos os manuais etnográficos, “a necessidade de conservar certa distância, aliás, inevitável, é constantemente invocada, isso pode se dar provas de seriedade metodológica” (LAPASSADE, 2005, p.76). Por isto, para garantir os critérios de uma metodologia eficiente, procurou-se durante o tempo no campo seguir esta postura. Todavia, em a trajetória como investigadora precisava traçar o caminho a ser percorrido com objetividade, porém, manter o afastamento necessário com os fatos, para que os efeitos dos mesmos não tenham complicações na análise dos resultados. Mas como ficar neutro num espaço onde as pessoas interagem, conversam e se interessam pelo trabalho do investigador. Para compreendermos melhor esta questão buscou-se suporte teórico, na concepção de Souza (2000, p. 39), sobre a temática “implicação do investigador”. Assim postula,

Em minha opinião, não existe postura de neutralidade, já que toda investigação parte dum interesse, dum desejo de descoberta, dum insatisfação, dum problema de nível pessoal ou da comunidade científica. A investigação é sempre interessada. Como é possível então dissociar a participação intelectual da participação afectiva do investigador?

Nesta direção, foi oportuno destacar também a posição de Brazão (2007, p. 297) sobre o papel do observador. Que salienta que, “a implicação do investigador no campo de observação pode ser regulada com os mecanismos de participação e distanciação”. A interpretação que fizemos sobre isto, é que o pesquisador que tende a se envolver

emocionalmente, com a realidade explorada pode estar propenso a deixar que isto interfira na interpretação dos dados da pesquisa. Por isso, é preciso saber lidar com essas faces do trabalho de pesquisa.

O período da realização da observação participante foi de quatro meses, entre os meses de abril a julho de 2013. As observações foram realizadas todas no período da manhã, na mesma turma. Este curso oferecido pelo Projeto Futuro Digital era dividido em módulos, nesse período o módulo observado foi “Introdução à Informática” As observações foram anotadas em um Diário de Campo (Vide Apêndice E).

Nesse entendimento, passa-se a seguir para a apresentação do desenvolvimento da aula a partir do primeiro dia de atividade pedagógica com os alunos e o professor do curso. A análise destes dados foi feita simultaneamente a sua apresentação.

Para desenvolver esta fase da pesquisa, optou-se por iniciar com a prática pedagógica, por entender que, para essa pesquisa é de o interesse maior foi saber como ocorrem às relações das ações que envolvem os atores e suas práticas.

5.1 A Prática Pedagógica no Viés da Inovação

Ao iniciar a análise dos dados obtidos durante o tempo em que ocorreram as observações no campo de pesquisa, neste caso, a respeito da categoria prática pedagógica, buscou-se suporte teórico nos pressupostos de alguns autores, elencamos dentre outros, Freire (1996).

A busca por espaços educativos e situações de aprendizagens inovadoras, nos levou a investigar a ação docente como um dos alvos de nossa pesquisa. Em virtude das inquietações que moveram o desejo por este estudo é que traçamos os objetivos para comprovar a existência da Inovação Pedagógica, nas aulas de informática, do Projeto de Inclusão Digital mencionado neste trabalho.

Por ser um projeto que aponta para as possibilidades de ter um aspecto inovador, procurou-se a princípio conhecer como seria a aprendizagem dos alunos por se tratar de um curso que a primeira vista parecia dar instruções apenas na área de informática. Não houve interferência por parte do pesquisador durante as aulas porque o intuito era o de observar continuamente cada momento da ação do professor.

Para realizar a descrição dos momentos vivenciados durante as aulas, atentou-se por elencar episódios que chamaram a atenção e por isso estarão presentes durante essa abordagem. A aula observada ocorreu de forma dinâmica com a intencionalidade da apresentação dos alunos. Esta foi realizada pela coordenadora do projeto, contando com a presença da psicóloga que acompanha os alunos durante os cursos do Projeto Futuro Digital. Estavam presentes na aula colaboradores e uma ex-aluna que atualmente está dando apoio aos estudantes e aos professores, outros funcionários da empresa também estiveram nesse local. Logo após as apresentações a Coordenadora do projeto, lançou desafios aos alunos, segundo ela com o propósito de adaptação destes ao meio, para manter a boa relação com o outro. Neste caso, os jovens estavam conhecendo o funcionamento dessa Instituição não governamental que os acolheu para contribuir com a formação destes. Considerada diferente de outros espaços dessa natureza, a mesma consolida-se como ação de inclusão digital e social pela agregação de alguns aspectos com o caráter de educação não formal, com finalidade educativa atuante no Terceiro Setor da sociedade civil, - o Instituto Maria Madalena de Oliveira Cavalcante - IMMOC.

Iniciou-se a observação no primeiro dia de aula do projeto. Este início das atividades foi marcado por uma interação do grupo, onde foram lançadas perguntas para discussão em pequenos grupos para que fossem discutidas as respostas que os alunos deveriam escrevê-las numa tarjeta de cartolina. O objetivo segundo a coordenadora foi mostrar a importância dos princípios que regem a boa convivência. Dentre os objetivos elencados, destacando-se algumas questões que serviram para as reflexões e o debate, “como você define o respeito, a humildade e a tolerância”?

Estes princípios éticos que foram trabalhados na aula são debatidos por Freire (1996, p. 33) quando faz entender que “não é possível pensar os seres humanos longe, ou pior, sequer, da ética, quanto mais fora dela”. Acrescenta também a este pressuposto que, “[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador.” (*idem*). O autor defende que a formação do aluno pela sua natureza humana, precisa ser pautada na sua formação moral. Diante disto, é possível que haja coerência com a forma de pensar e agir do professor, se isso é possível, então este não pode ser um ingênuo no que diz respeito ao aspecto da criticidade e da rigorosidade da formação ética das pessoas que estão sendo formadas.

Quando tratada as questões relacionadas à formação de pessoas, e principalmente de alunos, está-se a dizer também da existência de influências culturais. Por isto, indagou-se

se existe um distanciamento entre a cultura do professor e aluno e também se esse fenômeno pode interferir nas práticas pedagógicas de maneira negativa. Na concepção de Perrenoud (2001, p. 57), os professores precisam receber uma formação que os façam compreender e dominar a “distância cultural na relação pedagógica e na gestão de sua classe”. Ao mesmo tempo em que este profissional sabe lidar com estas diferenças, está acreditando e aceitando que o aluno tem outros saberes que não são construídos na escola, mas, em ambientes educativos não escolares. No entanto, o autor adverte que “o tratamento com as diferenças também é importante no nível das organizações escolares e das práticas pedagógicas”. (*ibidem*, p. 61). Neste sentido, o projeto observado tem mostrado a preocupação em fazer com que os jovens os quais estão sendo formados por esta instituição não escolar, tenham ao mesmo tempo o ensino dos conteúdos agregado às ações de boa convivência e igualdade, dando-lhes oportunidade de conhecer e participar da cultura, que por vezes não conhecem e que está ao seu redor.

Outro momento observado ocorreu na aula de informática. Nesta, os alunos estavam organizados em forma de círculo, que segundo o professor era para dar uma visão mais ampla do grupo. Um fato que chamou a atenção foi o estímulo dado pelo docente aos alunos que estavam dando início as suas atividades do curso. Registramos que houve a interação entre os alunos e o professor durante toda a aula. Os estudantes ficaram cientes da proposta pedagógica do curso e sobre os conteúdos programáticos a serem executados.

Foi possível constatar, com base nas falas dos alunos, que as aulas onde há participação são mais atrativas e menos cansativas. Para eles compartilhar as experiências e conhecer as que o professor traz para a aula é uma forma de respeito mútuo. Para estes não só o professor tem algo a dizer. Com base em Freitas (1999, *apud* GAIA 2001 p. 38), “já não cabe ao professor unicamente o papel de falante, bem como ao aluno é necessária uma nova atitude”. Isso significa que aqueles que se propõem em ensinar e aprender precisam sempre exercitar a crítica e o desenvolvimento de atitudes que instiguem a curiosidade para que formem um elo com o saber.

Nessa aula observada, foi debatida a forma de avaliação com os alunos. O que mais nos chamou atenção foi a ênfase dada pelo professor, para o fato de que todos que estavam ali tinham seus objetivos, e também capacidade de aprender, desde que estivessem predispostos a desenvolver as habilidades necessárias. Acrescentou que as aulas teriam momentos de exposição dos conteúdos, mas, ao mesmo tempo iriam experimentar na prática a teoria estudada. Os alunos foram informados que receberiam posteriormente material

impresso, uma apostila, para consultas e estudo. Partindo desse ponto, começou-se a observar a postura do professor em relação aos alunos.

O professor, cada vez que apresentava parte do conteúdo também fazia uma relação com o concreto fazendo sentido ao que estava sendo apresentado, através do material exposto para este fim. Os alunos eram convidados a falar sobre suas interpretações.

A interação feita com os alunos durante as aulas do projeto foi constante, pois, tornava-se uma boa alternativa para se criar um clima positivo para aprendizagem. Uma forma de se investir no que Moran (2007, p. 56) chama de “afetividade na relação pedagógica”. Para este autor, as interações que ocorrem durante as aulas fazem com que os alunos e os professores multiplicassem as suas condições e potencialidades para adquirir autoconfiança, espírito de cooperação, elevação da autoestima e se tornassem sujeitos autônomos em suas atividades e nas ações desempenhadas. Também esses sujeitos devem buscar sua inserção na comunidade onde residem de forma responsável e dentro dos direitos que lhes assistem.

Convém salientar que a responsabilidade de um professor com os alunos e com o que eles precisam aprender, implica um movimento docente de se relacionar e interagir de maneira mais abrangente, através de proporcionar interações maiores possibilitando a ampliação das probabilidades nas trocas de conhecimentos.

Para dar prosseguimento a essa análise, salientou-se a mediação feita pela coordenadora no sentido de acrescentar alguns elementos que são necessários para que os alunos aprendam atuar de forma adequada, quando estiverem fora do ambiente educativo, em busca de trabalho ou quando já estiverem atuando em empresas empregadoras.

É desta forma, que no Projeto, os jovens estão sendo incluídos num processo de cidadania, e de emancipação no momento em que participam de projetos sociais e se envolvem na produção de conhecimentos na educação não formal.

Sobre a questão emancipatória dos sujeitos, Gohn (2010, p. 56), alerta que este tipo de “análise da emancipação remete-nos ao campo dos problemas sociais, dos conflitos, lutas, violência, assim como ao campo dos sonhos, dos desejos, da busca de uma outra sociedade possível”. Apesar disso, os indivíduos também podem passar por processos de emancipação de maneira individual. Como foi ressaltado na preparação dos jovens deste projeto para encontrar oportunidade de trabalho no término da habilitação do curso.

Para a referida autora essa questão da igualdade e dos direitos das pessoas é de natureza política e cultural. Segundo a autora, foi a partir do século XX que o conceito de emancipação ganhou ampliação, sendo Gramsci um percussor desta mudança. Que a

emancipação deve ser em todos os planos: econômico-estrutural, político e cultural. Nessa conjuntura, de acordo com a autora,

A emancipação só é possível a partir da formação de amplos consensos em torno de uma concepção de mundo alternativa e que predomina no *status quo vigente*, que se contraponha à concepção hegemônica que reproduz a dominação existente, que se reproduz cotidianamente. (GOHN, 2010, p. 57).

Estas questões emancipatórias, as quais foram tratadas, também são pontos de discussão na teoria de Freire (1996), segundo este autor, devemos compreender a educação como um processo onde as pessoas tem a oportunidade de intervir no mundo, se há esta possibilidade é porque não somos pessoas neutras e queremos acima de tudo sermos emancipados. Então pensar como salienta o autor sobre a prática docente centrada apenas nos conteúdos é privilegiar a negação da autonomia, porque além destes ensinamentos teóricos é preciso dar oportunidade aos alunos de se tornarem os sujeitos de suas aprendizagens.

Devido às novas realidades educacionais e dos ambientes de aprendizagem proporcionados pelo uso das tecnologias de informação e de comunicação, professores e alunos passam a enfrentar novos desafios no contexto do processo de ensino e aprendizagem, pois a presença das novas tecnologias no ambiente educacional vem provocando uma série de mudanças no contexto educacional.

Sendo assim, um dos eixos de mudanças referentes ao processo educacional passa pela transformação dos papéis exercidos tanto pelo professor quanto por parte do aluno, ou seja, com a Internet, o sistema educacional cada vez mais precisa modificar a realidade educacional, logo, se exige novas formas de aprender e alterações nas atitudes profissionais. As mudanças principalmente culturais e de comportamento diante das concepções de uma nova sociedade, também seguem a ordem do fenômeno da inserção da tecnologia em todos os setores de atuação das pessoas. Quanto a esta percepção Tedesco (2006, p. 27) salienta que,

[...] essas tecnologias têm um impacto significativo não só na produção de bens e serviços, mas também no conjunto das relações sociais. A acumulação de informação, a velocidade na transmissão, a superação das limitações espaciais, a utilização simultânea de múltiplos meios [...] são, entre outros, os elementos que explicam a enorme fertilidade de mudança que apresentam essas novas tecnologias.

No segundo momento da aula, o trabalho pedagógico foi mediado pelo professor de informática, sendo que nos primeiros dias, as aulas ocorreram numa sala de aula convencional, com os alunos sentados em círculo. O professor trabalhou o conteúdo com a

utilização do equipamento de apoio pedagógico, o projetor, com apresentação em PowerPoint. No entanto, apresentou o que estava na teoria de forma concreta: o computador, para ser montado e desmontado pelos alunos. Houve o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos, bem como, acordos de convivência e além do levantamento sobre as formas de avaliação mais adequadas para o grupo.

Os estudantes foram estimulados a participarem da parte prática da aula, onde montavam e desmontavam um computador para compreender a sua funcionalidade. Foram realizadas reflexões sobre o uso adequado dos equipamentos tecnológicos e da internet. Nas aulas, foram lançados diversos desafios para que os alunos pudessem refletir sobre as respostas que deveriam dar quando solicitados e atuar na prática na qual estavam envolvidos.

Durante o debate os alunos sugeriram criar um e-mail para que as informações fossem passadas por essa forma de comunicação, pois, assim todos teriam acesso para o reforço da comunicação do grupo. Predominaram os trabalhos em equipes, nas quais o critério da escolha dos membros era aleatória, esse ponto foi ressaltado na fala de uma aluna entrevistada posteriormente, como algo significativo, pois, para ela “quando você vai trabalhar numa empresa, não escolhe com quem vai estar diariamente” e ainda acrescentou que “esse projeto, é muito bom porque prepara os alunos pra vida social”. (A1)⁶. Por isso, precisa aprender a lidar com o outro e ter conhecimentos no uso dos equipamentos da tecnologia. As práticas do professor, assim como a participação do aluno, diante dos novos recursos tecnológicos precisam aprender a pensar e estudar através da intervenção da Internet, no qual do ponto de vista de Libâneo (2000, pp. 71-72) é necessário que “professores e alunos elaborem e transformem ideias, sentimentos, atitudes, valores, utilizando articuladamente múltiplas mídias, escolares e não-escolares”. Além disso, é certo que, como defende o autor que as práticas docentes a todo o momento recebem o impacto das novas tecnologias da comunicação e da informação no seu cotidiano, o qual vem provocando uma reviravolta nos modos mais convencionais de educar e ensinar, todavia, “a utilização pedagógica das tecnologias da informação pode trazer efeitos cognitivos relevantes, estes, porém, não podem ser atribuídos somente a essas tecnologias”. (*ibidem*, 2000, p. 67).

Por outro lado, embora haja tanta resistência com relação à implantação da inovação tecnológica em sala de aula por parte de muitos professores e especialistas ligados ao setor educacional, à associação entre educação e desenvolvimento tecnológico, esta é essencial para o bom desenvolvimento humano, uma vez que a integração dos meios de

⁶ Aluno 1 (A1), e a sequencia desta denominação para identificar trechos das falas dos alunos entrevistados na pesquisa.

comunicação, e principalmente da Internet contribui com a formação dos cidadãos contemporâneos e com o aprimoramento das suas capacidades cognitivas, propiciando ainda a sua boa convivência com o mundo cada vez mais informatizado.

Existem outros aspectos que precisam ser considerados em relação ao das possibilidades de um bom desempenho dos alunos. Dentre estes, citamos aqueles podem estar relacionados à construção de boa relação entre os pares: o diálogo, respeito, responsabilidade, etc.

Verificou-se que, no decorrer das aulas os alunos que apresentavam um nível melhor de aprendizagem deveriam ajudar aos colegas que estavam com dificuldades. Não foram observadas atitudes de competição, não houve atitude para menosprezar os que tinham um menor desempenho nas atividades. Estas atitudes cooperativas entre os alunos refletiam com fosse criado um clima de confiança e de amizade entre todos que estavam envolvidos na aula. As ações da prática do professor foram percebidas como atitudes democráticas, desde a forma dialogada como a aula era ministrada até mesmo, quando tratou da questão das avaliações. Primeiro lançou a proposta, mas, abriu espaço para que os alunos analisassem. Após o diálogo foram aceitas as sugestões vindas da turma.

Outro ponto observado, sobre uma estratégia do professor utilizada em algumas aulas foi que alunos eram estimulados a expor suas dificuldades mesmo que para outros não fossem significativas, pois, o ponto de vista de cada um era importante e respeitado, embora tivesse que ser discutido para se chegar a um consenso. Durante a aula, pode-se observar o debate acerca da importância do uso adequado dos recursos tecnológicos. Havia a formação de grupos de estudo e troca de experiências, que depois eram socializadas com todos. Dessa forma, contribuía com os conhecimentos construídos anteriormente e das suas próprias vivências. Em todas as aulas observadas havia uma pausa de dez minutos para que um professor de Educação Física, realizasse atividades de relaxamento, com música e exercícios de alongamento. Foi observado que os alunos terminavam a atividade com mais disposições para a realização das tarefas.

Na prática docente foram utilizadas estratégias interativas: alunos fizeram parte do processo de construção da aprendizagem por meio da participação, também foram instigados a fazerem perguntas e responderem outras. A importância sobre esta questão ficou evidenciada nas palavras de uma aluna quando foi entrevistada: “o professor age diferente de outros que já tive porque ele não trabalha com agente só a parte de computação, quero dizer a informática”. (A2).

Quando questionada, acerca da possibilidade de inovação na prática docente, responde: “ele desafia o aluno a descobrir as respostas, trabalha muito na prática e não só na teoria da apostila, e faz com que a gente aprenda com os colegas também e a ter respeito pelo trabalho dos outros, isso tá sendo uma coisa bem nova e significativa pra mim, pois sei que isso vai ajudar na minha vida social”. (*idem*).

Foi observado que, o professor e os alunos realizavam atividades práticas de manuseio (montagem e desmontagem) para adquirir conhecimentos sobre as peças de um computador. Após estas primeiras aulas, os alunos passaram a frequentar o laboratório de informática, em computadores individuais, para iniciar os módulos do curso de informática assim constituídos: Introdução ao Processamento de dados, Windows e Word, Excel e PowerPoint, CorelDraw, Internet e AutoCad, com a carga horária de 240 horas, o programa utilizado é Windows 7. Dos 10 (dez) alunos entrevistados, a maioria destes afirmou que é importante a aprendizagem com estes programas que o IMMOC oferece, pois no curso, os conhecimentos começam do básico e se estende ao avançado. Isto segundo os alunos é importante, para quando forem chamados, ou tiverem oportunidade no mercado de trabalho.

Durante o momento da entrevista feita com a monitora da turma, ao ser indagada sobre: o que mais motiva os alunos na aula, a mesma, que atualmente é estagiária da JBR engenharia relatou que “são as aulas práticas” (M1)⁷, e também ressaltou as oficinas onde participam de leitura e produção de textos. Outro ponto destacado por ela foi sobre a reflexão de atitudes e posturas diante dos recursos tecnológicos, a flexibilidade do planejamento da aula, “se um aluno apresenta dificuldade em algum aspecto, o professor, retoma o conteúdo” (*idem*).

Quanto à questão da maior dificuldade que ela observa nos alunos, diante da convivência constante que mantém com os mesmos, em sua percepção acredita ser de comunicação, interação e concentração nas atividades. A educação vista como um processo de construção e desenvolvimento de habilidades é como disse Moran (2007, p. 59), “fundamentalmente um processo de comunicação, informação, de troca de informações e de troca entre pessoas”. Estes elementos de modo geral, quando estão entrelaçados buscam as formas de expressão que pessoas precisam para dizer o que pensam e sentem e até mesmo o que são. No entanto, quando estes não acontecem de forma positiva, tende-se a promover o efeito inverso.

⁷ M1 – monitora 1 entrevistada.

Nesse sentido, o autor citado faz uma observação que de modo geral, [...] “as tecnologias facilitam a interação, a troca, a colaboração, mas não resolvem os problemas de fundo: as dificuldades de entender-nos, de aceitar os outros como são, de compreender o mundo interior próprio e o dos outros”. (*idem*, p. 59)

Para expandir nossos conhecimentos sobre esta questão da interação professor/aluno buscamos suporte nos pressupostos teóricos de Tardif (2008, p. 118). O qual aponta ser o “ensino uma atividade humana, um trabalho interativo, ou seja, um trabalho baseado em interações entre pessoas” Compreendem-se que estes indicativos ressaltados pelo autor devem ser estabelecidos com democracia e respeito mútuo.

Aprofundar os conhecimentos sobre a prática docente, neste capítulo da pesquisa, foi um dos fios condutores que nos levou a entrevistar um dos professores do projeto por se tratar do foco da observação, o laboratório de Informática, onde se dá o uso das TIC, com a mediação desse docente.

Para Tardif (2008, p. 230),

Um professor de profissão não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outros, não é somente um agente determinado por mecanismos sociais: é um ator no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos e um saber-fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e a orienta.

Nesta direção, observa-se um amplo movimento que atenta para a busca da reconfiguração da prática docente. Esta pode está na ruptura de um paradigma, para o surgimento de outro, sair de uma prática autoritária para assumir outra de caráter inovador. Assim, o professor não pode agir de forma instrumental para resolver os conflitos ou as situações do cotidiano sem dialogar com seus alunos, pois, precisa assumir o papel de sujeito ativo de sua ação pedagógica, de maneira não autoritária, para construir um espaço educativo democrático e atrativo.

No trecho de uma das falas da entrevista onde a aluna afirmou que “o trabalho do professor, não é só na área de computação ele valoriza o que nós já sabemos e também desafia cada um dos alunos a aprender. Ainda mostra o conteúdo na teoria e na prática”. (A3) Além disto, foi observada durante as aulas a preocupação em fazer com que os jovens realizassem trabalhos em equipes. Isso nos chamou atenção quando outro estudante enfatizou que é importante que o contato em sala de aula não seja apenas com o professor, mas também com o grupo, “[...] aprendemos também uns com os outros”. (A4) Pela nossa interpretação isso

mostra que houve a conscientização dos próprios alunos sobre a importância do trabalho pedagógico de maneira interativa.

Neste sentido, as observações realizadas durante as aulas do Projeto Futuro Digital apresentaram mudanças em relação ao que se costuma observar enquanto um posicionamento instrucionista, assim como, essa mudança de atitude docente, para essa compreensão, desencadeia outras atitudes dos alunos, fazendo-os mais participativos e possibilitando uma ação menos competitiva e mais colaborativa.

O estímulo dado pelo professor para que os alunos participassem constante nas aulas foi o que mais chamou a atenção. Isso pode ser constatado nos registros que foram feitos no Diário de Campo, transcrito assim no momento da observação: “o professor, de forma descontraída convida cada aluno para contribuir com as experiências prévias, desafiando-os a conhecer o equipamento (computador) que está sobre a mesa”. As ações da prática docente envolviam a teoria e a prática dando oportunidade aos alunos de construírem os conhecimentos, utilizando os recursos tecnológicos, de maneira que, os recursos em si não eram o foco da aprendizagem, porém, o que poderiam aprender através do uso desses recursos.

Diante de tal afirmação, busca-se numa conversa informal entre os alunos captar no diálogo, a fala de uns desses estudantes, num momento fora de sala de aula.

A partir das informações obtidas, pode-se com isto compreender de maneira mais evidente, como ocorre a relação entre professor e aluno no curso de inclusão digital do Instituto Maria Madalena de Oliveira Cavalcante - IMMOC. “O professor desse curso não é só um professor de informática, ele ensina muita coisa diferente como saber encontrar as respostas para as nossas dúvidas, a achar que temos capacidades de fazer coisas das mais complexas usando o computador”. (A5) Neste recorte da expressão da aluna, relacionamos o que ressalta Freire (1996, p. 76), “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”. Para o autor esse é um dos primeiros saberes necessários para o professor que objetiva alcançar um bom nível de desempenho na aprendizagem dos alunos. E acredita que as coisas presentes no mundo estão em movimento constante, portanto, o papel docente não é apenas o da constatação, mas também o de fazer interferências nos contextos onde aconteçam as “ocorrências”.

Acredita-se, nesse sentido que há aspectos de inovação sendo gestados. A Inovação Pedagógica, neste caso, pode ser considerada como a mudança de postura do professor do projeto de inclusão digital observado, diante do que ele acredita que os alunos

são capazes de fazer e descobrir. Com isto, ele rompe com a prática tradicional, transformando coisas novas a partir da experimentação de troca de conhecimentos.

De acordo com os alunos esse o professor, não é apenas um professor de informática, ele trabalha com os diversos aspectos da formação humana, um dos alunos falou: “ele diz que a gente precisa estudar, trabalhar e não esquecer de ser feliz”. (A6). Assim, a aprendizagem se torna prazerosa num processo dinâmico e interativo como os alunos.

Nesse rompimento, ocorrem transformações que foram observadas no comportamento também dos alunos se tornando autônomos e protagonistas na aquisição e construção dos saberes que estavam sendo construídos. Nas palavras de Freire (1996, p. 47) “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Portanto, compreende-se que a forma descontraída de realizar as atividades, a colaboração dos alunos uns com os outros criou no curso observado um clima de harmonia que contribuía com a aprendizagem e, a cada etapa realizada pelos alunos, em particular pelos que tinham dificuldades, foi comemorado por todos.

As situações problema que surgiram no decorrer das atividades foram discutidas e as conclusões foram analisadas entre os grupos com a intervenção do professor quando se fazia necessário. Pois, em alguns momentos tinha que mediar algumas discussões. Durante a aula houve momentos de reflexão sobre a importância do uso adequado das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação). Os alunos demonstraram interesse pelo tema, pois, estão acreditam estar sendo assistidos por uma empresa que investe na formação integral com a perspectiva de inseri-los no mercado de trabalho.

No contexto onde ocorreu esta pesquisa, alguns fatores estão em consonância com a teoria discutida sobre a Inclusão Digital. Em primeiro lugar, a ideia da fundação do Instituto, a saber, atender aos jovens necessitados de assistência social; desencadeou outra ação que foi no âmbito educativo. Nesse sentido, o Projeto de Futuro Digital apresenta e amplia o seu diferencial em relação a outros, pois o mesmo proporciona aos jovens o reforço escolar para melhoria da aprendizagem, o envolvimento da família, e a formação ampla dos alunos. O que apresentaremos, de forma detalhada em outro momento.

Quanto à questão social, contribui para a diminuição e/ou a erradicação da violência nas comunidades adjacentes e promove a proteção social. Ainda nesta direção, dá o seu contributo na qualificação profissional dos jovens. Por isto, é diversificado por agregar cursos e oficinas específicas para os jovens e suas respectivas famílias.

Para organização e análise do material colhido nas observações elencamos algumas categorias que supomos necessárias para a clareza e elucidação das respostas do que

de fato buscou-se neste trabalho científico. A seguir apresentamos uma descrição da Proposta Pedagógica do Projeto Futuro Digital.

5.2 O Protagonismo dos Alunos Face as suas Expectativas

A forma como os jovens buscam suas descobertas, pode ser uma pista de como conduzir as atividades pedagógicas onde prevaleçam os desafios e os seus significados, dos conhecimentos construídos para a aplicação ao longo da vida.

Nesse projeto de inclusão digital, o caminho percorrido por meio da observação teve também como foco de nossa atenção saber o que estes jovens estavam construindo, e qual a opinião destes a respeito da utilização do que aprenderam no curso de informática, uma vez que o mesmo envolve outras ações para a formação mais ampla. Procuramos identificar o que havia de concreto durante as aulas sobre a participação dos alunos e até que ponto a ação pedagógica do professor oportunizava aos alunos, a desempenharem o seu protagonismo em meio às expectativas do curso que prevê a inclusão digital.

Esta análise foi necessária para compreendermos também os reflexos dessas aprendizagens para os alunos. Para isto, fizemos uma leitura compreensiva sobre os dados coletados o que nos levou a analisarmos alguns depoimentos, bem como a participação dos jovens e do professor, para realizarmos o confronto com construção desta teoria fundamentada nos autores que referenciam este trabalho de pesquisa.

No que se refere a interpretação dos dados, segundo Gomes (2012, p. 80), as inferências feitas a este respeito são necessárias, porém, afirma que “na análise o propósito é ir além do descrito fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas” ou seja, numa dimensão mais ampla, pois, segundo o autor, a “descrição e análise podem ser caminhos úteis para uma interpretação” (*idem*). Por isso, é necessária ainda, com base nesse autor, a fundamentação teórica que ancora a pesquisa é de fundamental importância. Assim, para realizar essa tarefa no trabalho investigativo, houve a seguinte organização: foi realizada uma leitura sobre todos os dados obtidos para verificar com mais profundidade os seus significados em relação aos questionamentos; e uma visão do todo; para dispor de maneira observável todos os elementos daquela investigação; por outro lado, foi tirado desse conjunto de informações algumas particularidades existentes para serem tratadas, nesse estudo. A partir deste ponto foi possível a determinação dos conceitos teóricos

que mais se apresentavam adequados a esta análise para chegarmos à exploração do material obtido. Com ênfase, organiza-se em trechos as entrevistas com os alunos. Para agrupar as respostas que se obteve destes, apresenta-se a seguir o estudo e análise desse material.

A aula observada teve como objetivo o estudo sobre funcionamento de um computador. Houve a construção de conhecimentos teóricos, mas, aliada a esta esteve a prática dos alunos: através da observação de cada peça, o uso e os cuidados para manter os equipamentos em boas condições. Ocorreu, dessa forma, a montagem e desmontagem de um computador pelos grupos com a mediação do professor. Em todos os momentos da aula houve a participação dos alunos. Enquanto um grupo demonstrava a aprendizagem após a explanação do professor, os outros faziam parte também da discussão fazendo as suas argumentações. A aula não foi apenas de informática, outros pontos importantes para a formação dos alunos ocorreu de forma simultânea. Nas discussões, outras temáticas que surgiram do interesse dos alunos, também tiveram o apoio do professor. Como a exemplo, importância em saber trabalhar em equipe; da predisposição em aprender; qual o sentido daquela aprendizagem para a vida social e profissional dos jovens.

De modo geral, os alunos entrevistados consideram o Projeto Futuro Digital inovador. Foram dadas diversas respostas, e estas em nossa compreensão se assemelham e se completam. Nesse trecho de uma das respostas, a aluna diz: “quando eu entrei no IMMOC pensei que fosse só um curso de computação, mas ele abre nossa visão sobre outras coisas, sobre a cultura de Pernambuco, sobre as profissões e também o professor deixa espaço pra gente dialogar com os colegas”. (A8)

5.3 As Dimensões Social e Educativa do Projeto Futuro Digital

A partir do que foi analisado na dimensão da educação não formal do curso de Inclusão Digital oferecido pelo IMMOC, houve a necessidade de se fazer uma análise da proposta pedagógica do projeto que está inserido no âmbito do Terceiro Setor, fato de interesse de estudo desta pesquisa. A análise do documento neste caso consiste em verificar a fonte original de informações para que estas sejam elucidadas num paralelo com a realidade observada. Considerado como fonte inicial, o documento do projeto de Curso.

5.3.1 Dimensão Social

Os projetos de ações comunitárias promovidos pelo Terceiro Setor, neste caso trata-se de uma Organização não governamental - ONG, geralmente detectam um problema social e assim buscam a solução e os meios favoráveis que possam levar determinado grupo a mudanças significativas, através da articulação de diversas ações. O papel social destes projetos está no esforço pelo fortalecimento da cidadania das pessoas. Porém, alguns autores como é o caso de Kisil (2005) faz uma crítica sobre esta questão de uma possível ampliação na promoção das mudanças em prol da garantia da participação política nesses projetos sociais. O autor destaca que,

[...] tais projetos são orientados para a comunidade. [...] Mas, se ter tal desenvolvimentos sustentável, deveria ser feito um esforço articulado para mudar todo o sistema, trazendo novas políticas públicas que afetam comunidades específicas dentro de uma sociedade. Assim, qualquer que seja o projeto de desenvolvimento, o seu sucesso deve ser medido pela capacidade de se tornar um motivo para mudanças estruturais. (KISIL, 2005, p. 140).

Em relação ao processo de mudança por intermédio dos projetos sociais, de acordo com a abordagem do autor, existem quatro aspectos que são considerados como objetos de mudança: A maneira como um indivíduo exerce sua cidadania mudando o comportamento em detrimento de uma causa. O crescimento de organizações que alteram os processos organizacionais, a exemplo, as “ONGs e OVPs (Organizações Voluntárias Privadas)” (*ibidem*, p. 141). As estratégias criadas pela sociedade pelo bem comum. O compartilhamento de valores sociais que conduzem à mudanças culturais tanto das organizações quanto da comunidade onde os projetos estão inseridos. Essas características apontadas por este autor encontram-se no seio de cada grupo social.

Considerado um trabalho de cunho social promovido pelo IMMOG, O Projeto Futuro Digital como já foi mencionado não tem fins lucrativos é de natureza social e também educativa. A iniciativa do projeto foi obtida da vontade e da ideia de colaboradores da empresa JBR Engenharia com as ações voltadas para a inclusão digital, uma vez que a tecnologia é usada como uma aliada ao processo de preparação dos jovens que buscam a fluência tecnológica como um meio de se enquadrar nas novas exigências da sociedade. De acordo com Silveira (2008, p. 50) “a ideia é de que o maior objetivo da inclusão digital é

assegurar um dos maiores direitos do cidadão, o direito à livre comunicação”. Se pensarmos por este ângulo, um projeto que busca oferecer o desenvolvimento das habilidades de jovens para o acesso a outros meios que os permita se comunicar com o mundo, é possível que tenha também as características de um projeto de inclusão social.

Porém, apenas o acesso a estes recursos da tecnologia não garante por sua vez o pleno direito de “equidade social e cultural”. (*ibidem*, p. 56). Este pressuposto do autor se justifica ao afirmar em outras palavras que “lutar pela democracia é vital para a cidadania, do mesmo modo que combater a exclusão digital é dos fundamentos de uma cidadania na era informacional”. (*idem*).

Na dimensão social, o propósito deste projeto se enquadra no que referencia Gohn (2010) para esse tipo de ação. A autora esclarece que de modo geral esses projetos são no sentido de que os indivíduos tenham maior clareza de seu papel na sociedade. Na concepção desta autora, outra questão que move esse tipo de trabalho, é a solidariedade, bem como o desejo de mudar a realidade de um determinado local ou de uma comunidade. Mas alerta, que para isto é preciso conhecer bem o espaço, a cultura, e as necessidades das pessoas que serão beneficiadas, para não se tornar algo sem significado para a coletividade.

Para conhecer essa face da proposta, procura-se saber da coordenadora do projeto o que o IMMOC, como uma instituição voltada para a melhoria de vida da comunidade do seu entorno, promove no sentido de inserir essas pessoas em ações de cunho social e educativo. A mesma respondeu que o trabalho com os jovens, mediante a educação não formal, oferecida pelo referido instituto, com atividades totalmente executada por voluntários, “busca promover ações de cidadania, respeitando o meio ambiente, estimulando a capacidade empreendedora de cada um, e procura também desenvolver o espírito de solidariedade e de responsabilidade, para que pessoas sejam inseridas na sociedade como cidadãos éticos”.

Sobre estes aspectos abordados, Gohn (2010, pp. 90-91) salienta que,

[...] um novo campo de ação coletiva está em ação, sob o signo de uma modalidade da educação sempre esquecida, ignorada ou desdenhada: a educação não formal, fundamental para a formação de indivíduos, parte integrante da constituição dos seres humanos como cidadãos.

A educação não formal é vista pela autora como um fator importante na “construção de aprendizagem e saberes coletivos”. (*ibidem*, p. 93). Salienta que este é o principal atributo dessa modalidade educativa nos tempos atuais e a faz se destacar por este motivo em meio à elaboração de projetos que são instituídos nas comunidades.

No entanto, alguns desses tipos de projetos sociais, na concepção da autora, nem sempre tem a natureza educativa. No entanto, o que prevalece é o assistencialismo, que de certa forma se materializa em ações não duradouras e sem a devida continuidade das ações. Nesta direção, a referida autora conclui que a educação não formal,

Quando é acionada em processos sociais desenvolvidos junto a comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expresso na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. (GOHN, 2010, p. 92).

Com estes pressupostos destacados pela autora convém analisar o que a mesma apresenta sobre a questão da emancipação dos sujeitos numa concepção renovada de mundo, esta só é possível a partir do entendimento que a “nova concepção de mundo deverá ser construída a partir de novos sentidos e significados às relações sociais, para que estas não se reproduzam como relações de poder, de dominação de uns sobre os outros.” (*ibidem*, p. 57).

Esta emancipação também agrega outros aspectos sociais como é o caso da inclusão digital defendida por Cazeloto (2008) o qual reforça a ideia que a inclusão digital só pode ser entendida como ações que acontecem no seio das relações sociais. Portanto, incluem-se na dimensão emancipatória.

Interpretando o que destacam os autores citados, e fazendo ao mesmo tempo uma relação das ações do Projeto Futuro Digital em sua proposta de ação pedagógica, pode-se afirmar que este possui algumas das características que nos permitem qualificá-lo após as observações, depoimentos e análise documental como sendo um projeto de natureza social. Tendo em vista que, além da ação educativa promove outras ações de inclusão social, tanto para os alunos como para as famílias destes. Contendo formação para ambos, em diversos aspectos como: orientação para a inserção no mercado de trabalho, lições de cidadania, de preservação do ambiente onde vivem, e oficinas de confecção de produtos para a melhoria da renda familiar.

A possibilidade de ter acesso ao mundo digital por meio da educação cria algumas expectativas nos alunos. Mas, a organização do que deve ser aplicado durante o processo e o vínculo das pessoas que estão envolvidas é um importante indicativo do que se refere Warschauer (2006), sobre o termo “capital social”, e o seu significado em relação aos encontros sociais, que promovidos por interesses coletivos passam a ter maior interação. Para o autor, o capital social pode ter como definição “a capacidade dos indivíduos de acumular benefícios por meio da força de seus relacionamentos pessoais e da associação em redes e

estruturas sociais específicas”. (*op. cit.*, p. 208) e acrescenta que este tanto pode ser representado pelos “indivíduos” como pela “comunidade”. O capital social é para o autor um “fator de mudança”, (*ibidem*, p. 209) quando os indivíduos se fortalecem por meio dos “vínculos sociais” e a partir destes “aprendem melhor umas com as outras”. (*idem*) A partir da concepção do autor, com isto os beneficiados são todos os sujeitos da ação que se comunicam e se relacionam com a finalidade de estreitar os laços de amizade e de desenvolver também conhecimentos.

Ao termo denominado por Warschauer (2006, p. 208) de “capital social”, na concepção de Gohn (2010, p. 20) ganha outra denominação: “acervo sociocultural e político”. De forma substancial afirma que,

A força e o potencial de atuação do grupo depende da qualidade deste acervo, como foi construído, que experiências o constituiu, quem foram os agentes socioculturais e políticos que participaram do processo, qual sua cultura política, que projetos tinham ou desenvolveram. (*idem*).

A este acervo o qual se refere a autora, ganha ao nosso ver a ampliação de alguns elementos que favorecem a compreensão de que esta denominação agrega também os valores que os indivíduos precisam construir e outros que devem ser resgatados da própria história que ao longo dos tempos foi sendo constituída pela sociedade.

A partir das concepções lançadas também apresenta-se a este contexto o que salienta Soares (2006, p. 21) a respeito da inclusão digital vista pelo viés da cidadania:

O ideal de inclusão e cidadania presente nos projetos sociais, políticas públicas e práticas educativas, traz para o centro das reflexões a luta pelo reconhecimento social das minorias em suas especificidades culturais, iluminando perspectivas para uma integração social efetiva, por meio da democratização do uso e dos benefícios das tecnologias cada vez mais abrangente em todos os setores da sociedade.

A autora cita três formas que compõem esse reconhecimento que são: o amor, o direito e a estima. Cada uma possui a importância e valorização decorrentes do grupo social o qual pertencem os sujeitos. Ainda na visão da autora, quando algum destes direitos é negado concebe-se a existência da exclusão. Por exemplo, o direito à educação, que ao haver essa negação, privando as pessoas de construir os conhecimentos a partir de experiências educativas sistematizadas passam a não usufruir de um “reconhecimento da essência que traz na sua essência educação e cidadania”. (*ibidem*, p. 79).

No Projeto Futuro Digital na dimensão social encontra-se pontos que convergem com a apresentação da teoria dos autores citados. Isto ocorre ao remeter aos seus participantes a promoção da inclusão social por meio da formação dos alunos pela construção da interação pessoal entre estes e os professores, além disto, “não se baseia apenas na instrução dos conteúdos, mas num propósito mais amplo que agrega valores e atitudes cidadãs”. Este referido projeto, também “valoriza a cultura do Estado promovendo aulas passeio nos pontos turísticos e acervos culturais”. Além destes aspectos mencionados, o trabalho pedagógico executado durante o curso com os alunos inclui o uso das tecnologias da informação de comunicação, TICs. Segundo Soares (2006, p. 96),

O uso das tecnologias informacionais contribui para uma reformulação de comportamentos, fornecendo bases para a revisão de valores, opiniões, formas e perspectivas de futuro, alterando de modo a aproximar as possibilidades da cidadania, numa consciência ecológica porque, integradora, global e de perspectiva questionadoras dos tipos e modos de poder que predominam e sustentam as instituições sociais.

Outro aspecto importante do projeto é a inclusão em sua prática cotidiana de mostrar para os jovens a importância das boas relações interpessoais. Já no sentido pedagógico, este amplia a possibilidade de ser um projeto inovador, porque além de outras contribuições proporciona condições de igualdade social para as pessoas menos favorecidas financeiramente. Não estamos a dizer com isto, que possa ser capaz de mudar as condições de renda dos jovens atendidos, entretanto, é uma iniciativa que possibilita a construção de aprendizagens e não apenas o acesso aos recursos tecnológicos.

E para tratar sobre este tema, trazemos os pressupostos de Cazeloto (2008, p. 165) o qual salienta que alguns Programas Sociais de Inclusão Digital estão acima da conotação de apoio as questões de trabalho e melhoria na renda familiar. Pois, em certos casos superam estas expectativas e passam a inserir-se no âmbito da *cidadania*. Dessa forma, o autor considera que a “inclusão digital permanece como uma condição para a inclusão social” (*idem*). No entanto, esta última ganha maior amplitude, porque converge em participação das pessoas e “esfera pública”. (*idem*). Uma vez que a inclusão digital está de certa forma sendo colocada pelo autor neste patamar de interdependência, sobre a questão do acesso das pessoas aos equipamentos informáticos simultaneamente é:

- Uma forma de construção de comunidades de interesse não-territoriais;
- Uma ferramenta de acesso a informações para a consolidação de uma opinião pública crítica e ativa;

- Um mecanismo tecnológico para uma democracia participante;
- Uma via superior de poder e influência privilegiada para o exercício da autonomia individual, não determinada por instâncias superiores de poder e influência. (*ibidem*, p. 165-166)

Colocar o indivíduo nas condições de inclusão para o uso dessas máquinas pode ser também, uma forma de garantir a este a aquisição de sua autonomia e até mesmo podemos arriscar que busca, em emancipação, o desenvolvimento de um sujeito que socialmente participa dos meios de comunicação e informacional, os quais deveriam ser comuns a todos.

Por outro lado este mesmo autor.

Ao transferir as práticas culturais e políticas para as relações mediadas pela máquina, a informatização da sociedade termina por reforçar a própria *necessidade do computador*, num círculo vicioso que, conforme vimos, redundando na expansão da própria cibercultura e suas formas de subordinação. (*ibidem*, p.166).

Nesse entendimento presume-se que os sujeitos que fazem parte de condições igualitárias quanto ao acesso e o uso das tecnologias pode ser um passo adiante para o processo de democratização dos meios tecnológicos que envolvem ações educativas e sociais.

5.3.2 Dimensão Educativa

A dimensão educativa de um projeto precisa envolver ações que mobilizem as pessoas no sentido de compreenderem, como assinalou Freire (1996), que por meio da educação as pessoas realizam intervenções no mundo. Assim, todos os objetivos estabelecidos para a execução das ações direcionadas a realidade do contexto onde vivem estas pessoas precisam contemplar as necessidades desses indivíduos que serão atendidos. No âmbito da educação o que tem sido debatido é a questão do uso de recursos tecnológicos para a melhoria da qualidade das aulas e conseqüentemente da aprendizagem. Nesta perspectiva, alguns autores, dentre estes Moran (2007) discorre sobre isto, buscando mostrar que pode haver a possibilidade de mudanças significativas na maneira de ensinar e de aprender. Para este, alguns aspectos deixam de ser considerados, como a exemplo, os acordos feitos com os

alunos, que podem ser aliados efetivos da prática pedagógica. Neste sentido, o autor destaca que,

[...] o mais importante não é utilizar grandes recursos, mas desenvolver atitudes comunicativas e afetivas favoráveis e algumas estratégias de negociação com os alunos, chegar a consenso sobre as atividades de pesquisa a forma de apresentá-las para a classe. (MORAN, 2007, p. 31).

Assim, compreende-se que, identidade de cada instituição educativa precisa ser respeitada para que o trabalho pedagógico do professor possa fluir de forma consensual e amigável com os alunos.

A partir desta reflexão e considerando que este estudo trata de um projeto que envolve a inclusão digital, por ser típico o uso de equipamentos tecnológicos, busca-se verificar no âmbito educativo até que ponto a proposta pedagógica deste poderia ser inovadora sobre o aspecto da formação dos jovens atendidos.

Nesta direção, se sabe que, se o professor for considerado enquanto agente das mudanças no âmbito da educação, este não se preocupa apenas em transferir conhecimentos e nem tão pouco está desatualizado em relação a inovação tecnológica. Pois, em qualquer que seja o espaço educativo, os alunos necessitam de um profissional que tenha teor pedagógico sobre os conteúdos a serem trabalhados, mas também possa se interessar pelos acontecimentos sociais que estão ao seu redor. Principalmente no que se refere ao uso dos meios tecnológicos de comunicação e informação, tendo em vista o que defende Libâneo (2000, p. 16):

Na vida cotidiana, cada vez mais número de pessoas são atingidas pelas novas tecnologias, pelos novos hábitos de consumo e indução de novas necessidades. Pouco a pouco, a população vai precisando se habituar a digitar teclas, ler mensagens no monitor, atender instruções eletrônicas.

Como se pode observar na sociedade tecnológica, as mudanças são consideráveis, as quais afetam direta e indiretamente a vida cotidiana das pessoas, dessa forma, o professor deve procurar despertar o interesse dos alunos para melhorar a qualidade de vida destes no meio social onde vivem e possam ter uma educação de qualidade que desenvolva habilidades e consciência do uso positivo dos equipamentos da tecnologia e acompanhe os avanços tecnológicos que surgem a cada dia.

Nesse sentido, o Projeto Futuro Digital busca acompanhar na sua dimensão educativa o aspecto que trata das tecnologias digitais como um meio para ampliar uma nova

relação entre as mudanças tecnológicas e a organização social, oferecendo oportunidade aos alunos de aprender como deve ser utilizado o computador e a internet de forma necessária e responsável. Visando principalmente o uso no ambiente educacional, sem descartar seu uso na vida cotidiana como defende Setton (2010, p. 91):

As novas tecnologias não só estão presentes em todas as atividades práticas do mundo do trabalho, como também se tornam vetores de experiências do cotidiano. Por exemplo, vemos sua presença nos terminais bancários, nos celulares, nos cartões de crédito, no acesso à internet, ou seja, a cultura *ciber* está em todo lugar.

Desta forma, convém ressaltar que os recursos da tecnologia dentro dos setores da sociedade passam a ter uma grande importância na vida de todas as pessoas, porque busca inserir os indivíduos nos diversos campos de atuação e ao mesmo tempo tendem a transformar a realidade destes no mundo competitivo em que vivem. Para isto é necessário que os projetos que visam a inclusão digital também busquem compreender que esta só será bem sucedida se estiver estruturado nas dimensões educativas associada à dimensão social.

A inovação tecnológica requer que as escolas e outros espaços educativos estejam preparados para lidar com essas novas demandas, tanto de equipamentos, quanto de formação de pessoal, com local e pessoas preparadas para mediar às ações pedagógicas e formativas. Desse modo, sejam os incentivos dos alunos a desenvolver habilidades cognitivas e operativas através do uso da inovação tecnológica.

Libâneo (2000, p. 68) defende o uso das tecnologias e dos meios de comunicação na escola, pois estas contribuem “para a democratização de saberes significativos e desenvolvimento de capacidades intelectuais e afetivas, tendo em vista a formação de cidadãos contemporâneos”. A isto acrescentamos que não só na escola é preciso que haja estes incentivos, mas em outros locais que promovem ações desta natureza. Na educação não formal, também se justifica essa necessidade, por se tratar de um processo não escolar mas de natureza educacional.

A preparação e o aprimoramento dos jovens sobre o uso da tecnologia passam pelas atitudes pedagógicas do professor quando este se propõe a realizar um trabalho que envolva a consciência crítica dos alunos e a capacidade de superar as dificuldades que muitas vezes são de ordem social. Alguns alunos do Projeto Futuro Digital não possuem condições financeiras suficientes para fazer cursos que exijam mensalidades, por esse motivo deixam de acompanhar as exigências mínimas de atualização na área tecnológica. Isso implica na agilização da inserção destes jovens no mercado de trabalho e também nas atividades

escolares que poderiam ser mais interativas através do uso dos equipamentos na nova tecnologia digital. Compreende-se que estes fatores possam contribuir quando são efetuados no desenvolvimento de atitudes e práticas críticas diante da variedade de informações presentes no mundo tecnológico, assim como em mudanças na sua forma de pensar, agir, ensinar e aprender.

Para que a inserção das novas tecnologias favoreça mudanças nas práticas pedagógicas no contexto das salas de aula, torna fundamental que haja mudanças na prática dos professores, a qual estimule os alunos e favoreça uma aprendizagem mais significativa por meio do uso adequado dessas máquinas.

Nesse sentido, diante das possibilidades do mundo virtual é preciso que professores e alunos aprendam a transformar as ideias, valores, informações e conteúdos encontrados nos ambientes virtuais, em conhecimentos úteis para a sua aprendizagem.

É importante destacar que o processo educativo se faz presente em todos os momentos e circunstâncias da vida, sendo imprescindível que a escola e os espaços educativos não formais, articulem a produção do conhecimento com o mundo virtual, pois, vivemos na sociedade da informação, e esta se encontra presente nas questões econômicas, educacionais, religiosas, sociais e culturais de toda sociedade.

Por sua vez, não há como separar o processo pedagógico da realidade tecnológica, pois pensar em educação e tecnologia é ampliar o espaço pedagógico, as formas de aprendizagem, momento em que torna necessário repensar sobre a prática pedagógica.

Com a introdução das novas tecnologias de informação, é preciso que o processo educacional incorpore uma pedagogia midiática significativa, a qual professores e alunos sejam capazes de refletir sobre a importância das tecnologias de comunicação virtual. O papel do professor com a inclusão digital pode ser visto como um meio de melhorar o ensino-aprendizagem e passa a ter maior relevância, uma vez que se exige deste a organização e sistematização de forma crítica e articulada das várias informações que são veiculadas, através da estimulação do aprendizado diante das intermináveis informações que podem transformar a realidade destes jovens que anseiam por igualdade de direitos na sociedade onde vivem com suas famílias.

Diante de tantas possibilidades oferecidas pelo acesso aos recursos da tecnologia é necessária certa habilidade para selecionar o que favorece a aprendizagem por meio da modificação das formas de ensinar e de aprender na atualidade, onde as inovações tecnológicas no âmbito da educação estão exigindo cada vez mais dos professores e alunos a busca constante de novos conhecimentos e habilidades.

Realizar um trabalho educativo com os alunos buscando fazer com que este tenha uma formação ampla, ou seja, principalmente nas escolas públicas brasileiras é um dos maiores desafios da educação, pois relacionar o conhecimento virtual com as práticas pedagógicas envolve o confronto de ideias com a aquisição de novos significados aos conteúdos a serem estudados em sala de aula.

Desta forma, o uso dos computadores principalmente com acesso a Internet passa a construir e dar novos significados as relações pedagógicas por meio do domínio e conhecimento das novas tecnologias, onde as informações obtidas possam ser transformadas em conhecimento, por meio da pesquisa, seleção, organização e exploração dos recursos tecnológicos.

Portanto, se enfatiza a necessidade de reformulação das metodologias e práticas pedagógicas dos professores através da integração da Internet na sala de aula, como também a criação de espaços adequados na escola que dê suporte tecnológico educacional suficiente aos alunos e professores.

O que se busca com o uso da Internet em sala de aula é a renovação educativa, por meio de novas propostas que contemplem a reflexão e a construção do saber no processo de ensino-aprendizagem mediante as exigências da sociedade do conhecimento e a adaptação do saber as constantes mudanças sociais e culturais do homem.

A possibilidade de ter acesso ao mundo digital por meio da educação cria algumas expectativas nos alunos. Mas, a organização do que deve ser aplicado durante o processo e o vínculo das pessoas que estão envolvidas é um importante indício do que se refere Warschauer (2006), sobre o capital social. A valorização e o respeito pela diversidade cultural dos contextos sociais dos alunos é um importante aspecto para ser considerado pelo professor na elaboração do planejamento das aulas, pois, como ressalta Macedo (2006, p. 24) “a cultura, cenário de onde emerge o outro, não é uma entidade independente daqueles que a representam, ou uma força autônoma que exercida sobre as mentes dos indivíduos.” Esta cultura é na opinião deste autor resultado de ações dos sujeitos sociais que deve ser compreendida como sendo “[...] um conjunto de interpretações que as pessoas compartilham e que, ao mesmo tempo, fornece os meios e as condições para que essas interpretações aconteçam.” (*ibidem*, p. 25). Vale ressaltar que o compromisso do professor com os alunos é uma questão que deve estar intrínseca à sua postura como um profissional ético. Portanto não pode ser uma ação singular, ela é por natureza o exercício plural diante dos desafios, das limitações do trabalho pedagógico, e das exigências das novas demandas educativas contemporâneas.

5.4 Análise Documental: A Proposta do Projeto Futuro Digital

Analisada a Proposta Pedagógica do Projeto Futuro Digital⁸ que orienta as ações educativas e pedagógicas reconhecendo ser um documento essencial para desvelar à sua intencionalidade quanto ao propósito de formação para os alunos.

De acordo com este documento, o Projeto trata-se de Pessoa Jurídica sem fins lucrativos e beneficente no âmbito da assistência social. No entanto, algo que nos chama a atenção na referida proposta é ser voltada para a assistência social, entretanto, algumas práticas se materializarem em ações especificamente voltadas à “educação”: a saber, Reforço Escolar nas áreas de Língua Portuguesa e de Matemática, Inglês, Inclusão Digital, Educação Ambiental, dentre outros cursos.

O objetivo do referido projeto, de acordo com o documento analisado, é “contribuir para a transformação social através do desenvolvimento de adolescentes e jovens”.

No documento constata-se que o quadro de associados é composto de diversas áreas de atuação que são administradores, engenheiros, psicólogos, técnicos e outros. Na descrição do projeto feita pela Empresa JBR Engenharia, o mesmo torna-se válido pelo seu investimento baixo, fator importante que viabiliza as ações para que as mesmas se concretizem com êxito. Foi informado que a quantidade maior de pessoas que atuam no referido projeto são voluntárias e pertencem aos diversos setores da empresa.

O documento explicita que é um projeto inovador, por “apresentar uma boa perspectiva de futuro”. Além deste aspecto destacado na proposta, entendemos que a inovação do Projeto está na ampliação da formação dos jovens. Pois, não se trata apenas de um curso de informática, para inserir os jovens no mercado de trabalho. Segundo a coordenadora, “ele inova em relação à metodologia utilizada em sala de aula tendo em vista o oferecimento de outros cursos que são tradicionais, além do mais trabalha mais com a formação geral da pessoa, para o fortalecimento das relações humanas”. A presença da atuação da sociedade civil em projetos que propiciam educação é discutida aqui na perspectiva de Gonh (2010, p. 64), quando se refere a não intencionalidade dessas organizações não governamentais em substituir o Estado. Contudo a autora salienta que o propósito é o de “lutar para que este cumpra o seu dever de propiciar educação de e com qualidade para todos”.

⁸ Documento fornecido pela coordenação do Projeto Futuro Digital para observação e análise desta pesquisa.

Agora inicia-se o relato de algumas informações além das que já foram apresentadas inicialmente por entender que são de interesse deste estudo.

Na apresentação do projeto analisado consta o histórico desde o surgimento da ideia da fundação do Instituto IMMOC, datada de 18 de novembro de 2002, estruturado para realizar ações, que visam promover “a transformação social nas comunidades próximas à empresa JBR Engenharia, para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos”. Para nós, compreende-se como melhoria da qualidade de vida dos jovens que estão em processo de formação, à promoção de ações de Inclusão Digital e de escolarização para que os benefícios ocorridos promovam a materialização de atitudes cidadãs tanto no espaço social onde vivem quanto em outros contextos coletivos da sociedade.

De acordo com o documento, “a empresa JBR Engenharia possui larga experiência na área de informática e a direção da mesma e seus colaboradores utilizam seus recursos humanos e materiais para desenvolver um projeto que busca envolver a comunidade do entorno de sua sede”. Conforme as informações colhidas através da proposta escrita, isto ocorre no sentido de “possibilitar a inclusão social dos jovens em situação de violência e risco social”. Compreende-se que esta referida inclusão passa pelo viés da inclusão digital, uma vez que as ações do curso de informática vão além da preparação para o uso de computação. Este agrega outras ações no âmbito educativo como já foi abordado anteriormente e amplia no sentido que diz respeito às relações interpessoais. Percebe-se isto na fala de um aluno, ao ser questionado enfatiza que “o curso não é só de informática, porque também melhora a nossa autoestima e também aprendemos sobre a cultura de Pernambuco, e ainda aprendemos a sermos amigos uns dos outros principalmente a ser feliz e a ter esperança”. (A7)

Quanto a isto, a teoria de Freire (1996) para refletir sobre a prática educativa que vai além do ensino do conteúdo. Na concepção do autor, muitas vezes, os conhecimentos podem ser construídos e materializados sem gestos positivos do professor para o aluno ou em palavras de esperança. Assim, o espaço de aprendizagem é também aquele que possibilita alegria ao se relacionar com o outro; onde os saberes possam acontecer de maneira sólida e que sejam aproveitados na vida cotidiana.

Constatou-se também na proposta do Projeto Futuro Digital, que para a realização deste foram feitas “pesquisas sobre as condições de vulnerabilidade dos jovens quanto risco de violência e de necessidade da elevação de autoestima”. É importante salientar por meio da contribuição de uma aluna que a valorização do indivíduo no grupo onde está inserido, o faz se reconhecer “como parte do processo de afirmação da cidadania, para que a aprendizagem

ocorra de forma articulada com o desejo de aprender e as expectativas dos estudantes” (A9). E outra aluna que por sua vez que se surpreendeu ao iniciar o curso. Neste depoimento afirma:

Eu cheguei aqui pensando que era só um curso de informática, mas, eles preparam a gente pra ser uma pessoa que reconhece o seu valor, e temos ajuda das psicólogas, dos professores e de Zolane (coordenadora) que diz sempre que somos pessoas capazes (A10).

Para complementar esse recorte da fala da aluna, encontra-se em um trecho do projeto que “A Proposta do Projeto Futuro Digital é fortalecer o auto reconhecimento do potencial que estas pessoas possuem independente da classe social que estão inseridas”. Dessa forma, os alunos estão ali não apenas para aprender informática, mas, para se reconhecerem no mundo onde vivem como pessoas atuantes, que buscam conhecimentos e oportunidades para atuar de maneira igualitária na sociedade.

Considera-se que os processos educativos formais e não formais têm uma estreita ligação com o meio social onde se inserem. Na perspectiva de Gonh (2010, p. 77) nem todos os projetos de natureza social são desenvolvidos com uma educação pautada na emancipação dos sujeitos. Para a autora é preciso que haja nessas entidades do terceiro setor que promovem a esse tipo de trabalho educativo, priorize a “construção de metas e objetivos geradores de conhecimento e consciência social”.

Apresenta-se a seguir a estrutura do projeto de acordo com o documento analisado:

- Missão Institucional, contribuir para a transformação social através do desenvolvimento de adolescentes e jovens;
- Vocação Institucional, favorecer os processos educativos e integração digital com carinho, respeito e vontade de fazer;
- Sustentabilidade Institucional, vontade de fazer com solidariedade e dedicação visando à transformação social;
- Foco institucional, possibilitar o desenvolvimento de adolescentes e jovens em situação de risco social para a inserção no mundo do trabalho.

Foi importante ao analisar a proposta para verificar o que estabelecem os objetivos específicos buscando compreender o desdobramento das ações do projeto. Estão elencados da forma que segue:

- 1- Possibilitar a inclusão dos jovens no mundo do trabalho para serem agentes de transformação social;
- 2- Possibilitar a participação das famílias nos processos educativos promovidos pelo IMMOC;
- 3- Construir parcerias e despertar a consciência cidadã nas comunidades;
- 4- Ampliar as parcerias na perspectiva da sustentabilidade;
- 5- Garantir condições para o desenvolvimento Institucional do IMMOC.

De acordo com a proposta do projeto analisado, “o IMMOC investe nos jovens para que possam ser protagonistas de suas histórias de vida e contribuir com o processo de transformação social, intervindo no atual contexto socioeconômico”. Conforme constatou-se no documento, o público alvo se caracteriza como: “jovens das comunidades de Olinda e Recife com foco na comunidade da Ilha do Joaneiro”.

De acordo com os critérios adotados para a inserção dos jovens nesse processo educativo não formal, no documento está a confirmação que, enquanto alunos e sujeitos da aprendizagem, estes terão:

Formação integral pautada na formação da cidadania, pelo outro; direito de expressão; o dever de cumprir responsabilidade; articular os vários conhecimentos construídos; ler criticamente a realidade para agir sobre ela; construir significados coletivamente; ter iniciativas e tomar decisões que visem o bem estar da coletividade (Projeto Pedagógico)

A este respeito busca-se saber nas respostas dos alunos quando foram entrevistados, e por unanimidade responderam, o que exemplificamos a seguir “que as exigências do mundo atual são de que as pessoas precisam estar em situação de igualdade com as outras para ter os mesmos espaços garantidos tanto na comunidade, como no ambiente de trabalho” (A10). Por isso, que o Projeto Futuro Digital se diferencia de outros na percepção dos alunos. Esse possui diversas ações que possibilitam o acesso e a permanência dos jovens durante o período dos cursos, além do mais possui uma linha de ações diversificada que busca atender às diversas demandas educativas do grupo selecionado para o projeto. O projeto além do que já foi apresentado possui outras linhas de ação:

- Atividades educativas com adolescentes e jovens através dos cursos de - Informática, Leitura – com empréstimo de livros da Biblioteca do IMMOC Reforço Escolar em Língua Portuguesa, Matemática; Inglês; Educação Ambiental

para a sustentabilidade do espaço onde se vive; oficinas de Física e de Matemática; formação grupos de estudo com a participação de monitores da própria turma; Empreendedorismo (técnicas de formatação, organização, produção e negociação de produtos); Lazer e Cultura – passeios turísticos; cinema e comemoração de datas importantes.

- Ação voltada para as famílias: são tanto realizada pelo IMMOC quanto pelas empresas parceiras. Dentre as atividades estão: encontros e palestras com as famílias, oficinas de trabalhos artesanais, de educação ambiental, segurança e saúde no Instituto, Oferece Capacitação Profissional para estimular a projeção das famílias no mundo do trabalho.

Além dos cursos mediados pelos voluntários na empresa há outros resultantes da parceria empresa/sistema S, no caso o SESI, sendo assim destinados aos alunos com atividades físicas e com as famílias dos jovens com a oferta de cursos para a melhoria da renda familiar.

De acordo com o documento, o atendimento psicológico é um trabalho realizado por dois profissionais voluntários. Entrevistado um destes nos respondeu que realiza a ação de trabalhar “os conflitos psicológicos” (PSI 1⁹), dos adolescentes junto à família; o outro psicólogo faz o atendimento dos jovens para “promover a orientação profissional durante o processo de decisão; melhorar a qualidade das relações interpessoais e a autoestima dos jovens e adolescentes” (PSI 1). No primeiro caso, o atendimento para os alunos é individual. Porém, neste último são aplicadas técnicas de dinâmicas de grupo com a finalidade de socialização e melhorar o entrosamento dos jovens, bem como, de adaptação a nova realidade.

Todo processo avaliativo deve prevê que sejam tomadas decisões sobre o objeto a ser avaliado. Com base em Luckesi (1998, p, 33) a avaliação “pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado”. Além disto, considera que o comum é definir a avaliação como “um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisões”. (*idem*).

Nesta compreensão busca-se saber como a Proposta do Projeto Futuro Digital é avaliada. Obteve-se a resposta da coordenadora em que significou dizer que a intenção da equipe da instituição é: “avaliar um projeto pedagógico também implica em decidir sobre as questões relativas aos procedimentos e práticas”. Mas, como se sabe a avaliação das práticas

⁹ PSI 1 (Psicólogo 1) Profissional colaborador do Projeto Futuro Digital.

está ligada diretamente a aprendizagem, portanto, acredita-se que “as observações sobre o desenvolvimento das ações pedagógicas, desse projeto, sirvam para dar encaminhamentos a novas decisões para melhoria da aprendizagem e pela construção espaços educativos onde se valoriza e reconhece as experiências dos sujeitos envolvidos com as ações educativas”.

Em relação aos fins e o tempo em que o Projeto de Inclusão Digital é avaliado foi descrito como segue. Quanto a este aspecto “buscamos fundamentar e compreender com base na teoria de alguns autores a sua significação em relação ao que é ofertado para os alunos”.

A avaliação do Projeto ocorre segundo a Coordenadora, de “forma semestral para avaliação da implementação do plano; também para verificar a viabilização das ações e a reformulação das que precisam ser atualizadas”. A avaliação que acontece semanalmente é para “mapear e construir planos das ações; para avaliar a aprendizagem dos alunos, construir e refletir sobre os procedimentos pedagógicos”. Também confirmou-se durante a análise que anualmente se faz a atualização do documento para adequar a realidade atual dos participantes do curso.

A respeito dessa avaliação semestral foi feita a indagação sobre o que acontece com as ações que não alcançam os resultados esperados. Quanto a isto foi respondido que estas “ações são revistas e alteradas de acordo com as necessidades de cada grupo de estudantes, bem como, analisadas de maneira criteriosa para ver o que não foi realizado conforme o que esteve inicialmente proposto”. Acrescentou-se nestas informações que “os professores têm um plano de ensino, o qual é elaborado por eles é apresentado à coordenação para ser analisado”. Esse planejamento é considerado pela coordenadora como flexível, pois, “as alterações ocorrem conforme haja necessidade tanto, para alinhar as atividades como para adequar ao nível de desenvolvimento dos alunos”.

Foi apresentada neste capítulo, a análise do documento do Projeto Futuro Digital, discutida com base na teoria elencada. Passa-se agora para as considerações finais, onde posiciona-se quanto aos resultados alcançados sobre a busca por ações pedagógicas inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado na trajetória do presente trabalho de pesquisa identifica-se acerca da Inovação Pedagógica que esta pode acontecer em espaços também não escolares, e que resulta na mudança da ação do professor. Isto acontece quando os contextos de aprendizagem dos alunos são transformados por situações concretizadas de maneira incomum em relação às práticas que eram utilizadas cotidianamente. Esse entendimento houve a inovação pedagógica, quando ocorreu o rompimento das ações do processo de aprendizagem, ou seja, das atitudes do professor em transformar o foco de seu trabalho no que os alunos estavam construindo, influenciadas pelo contexto organizacional do Projeto. Isto significa para este estudo uma quebra de paradigma que tem como agente transformador o profissional docente, enquanto, o sujeito do processo dessa mudança é o aluno.

Neste caso, foi observado também que a inclusão digital no contexto pesquisado ocorre de forma social e educativa, com o apoio das Tecnologias da Informação e Comunicação, as TIC. Os recursos tecnológicos utilizados nas aulas serviram como meios para alcançar as finalidades da formação ética e cidadã dos alunos.

Na trajetória desta pesquisa, muitos questionamentos fizeram com que a busca se intensificasse, e as respostas a estes foram sendo atendidas à medida que ocorriam as visitas e as observações no campo de pesquisa. Em detrimento a isto, reconhece-se que o curso de informática do Projeto Futuro Digital do IMMOC, não se resume apenas a um curso de informática, é mais amplo no sentido social da formação dos alunos, este aspecto confirma que a inclusão digital não pode ser vista apenas enquanto instrução para uso dos recursos tecnológicos. Pois, o acesso por si, não garante a equidade em termos sociais e culturais.

Em relação às ações pedagógicas percebe-se que existem algumas características que considera-se favoráveis à aprendizagem e ao fortalecimento da democracia em sala de aula. Esta afirmação se dá pelo fato de que em todas as aulas observadas o diálogo constante durante as aulas foi uma prática mantida pelo professor, e de forma bastante democrática conduzia os trabalhos dos alunos. Também isto ocorria quanto ao acolhimento das sugestões feitas pelos estudantes diante dos conhecimentos que estavam sendo construídos, pois, deixava claro em suas atitudes que a fala dos jovens era valorizada e considerada relevante por ele.

Além disso, a autonomia dos estudantes foi fortalecida para que pudessem descobrir aspectos novos mediante o estudo dos conteúdos e também realizar diversas indagações necessárias durante as aulas teóricas e as práticas.

As aulas foram consideradas, como atrativas e dinâmicas, pois, eram lançados diversos desafios para que os alunos pudessem refletir sobre as respostas que deveriam dar quando solicitados e atuar na prática na qual estavam envolvidos. Predominaram na maior parte das aulas, os trabalhos em equipe, pois, dessa forma tornava a aula mais produtiva e os que apresentavam um nível melhor de aprendizagem ajudavam aos colegas que estavam dominando com dificuldades. Favorecendo dessa forma, a interação entre os pares e o trabalho cooperativo.

Acrescenta-se ainda que a boa relação entre professor/aluno contribuiu com o trabalho pedagógico, pois, as discussões e trocas de experiências deram um tom de harmonia e respeito mútuo ao ambiente educativo.

Durante as ações pedagógicas observadas, o professor oportunizou aos estudantes a contribuírem com suas falas, o que pensam e acreditam, sobre a importância do uso dos recursos tecnológicos e da informática na vida de cada um desses. Buscando desta forma, dar a estes, a oportunidade de serem os protagonistas na construção dos conhecimentos fazendo com que houvesse a elevação da autoestima e o interesse dos jovens, com o intuito de que ao terminarem o curso estejam preparados para participar de maneira igualitária em uma sociedade que passa por constantes mudanças no âmbito econômico e na inserção e uso de equipamentos de tecnologia.

Durante as observações a prática pedagógica do professor foi exercida de maneira a instigar a curiosidade dos alunos. Ao mesmo tempo em que utilizava o recurso tecnológico planejado para a aula, Datashow – incentivava os alunos a manusear as peças do computador para descobrir mediante a teoria abordada a sua funcionalidade. Fazendo um resgate dos conhecimentos prévios dos alunos sobre o computador, uso e o adequado do mesmo. Utilizando o tempo pedagógico de forma produtiva, despertando a curiosidade dos jovens. Conforme ressalta Freire (1992 p. 32) é preciso olhar a tecnologia de forma “criticamente curiosa”. Pois, esta curiosidade desabrocha o desejo de aprender. Diante de tal afirmação, buscamos numa conversa informal entre os alunos captar no diálogo, a fala de uns desses estudantes, num momento fora de sala de aula.

Quanto a percepção sobre a proposta do Projeto Futuro Digital, reconhece-se que possui um caráter inovador, o caráter educativo se sobrepõe ao da assistência social como consta no documento analisado. Em nossa compreensão ele amplia as possibilidades de tratar

o aluno nos aspectos individual, social e humano. Oferecendo oportunidade de crescimento para a inserção na vida acadêmica e no mercado de trabalho. Possui objetivos alcançáveis por serem elaborados de acordo com as necessidades do grupo o qual está sendo o alvo da ação educativa.

Desta forma, compreende-se que o ensino deve ser com ênfase no desenvolvimento de atitudes éticas e humanas para que as pessoas tenham antes de tudo, o respeito pelo outro; queremos dizer que esta prática pode conduzir a aprendizagem pelo caminho da liberdade.

As conclusões que emergiram no decorrer do trabalho pesquisado, não são consideradas como algo definitivo. Pois, quando se trata do processo educativo, há sempre a possibilidade de que algo ainda pode ser descoberto e modificado. Ciente de aspecto inacabado, reconhece-se a necessidade de ampliação deste estudo em posteriores pesquisas. Para que possam contribuir com a busca e o encontro do entendimento sobre a Inovação Pedagógica em contextos educativos formais e não formais.

É possível que esta ideia possa iluminar outras, onde os pesquisadores tenham a mesma satisfação que se teve ao percorrer o caminho da descoberta, conduzido por objetivos claros e alcançáveis. Acredita-se que aprender de forma inovadora precisa ser na perspectiva de rompimento com práticas autoritárias, e a construção de um caminho que considere, no pronto atendimento às necessidades dos jovens, para que sejam sujeitos reflexivos e comprometidos com as causas coletivas e que protagonizam sua própria história de vida por meio da emancipação e da transformação com base nas aprendizagens inovadoras.

REFERÊNCIAS

BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Eliete. (Orgs.). **Formação de professores e prática pedagógica**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2006.

BESSA, Silvana. **Inclusão digital no Nordeste**. Diário de Pernambuco, Recife, 12 mar. 2012. Caderno Política, p. A3.

BRAZÃO, P. O diário do diário etnográfico eletrônico. In J. Sousa, & Fino, C. (Orgs.). **A escola sob suspeita**. pp. 289-307. Porto: Asa Editores, 2007.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn *et al.* **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. pp. 7-12.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão digital: uma visão crítica**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

CRUZ, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

DESLANDES, Sueli Ferreira. O Projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FINO, Carlos Nogueira. **Pesquisar para mudar (a educação)**. Investigação e inovação em educação. V Colóquio CIE-UMa, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

_____. **Pedagogia de esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAIA, Rossana Viana. **Educomunicação & mídias**. Maceió: EDUFAL, 2001. 148 p.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de Dados de Pesquisa Qualitativa. In MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

KISIL, Marcos. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, Evelyn *et al.* **3º Setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LAPASSADE, Georges. **As microssociologias**. Tradução de Lucie Didio. Série Pesquisa em Educação, v.9. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 160 pp.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério. 2º grau. Serie Formação do Professor).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 1997.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Série Pesquisa v.15. Brasília: Liber Livro Editora, 2006. 179 pp.

MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: EDUFAL, 2000.

_____. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: EDUFAL, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. Ed. – Petrópolis: Vozes, 2012.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: Novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MORIN Edgard. (Org.) **Religação dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2002.

PAPERT, S. **A Família em Rede (Ultrapassando a barreira digital entre gerações)**. Tradução: Fernando José Silva Nunes; Fernando Augusto Bensabat Lacerda e Melo. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

_____. **A Máquina das Crianças**: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PERRENOUD, Philippe. **A Pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn *et al.* **3º Setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SALAMON, Lester. Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn *et al.* **3º Setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SANTOS. C. N. P. *et al.* Influências de estratégias inovadoras na prática docente no ensino de Biologia. In Maria Marly de Oliveira. (Org.). **Formação de professores**: estratégias inovadoras no ensino de Ciências e Matemática. Recife: UFRPE, 2012

SETTON, Maria da Graça. **Mídia e educação**. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVEIRA, S. Amadeu. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: HETKOWSKI, Tânia Maria. **Políticas públicas & inclusão digital** (Org.). Salvador: EDUFBA, 2008. 338 pp.

SOARES, Suely Galli. **Educação e comunicação**: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação: otimismo exacerbado e lucidez pedagógica. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA, J. & FINO, C. N. **As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional**. Revista Educação & Cultura Contemporânea. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2008, 1º Semestre 5 (10), 11-26.

SOUSA. J. M. O Professor como Pessoa: a dimensão pessoal na formação de professores. Porto: Asa, 2000.

TAKAHASHI, Tadao. (Org.). **Livro verde. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000, 195 pp.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 9. Ed. – Petrópolis, RJ: 2008.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educar na sociedade do conhecimento.** Tradução Elaine Cristina Rinaldi, Jaqueline Emanuela Christensen e Maria Alice Moreira Silva. Araraquara-SP. Junqueira & Marin, 2006.

TOFFLER, Alvin. **O Choque do futuro.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1970.

VALENTE, José Armando. Informática na educação no Brasil: Análise e contextualização histórica. In: VALENTE, José Armando. (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento.** Coleção Informática para a Mudança na Educação. Campinas: Nied, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática.** Campinas-SP: Papyrus, 1989. 8ª Edição 2004.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate.** Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

REFERÊNCIAS SÍTIO DA INTERNET

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. Disponível em: <http://www.jbr.eng.br/immoc/>. Acesso em: 16.jul.2012.

FERREIRA, L. **Além da simples inclusão digital**. Jornal do Comércio, Recife, 28 mar. 2012. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/tecnologia/noticia/2012/03/28/alem-da-simples-inclusao-digital-37336.php>>. Acesso em: 14. jul. 2012.

FINO, Carlos Nogueira. **Inovação pedagógica**: significado e campo (de investigação). III Colóquio DCE – UMa (s/d). Disponível em: http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/Inovacao_Pedagogica_Significado_%20e_Campo.pdf. Acesso em: 14. jul.2012.

<http://www.abong.org.br0associadas.php>. Acesso em 19.maio.2012.

VALENTE, José Armando. O uso do Computador na Educação. In: **Computadores e conhecimento**: repensando a educação. Disponível em: <http://www.proinfo.mec.gov.br/upload/biblioteca/187.pdf>. Acesso em: 13. ago.2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista Semiestruturada – Professor

1- INFORMAÇÕES PESSOAIS DO PROFESSOR

Dados pessoais:

a) Gênero:

- Masculino
- Feminino

b) Idade: _____ anos

Formação:

- Licenciatura Plena em cursos de nível superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro

2- Atuação do Professor:

a) Tempo de serviço como educador

b) Formação inicial

c) Área da Graduação

d) Que tipo de formação continuada possui na área de tecnologia?

e) Esse tipo de formação contribui para a prática pedagógica? Como?

f) Em sua opinião, quais as contribuições que o projeto Futuro digital oferece para os alunos?

g) Considera inovadoras as ações pedagógicas do Projeto Futuro Digital? Justifique a resposta.

h) Qual a importância da inclusão digital oferecida pelo IMMOC para formação dos alunos?

i) Como motiva as aulas para manter o interesse e a aprendizagem dos alunos?

- j) Você considera que o Projeto Futuro Digital está conduzindo os alunos à inclusão social?
- k) No decorrer das aulas você oportuniza seus alunos a refletirem sobre o uso adequado da tecnologia?
- l) Nas aulas, os alunos são desafiados a utilizar a criatividade para além do que foi planejado? Como isso ocorre?
- m) No Projeto Futuro Digital, os alunos têm apenas aulas de informática? Ou eles constroem outros conhecimentos simultaneamente? Em caso positivo, quais são?
- n) Quais são as vantagens da inclusão digital para os alunos que fazem parte do projeto?
- o) Quais são as dificuldades apresentadas pelos alunos?
- p) Você concorda que aprender informática não é suficiente para estar incluído no mundo digital? Justifique.
- q) O domínio do uso da tecnologia é um determinante para o exercício da cidadania dos alunos? Justifique sua resposta.
- r) Por que se tornou voluntário nesse projeto?

APÊNDICE B – Entrevista Semiestruturada – Alunos

Dados de identificação:

a) **Gênero:**

- Masculino
- Feminino

b) **Idade** _____ anos.

Habilidades em relação à informática

1) Você tem computador?

- Possui computador em casa
- Não possui computador em casa

2) Você já tinha habilidade com o computador antes desse curso que está realizando?

- Grande habilidade
- Média habilidade
- Não possuía habilidade

3) Qual o programa que você utiliza durante as aulas no IMMOC?

4) Além do curso de informática o que mais o Projeto Futuro Digital oferece para você, e qual a importância disso em sua vida?

5) O que você tem construído como “aprendizagem significativa” durante as aulas e o contato com os professores e colegas?

6) Qual importância da Inclusão Digital para a sua formação e participação no na vida social?

7) Como os conhecimentos são construídos durante as aulas, individual ou coletivamente?

8) Os cursos oferecidos pelo IMMOC preparam o aluno para lidar com os desafios da modernidade tecnológica?

- Sim
- Não
- Em parte
- Outra resposta

9) O que você considera inovador no Projeto Futuro Digital?

10) Qual a importância para você, da aprendizagem adquirida nos cursos oferecidos pelo IMMOC?

11) O que você aprendeu no curso de informática do Projeto Futuro Digital?

APÊNDICE C – Entrevista semiestruturada – Coordenador

1- INFORMAÇÕES PESSOAIS DO COORDENADOR

Dados pessoais:

a) Gênero:

- Masculino
- Feminino

b) Idade: _____ anos

2- FORMAÇÃO:

Qual a sua formação acadêmica?

- Licenciatura Plena em cursos de nível superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro

3- ATUAÇÃO DO COORDENADOR:

a) Qual o seu tempo de serviço como Educadora?

b) Qual o seu de atuação como Coordenadora do Projeto Futuro Digital?

4- SOBRE O PROJETO:

a) Quais são suas atribuições como Coordenadora Pedagógica do Projeto Futuro Digital?

b) Você considera o Projeto Futuro Digital Inovador? Justifique.

c) Em sua opinião, quais as contribuições que o Projeto Futuro Digital oferece para os alunos?

d) As ações pedagógicas dos professores do Projeto Futuro Digital são inovadoras?

e) Qual a importância da inclusão digital oferecida pelo IMMOC para formação dos alunos?

f) Como as aulas são planejadas para manter o interesse e a aprendizagem dos alunos?

g) Você considera que o Projeto Futuro Digital está conduzindo os alunos à inclusão social?

h) No decorrer das aulas os professores desafiam os alunos a refletirem sobre o uso adequado da tecnologia?

i) Os alunos são desafiados a utilizar a criatividade para além do que foi planejado? Como isso ocorre?

j) No Projeto Futuro Digital, os alunos têm apenas aulas de informática? Ou eles constroem outros conhecimentos simultaneamente?

- Constroem outros conhecimentos
- Às vezes
- Não
- Se constroem outros conhecimentos, quais são?

k) Quais são as vantagens da inclusão digital para os alunos que fazem parte do projeto?

l) Quais são as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos?

m) Você concorda que aprender informática não é suficiente para estar incluído no mundo digital?

- Sim
- Não

Justifique.

n) O domínio do uso da tecnologia é determinante para o exercício da cidadania dos alunos?

- Sim
- Não

Justifique.

APÊNDICE D – Entrevista Semiestruturada – Psicóloga

- 1) Há quanto tempo atua como psicóloga nesse projeto de inclusão digital?
- 2) O seu trabalho realizado no Projeto futuro digital é remunerado ou voluntário?
- 3) Em Quantos dias na semana é feito o atendimento e acompanhamento dos alunos?
- 4) Quais os efeitos que esse trabalho de cunho psicológico tem surtido, ao longo do processo de interação dos alunos?

APÊNDICE E – Diário de Campo

DIÁRIO DE CAMPO

CAMPO DE PESQUISA: Instituto Maria Madalena de Oliveira Cavalcante – IMMOC

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

DATA: 15/04/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 12:00 h

LOCAL: Auditório

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

O trabalho pedagógico teve início numa sala convencional, com os alunos organizados em círculo. Houve a apresentação de todos em forma de dinâmica de grupo. O professor falou sobre a importância dos conhecimentos de informática na sociedade tecnológica. Os alunos tiveram espaço para fazer perguntas, assim como obter os esclarecimentos necessários a respeito da dinâmica, da estrutura e do funcionamento do Projeto Futuro Digital, do qual estão incluídos. Houve um intervalo para o lanche oferecido pelo IMMOC. Houve a realização de atividades, realizadas pela Coordenadora do curso, com a presença do professor de informática, de alguns funcionários, uma das Psicólogas. Mostrou-se a importância das boas relações para que se formem pessoas sensíveis que sabem conviver em grupo. O professor fez um contrato pedagógico com os alunos para manter a harmonia e a organização do ambiente educativo.

DATA: 19/04/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 12:00h

LOCAL: Sala de aula

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Os alunos tiveram a demonstração sobre a composição de um computador, Barramento PS2, uso de Power Point, barramento Multimídia. Cada aluno teve oportunidade de manusear a máquina que estava exposta na sala. No segundo momento da aula, houve um debate e reflexão sobre a importância da aprendizagem significativa para o uso adequado dos recursos tecnológicos. Fizeram muitas perguntas a respeito do curso, e sobre os requisitos

necessários para serem encaminhados para o mercado de trabalho, após o curso no IMMOC. A coordenadora explicou que os alunos precisam ter interesse e adquirir as habilidades exigidas pelas empresas parceiras, eles falaram que estavam satisfeitos com os esclarecimentos.

DATA: 22/04/2013

HORA INÍCIO: 08:00h HORA TÉRMINO: 12:00h

LOCAL: Sala de aula

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

A aula teve início com um momento de exercícios de relaxamento com a orientação de um profissional de empresa parceira do IMMOC. A presença de uma das psicólogas que atua no Projeto contribuiu para o debate sobre respeito, ética e a boa convivência em ambiente coletivo. O professor de informática fez trabalho o trabalho pedagógico sobre o conteúdo: Memória do computador, as partes que o fazem funcionar. Durante a aula os alunos manusearam o equipamento, e observaram a importância da conservação e manutenção do PC para melhor funcionamento. O segundo momento houve um debate sobre os avanços da tecnologia. A sala se encontra bem iluminada e climatizada.

DATA: 26/04/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 12:00 h

LOCAL: Sala de aula

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

O trabalho tem início com uma revisão do conteúdo da aula anterior. Os alunos estão organizados em pequenos grupos e são desafiados falarem o que aprenderam e quais as dúvidas que ainda têm sobre o assunto. Foi solicitado que não façam anotações, mas, apenas observem e discutam com os colegas sobre o tema da aula. Começa o segundo momento com a parte prática com a finalidade de desmontar o computador para observar as partes desse, e logo após esses procedimentos, os grupos apresentam suas o teor de suas observações com base na teoria estudada anteriormente nas explicações do professor.

DATA: 29/04/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 12:00h

LOCAL: Sala de aula

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

A aula ocorre com uma dinâmica, onde os alunos apresentam as dificuldades de entendimento do conteúdo trabalhado na aula anterior, debateram e deram sugestões para o professor sobre forma de avaliação a qual consideram que seja a mais adequada para o grupo. Houve uma atividade realizada pela coordenadora sobre empreendedorismo. No segundo momento foram trabalhadas regras de comportamento no ambiente coletivo. Os alunos foram desafiados através de dinâmica de simulação a apresentarem suas contribuições de aprendizagem.

DATA: 03/05/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 10:00 h

LOCAL: Auditório

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

A Coordenadora orientou com os alunos sobre a construção de um crachá para uso nas dependências da empresa JBR Engenharia, que mantém o IMMOC, após esta atividade realizaram uma visita às dependências da referida empresa. Conversaram com funcionários sobre suas atribuições no trabalho. O trabalho prático foi sobre sistema operacional do computador. O trabalho prático do dia foi sobre sistema operacional do computador.

DATA: 03/05/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 10:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

O professor fez um contrato de convivência específico para este ambiente, mostrando os cuidado que devem ser tomados com os equipamentos, bem como, os comportamentos necessários para que a construção do conhecimento ocorra favoravelmente aos cursistas. Receberam orientações sobre o Word, e começaram a digitar um texto, que segundo o professor para que possa identificar as habilidades reais dos alunos.

DATA: 06/05/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 10:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Momento inicial de relaxamento com exercícios e música. Os alunos que já possuem conhecimentos sobre uso da internet, formaram duplas com os que tinham maiores dificuldades. O trabalho pedagógico realizado foi sobre conhecimentos sobre a elaboração de mensagens através de emails. A importância da escrita com base na norma culta. Troca de email entre os alunos. Revisão dos textos escritos em duplas.

DATA: 10/05/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 12:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Houve um Seminário sobre o estudo realizado com foco no funcionamento do computador. Os alunos se apresentaram em grupos e cada um falou sobre o conteúdo estudado, as dificuldades encontradas e os avanços até o momento presente. O professor fez uma avaliação das apresentações sugeriu que participassem mais efetivamente das apresentações dos colegas ao final das apresentações.

DATA: 17/05/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 11:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

A aula tem como conteúdo o estudo memória ROM (Read Only Memory) e memória RAM (Random Access Memory) Os alunos realizam estudo teórico em apostilas e a parte prática com o auxílio do professor desmontando o computador.

DATA: 20/05/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 12:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Debate sobre os avanços da tecnologia, leitura de texto e conclusão do trabalho pedagógico com apresentação em Power Point mostrando algumas pesquisas que os alunos realizaram sobre o tema Inclusão Digital nos tempos atuais.

DATA: 24/05/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 11:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Os alunos estão na biblioteca pesquisando sobre empreendedorismo, após esta atividade irão produzir um texto sobre a importância do respeito ao outro no ambiente de trabalho, de adaptação ao meio onde está inserido.

DATA: 27/05/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 11:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

A aula tem como objetivo a aprendizagem dos alunos no que diz respeito à formatação de HD do computador, o professor enfatizou para os alunos que o sistema operacional é Windows 8, também explica a importância da formatação e mostra para todos como funciona este sistema trata sobre as versões 95, 98 e 2000.

DATA: 31/05/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 11:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Os alunos grupo de quatro preparam uma apresentação do conteúdo estudado na aula anterior em Power Point. Os trabalhos foram apresentados com discussão das dificuldades encontradas. Houve um momento de descontração com a leitura de um texto e uma dinâmica para descontração.

DATA: 03/06/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 10:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

A princípio é realizada a leitura de um texto sobre a importância da ética no ambiente coletivo. Os alunos construíram a aprendizagem sobre a utilização Paint, Word Pad e noções de Excel. Alguns alunos já tinham o domínio do conteúdo, foram convidados a ajudar os colegas que tinham maiores dificuldades. Também trabalharam algumas técnicas de atalho. Realizaram exercício no computador e apresentaram o resultado ao grande grupo.

DATA: 07/06/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 12:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Os alunos estão trabalhando Planilhas de Excel com a listagem da turma. Após o intervalo a aula ocorreu na sala convencional, realizaram debate com o tema “Saber utilizar a internet com responsabilidade”. Anteriormente o professor solicitou uma pesquisa sobre o tema, e pediu que os alunos trouxessem elementos que fortalecessem o debate.

DATA: 10/06/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 10:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Um grupo de alunos prepara a apresentação sobre os conteúdos que aprenderam de informática, enquanto outros, sobre os efeitos das relações interpessoais após o trabalho pedagógico e do acompanhamento psicológico. A apresentação será através de Datashow, a mesma será vivenciada no auditório com a presença de alguns profissionais da IMMOC.

DATA: 17/06/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 10:00 h

LOCAL: Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Neste dia houve avaliação teórica e prática. Utilizaram o computador para apresentar as habilidades adquiridas durante o processo de aprendizagem.

DATA: 20/06/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 12:00 h

LOCAL: Salão de Festas

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Comemoração do São João – Quadrilha e brincadeiras. Foi observado o relacionamento entre os alunos e os funcionários. Foi servido lanche coletivo. Todos participavam das atividades com alegria. Foram dados avisos sobre o recesso e o retorno as aulas. Seguidos de momentos de interação com brincadeiras e danças.

DATA: 01/07/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 12:00 h

LOCAL: Auditório/Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Aula expositiva, sobre a importância do uso das tecnologias. Construção de texto no computador sobre a temática, discussão dos alunos sobre o tema e os textos elaborados.

DATA: 01/07/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 10:00 h

LOCAL: Auditório/Laboratório de Informática

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

Retorno do recesso, cada aluno teve oportunidade expor ao grupo o que fizeram durante esse período. Retomaram as atividades com uma palestra proferida por profissional de uma empresa parceira, sobre os tipos de Cursos: profissionalizante, técnico, tecnólogo e superior. Os alunos ficaram satisfeitos, pois afirmaram ter muitas dúvidas sobre este assunto. Sem seguida foram ao Laboratório de Informática realizar atividades de mais avançadas no computador, utilizando a internet. Os alunos interagem no processo de aprendizagem na construção de um texto coletivo. Realizam pesquisa no Google e socializam os resultados em grande grupo.

DATA: 08/07/2013

HORA INÍCIO: 08:00h HORA TÉRMINO: 10:00h

LOCAL: Auditório

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

A entrevista foi realizada individualmente, foram solicitados 15 alunos tanto do gênero masculino quanto feminino. Ao término da entrevista, o aluno retornava às suas atividades. Responderam ao que foi questionado com segurança e espontaneidade. A maioria respondeu que o projeto é inovador porque não ensina apenas noções de informática mas principalmente a melhorar a relação com o outro e também descobrir a área do mercado de trabalho que mais se identifica. Ajuda a melhorar as habilidades para realizar as coisas com atenção e qualidade. A interação com o outro é para os alunos um fator importante vivenciado no curso.

DATA: 12/07/2013

HORA INÍCIO: 08:00 h HORA TÉRMINO: 10:00 h

LOCAL: Auditório

ATIVIDADE/SITUAÇÃO VIVENCIADA:

A entrevista teve início com a contribuição da Coordenadora do curso, em seguida pela aluna monitora e pela Psicóloga que atua junto aos alunos. A primeira entrevistada, respondeu aos questionamentos sobre o Projeto Futuro Digital, elaboração, participantes, e revisão do projeto para novas adequações. Acrescenta que o Projeto não é fechado, sempre que apresente necessidade ele é modificado. Enfatizou ser este inovador, porque a sua proposta versa sobre a inclusão dos indivíduos na sociedade de forma cidadã. Inclui a família em suas ações e busca parceria com outras empresas, visando melhorar a renda familiar dos alunos.

ANEXOS

ANEXO A – Apresentação da DH2 ao IMMOG



ASSESSORIA EDUCACIONAL
E TREINAMENTO

Prezado(a) Gestor(a):

Apresento-lhe **MARIA DE FÁTIMA CAVALCANTI DE SOUZA** cadastrada no CPF: **696.695.974-04** aluna do Mestrado em Ciências da Educação - Área de Inovação Pedagógica na **Universidade da Madeira em Funchal/PT** sob matrícula **00409**, pedimos a colaboração da instituição **IMMOG – Instituto Maria Madalena Cavalcante**, para que a aluna possa observar o trabalho no período de abril a julho de 2013 com a finalidade de colher dados para análise metodológica da dissertação para conclusão do grau de mestre, sob a orientação da Profa.Dra. Kátia Silva Cunha.

Recife, 04 de abril de 2013.


Coordenação Acadêmica

Unidade Recife - Sede
Rua Djalma Farias, 250 - Torreão
Fone: (81) 3427.1099
www.dh2assessoria.com.br

Unidade Fortaleza - CE
Av. Barão de Studart, 2360, Sala 206
Empresarial Torre Quixadá - Aldeota
Fones: (85) 3246.0356 | 8666.3661

Unidade Brasília - DF
SAS Qd 4, Lotes 9/10, Sala 538 - Setor de Autarquias
Empresarial Victoria Office Tower
Fones: (61) 3322.5626 | 9673.9685 | 9269.1173

ANEXO B – Fotos dos Alunos em Atividade Aula no IMMOC

Foto 1 – Alunos em Atividade Aula



Fonte: IMMOC (s/d)

Foto 1a – Alunos em Atividade Aula



Fonte: IMMOC (s/d)

ANEXO C – Fotos dos Alunos na Biblioteca no IMOOC

Foto 2 – Alunos na Biblioteca no IMOOC



Fonte: IMMOOC (s/d)

Foto 2a – Foto Aluno na Biblioteca no IMMOOC



Fonte: IMMOOC (s/d)

ANEXO D – Fotos dos Alunos em Atividade Diversa (1)

Foto 3 – Alunos em Atividade Diversa (1)



Fonte: IMMOG (s/d)

Foto 3a – Alunos em Atividade Diversa (1)



Fonte: IMMOG (s/d)

ANEXO E – Fotos dos Alunos em Atividades Diversa (2)

Foto 4 – Aluno em Atividade Diversa (2)



Fonte: IMMOC (s/d)

Foto 4a – Alunos em Atividades Diversa (2)



Fonte: IMMOC (s/d)

Anexo F – Fotos dos Alunos em Atividade Diversa (3)

Foto 5 – Aluno em Atividade Diversa (3)



Fonte: IMMOC (s/d)

Foto 5a – Aluno em Atividade Diversa (3)



Fonte: IMMOC (s/d)

ANEXO G – Fotos dos Alunos em Atividade Diversa (4)

Foto 6 – Alunos em Atividade Diversa (4)



Fonte: IMMOC (s/d)

Foto 6a – Alunos em Atividade Diversa (4)



Fonte: IMMOC (s/d)

ANEXO H – Alunos em Atividades Diversa (5)

Foto 7 – Alunos em Atividade Diversa (5)



Fonte: IMMOC (s/d)

ANEXO I – RELATÓRIO DE ENCERRAMENTO DO IMMOC

RELATÓRIO DO ENCERRAMENTO DO IMMOC – TURMA DE 2013

Depois de dez meses participando do Projeto Futuro Digital, promovido pelo Instituto Maria Madalena Oliveira Cavalcante (IMMOC), na noite de 11 de dezembro passado, marcada por muita emoção, 18 jovens de comunidades carentes da Zona Norte do Recife encerraram um ciclo importante e transformador em suas vidas, participando da cerimônia de encerramento do programa, na qual receberam certificados e apresentaram seus trabalhos de conclusão para familiares e convidados. O IMMOC é mantido pela JBR Engenharia e completou 11 anos de fundação este ano.

Os jovens, com idades entre 15 e 21 anos, participaram de aulas de informática básica (digitação, Word, Excel e Power Point) e aprenderam a trabalhar com sistemas operacionais, manutenção de computadores e a utilizar programas específicos da área de desenho (Coreldraw) e arquitetura/engenharia (AutoCAD). Ao longo da formação, eles também tiveram acompanhamento psicológico e participaram de oficinas com temáticas relacionadas aos Objetivos do Milênio (ODM), que inspiraram os trabalhos de conclusão.

Inicialmente os jovens apresentaram uma peça teatral com o tema: “Gentileza gera gentileza”, no intuito de demonstrar os ensinamentos de carinho e respeito ao ser humano que receberam durante o tempo que estiveram no IMMOC.

Nessa oportunidade, alguns jovens deram depoimentos do que entendem ser gentileza. Um deles citou que: “ser gentil é muito mais do que ser educado, sofisticado ou cumprir regras de etiqueta. A gentileza trata de uma característica diretamente relacionada com caráter, valores e ética; sobretudo, tem a ver com o desejo de contribuir com um mundo mais humano e eficiente para todos. Ou seja, para se tornar uma pessoa mais gentil, é preciso refletir sobre o modo como nos relacionamos com nós mesmos, com as pessoas e com o mundo”.

Para ilustrar mais ainda o tema, outra jovem do IMMOC deu exemplos de gentileza, e contou a história do Café Tim Houts, no Canadá, onde um anônimo deixou pagos 500 cafés sem que os beneficiados soubessem. Essa história se espalhou no país e se tornou viral, os bons samaritanos repetiram o gesto de bondade por quatro regiões do país, sem se identificar e sem receber nada em troca. E mostrou que o Brasil também não fica atrás, quando o assunto é gentileza e solidariedade. Uma reportagem do NE TV mostrou cenas feitas pelas câmeras de segurança da cidade, onde pessoas se ajudavam.



Foto 8 – Apresentação do trabalho em equipe: A jovem Mharyanna Christina Muniz conta a história do Café Tim Houts, no Canadá

Finalmente, os jovens se apresentaram em 3 grupos, onde cada um trabalhou um tema escolhido dos Objetivos do Milênio (ODM).

O Grupo 1 trabalhou o Objetivo 2 dos ODM: Educação Básica de Qualidade para Todos.

Este grupo deu aulas de reforço e recreação para crianças da Comunidade do Chié, próxima à sede da JBR Engenharia, utilizando um espaço cedido pela própria comunidade para a realização das atividades, nas terças e quintas-feiras, no horário das 8:00 às 10:00h.



Foto 8a – Aula de reforço e recreação: Aulas para as crianças da Comunidade na Associação dos Moradores de Chié

O grupo aproveitou a oportunidade para agradecer os ensinamentos da Sra. Inalda Béder- Secretária Nacional Adjunta de Mobilização, através da oficina sobre os ODM para os alunos do IMMOC.



Fotos 9 – Confraternização do alunos(as): Alunos e Diretoria do IMMOC em confraternização com Inalda e Cristiano da ODM (dois últimos à direita)

O **Grupo 2** trabalhou o objetivo 8: Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento. Eles arrecadaram através de doações, roupas, brinquedos e sapatos, e doaram para a Comunidade do Chié.



Foto 9a – Alunos em atividade social: Maria da Conceição Duarte, presidente da Associação dos Moradores de Chié (centro) e duas representantes da comunidade, recebendo as doações dos jovens do Grupo 2 (Nélidy, Maxwell, Cainã, Fabrício e Mharyanna (da esquerda para a direita).

O **Grupo 3** também trabalhou o objetivo 8: Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento.

A intenção era divulgar nas escolas públicas os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em especial nas que estudaram, multiplicando o que aprenderam sobre o assunto em oficinas realizadas no IMMOC.

Como não foi possível, pois a Secretaria de Educação determinou a proibição de qualquer divulgação nas escolas, independente do tema e do objetivo, o grupo 3 fez a sua apresentação para todos os convidados presentes na solenidade de encerramento.



Foto 10 – Apresentação do trabalho em equipe: Elizabeth, Keberlin, Alcione e Rosilda, componentes do Grupo 3.

A jornalista Bruna Cruz, da Assessoria de Comunicação e Imprensa da JBR, esteve presente à solenidade e entrevistou, não só a diretoria do IMMOC, como também alguns jovens e seus familiares:

“Ao fundar o instituto, há 11 anos, a JBR Engenharia vem promovendo ações com o objetivo de proporcionar a transformação social. Pretendemos trazer sentido à vida desses meninos e meninas que estão concluindo nosso programa. Nossa maior alegria é fazer com que eles entendam que são protagonistas das mudanças que querem em suas vidas”, comentou Pedro Pereira, diretor-presidente da JBR Engenharia e do IMMOC.

Para Marcy Ribeiro, diretora de operações do IMMOC, é uma satisfação ver como os jovens evoluíram depois do projeto. “Eles chegaram tímidos e, aos poucos, foram se familiarizando e se soltando. É gratificante ver a atual desenvoltura de cada um. O que eles precisam é que acreditemos neles e no que eles aprenderam. Eles nunca

trabalharam e vieram até nós porque precisavam de uma oportunidade para construir um caminho melhor”, comentou emocionada.

A mudança no comportamento dos jovens é atestada pela psicóloga Claudenice Fernandes, que acompanhou a turma desde o processo seletivo. “A formação e o apoio a esses jovens é muito importante. Cada um tem suas singularidades e vivenciam situações difíceis, mas estão aqui porque querem fazer diferente. Eles chegam em busca de algo melhor para si, não só profissionalmente. Eles chegam com autoestima baixa, precisando de atenção e precisam de acolhimento. Nós trabalhamos o grupo, a união, o respeito entre eles com o objetivo que eles se comportem adequadamente não só no mercado de trabalho, mas também em casa e na comunidade”, explicou a voluntária.

A mudança na atitude dos jovens depois da passagem pelo IMMOC também é relatada pelos familiares e pelos próprios formandos.

“Esse curso caiu do céu. Sempre quis que ele participasse, mas não tinha como pagar. Ele mudou muito e mudou para melhor. Tenho fé que daqui pra frente só serão coisas boas. Tudo vai depender do desempenho dele”, contou Ana Cláudia Oliveira, mãe de Cainã França, 18.

Para Cainã, o que aprendeu abriu sua mente. “Passei a ter interesses que não tinha, não sabia das coisas que eu queria fazer, das coisas que gostava. Consegui uma vaga na empresa e, quem sabe, um dia poderei cursar o nível superior e trabalhar com o que eu gosto. Eu descobri que tenho bastante talento para a área de matemática e de física. A Engenharia me chamou a atenção, mas meu grande sonho é me tornar ufólogo ou astrônomo”, comentou animado.

Para Mariana Muniz, 17 anos, o projeto além de aprofundar o conhecimento sobre as ferramentas de informática, também proporcionou uma vivência com as pessoas. “Eu não tinha contato com tantas pessoas diferentes, aprendi a conviver e a respeitá-las. Através do IMMOC, tive contato com conhecimentos mais amplos da informática e isso vai ajudar muito no meu currículo. Espero coisas maravilhosas do futuro”, ressaltou.

Segundo Thiago Silva, 20 anos, sua maneira de pensar e de agir mudaram. “O curso abriu a minha mente. Estou pensando num futuro melhor para mim. Quero esquecer mais a diversão e cuidar do futuro que é melhor”, contou.

Já Nélyde Aguiar, 15 anos, aprendeu muitas coisas novas e aprofundou os conhecimentos que já tinha de alguns softwares. “Minha expectativa é estagiar logo e acredito que a passagem pelo IMMOC vai me ajudar muito na minha vida profissional futuramente”, declarou.

O Diretor Presidente da JBR Engenharia e do IMMOC, Pedro Pereira Cavalcante Filho, fez um discurso emocionado parabenizando os jovens concluintes, falando da alegria que enche sua alma, que é a de fazer essa solenidade, apresentado os jovens que passaram 10 meses no IMMOC e que agora serão protagonistas de suas vidas. Comentou que neste ano, teve a oportunidade de estar com os alunos todas as sextas-feiras. Foram momentos de muita alegria e aprendizado onde ele se

lembrava de seus tempos de adolescente. Concluiu dizendo que todos os jovens ali presentes dão show! Estão prontos, sabem o que querem e vão conseguir.

Para finalizar o evento, os jovens homenagearam Dr. Pedro, através do discurso da aluna Mharyanna Christina, que falou sobre tudo o que eles aprenderam nos encontros das sextas-feiras como sonhar, respeitar o próximo, acreditar nas pessoas e ir à luta. Dr. Pedro agradeceu dizendo que esses momentos o energizavam para enfrentar os desafios diários, fazendo dele uma pessoa mais forte e mais feliz.

A solenidade foi encerrada com uma grande ciranda, onde todos os presentes puderam participar comemorando mais uma vez o encerramento da turma IMMOC 2013.



Foto 11 - Encerramento da solenidade com uma grande ciranda.



Foto 11a - Concluintes turma IMMOC de 2013: Pedro Pereira e os jovens concluintes da Turma IMMOC 2013.